

Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA
Mestrado em Administração

ERICA DAYANE CHAVES CAVALCANTE

**OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS E DE APRENDIZAGEM DO TURISMO
COMO PRÁTICA NA ORLA MARÍTIMA DE JOÃO PESSOA - PB**

João Pessoa - PB

2014



ERICA DAYANE CHAVES CAVALCANTE

**OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS E DE APRENDIZAGEM DO TURISMO
COMO PRÁTICA NA ORLA MARÍTIMA DE JOÃO PESSOA - PB**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.
Área de Concentração: Gestão Estratégica, Trabalho e Sociedade.

Prof.^o. Dr. Marcelo de Souza Bispo

João Pessoa - PB

2014

C376p Cavalcante, Erica Dayane Chaves.

Os processos organizativos e de aprendizagem do turismo como prática na orla marítima de João Pessoa-PB / Erica Dayane Chaves Cavalcante.- João Pessoa, 2014.

150f. : il.

Orientadora: Marcelo de Souza Bispo

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA

1. Administração. 2. Gestão estratégica. 3. Processos organizativos e aprendizagem - turismo. 4. Etnometodologia. 5. Orla marítima - turismo - João Pessoa-PB.

UFPB/BC
658(043)

CDU:

ERICA DAYANE CHAVES CAVALCANTE

**OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS E DE APRENDIZAGEM DO TURISMO
COMO PRÁTICA NA ORLA MARÍTIMA DE JOÃO PESSOA - PB**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Gestão Estratégica, Trabalho e Sociedade.

Dissertação aprovada em: 10/12/2014

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcelo de Souza Bispo (orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Anielson Barbosa da Silva (examinador interno)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. César Tureta (examinador externo)
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Dedico este trabalho a minha Família, na figura do patriarca, Alféu e da matriarca, Maria. Pais e casal exemplar que me orientaram frente aos meus devaneios, e me acarinhou nos momentos de sofrimento, e me apoiou diante dos meus titubeios, e me deu força para seguir, batalhar e não desistir dos meus sonhos, e acima de tudo, tornaram o “Chaves” e o “Cavalcante” uma sacra unidade, templo de todo o amor que me enlaça, me sustenta e me fortalece.

AGRADEÇO...

Primeiramente agradeço a **Deus**, meu criador que por tamanho amor iluminou os meus caminhos para que eu pudesse seguir firme sob sua sentinela; deu-me paz, saúde, tranquilidade para que eu pudesse realizar este grande sonho;

A minha grande **família**, pelo apoio incondicional, a começar pelo meu pai, Alfeu, e minha mãe, Maria, grandes patrocinadores da minha educação e verdadeiros exemplos de pessoas de fé e de fibra. Meus irmãos Alfredo, Alexandre, Ericson, Márcos Vinícios, Ana Izabel, Géssica Nayara, por estarem ao meu lado nos momentos mais importantes, pela paciência, por terem emprestado os ouvidos para escutar minhas lóstimas, assim como as boas novas inerentes a fase de curso do mestrado; Aos **sobrinhos**, Ivo Arthur, Ian Felipe, Pedro Henrique, João Vitor, Lavínia e em especial meu doce Eric Cauê, cada um de vocês me fazer querer ser melhor a cada dia; Aos meus **Tios**, especialmente Ângela Cavalcante, Sonia Idelândia, Maria Lucia e Carmeci por me darem tanto amor durante esta caminhada, vocês ocupam um lugar especial no meu coração;

Aos **amigos da infância no sertão**, ainda perenes, Nayara, Ayrla, Alane, Samara, Doraline e Daniele, por não terem rompido este laço de afeto e terem dado apoio neste desafio da minha vida; Aos **amigos especiais** que conquistei nesta passagem por João Pessoa, Rebeca, companheira de pesquisa na graduação que tanto acreditou que esta realização fosse possível, Cassiana, Taísa Bruna, Amires, Alane, Shara, Renatha, Renata, Antonione, Diego, Dyego e Eloi, a amizade de vocês é muito valiosa para mim; A minha **querida amiga** Jammilly, pela amizade, companheirismo, força e pela exitosa parceria de longa data, e as demais integrantes do **quarteto fantástico – espontâneo**, Joelma e Lídia pela boa amizade e pela união que passamos a estabelecer para que juntas pudéssemos superar os momentos difíceis;

Ao meu **orientador** Marcelo Bispo, pela paciência, atenção, dedicação do tempo na orientação não apenas deste trabalho, mas na minha formação enquanto docente e pesquisadora. Ele que desde o início me presenteou com os “kits leituras”, sempre foi assertivo, amigo, mostrou uma postura ética profissional e humana capaz de me fazer crer num mundo melhor. Ele que acredita no poder da ciência, que foi crítico, mas tolerou minhas falhas por acreditar que elas são parte importante de um processo de engrandecimento, que me deu autonomia dentro de um limite de proteção, cuidou para que os temas da pesquisa

fossem assimilados da melhor forma, sempre ofereceu sugestões úteis e essenciais para o trabalho, o meu muito obrigada. Essa frase vai ecoar na minha mente por toda a minha vida: “Siga sempre em frente, não pare. Não esqueça que o sucesso está na manutenção do ritmo, nem muito rápido e nem muito devagar” [Metáfora do maratonista por Marcelo]. Saiba que seus ensinamentos serão marca na minha trajetória profissional e seu nome sempre será lembrado com grande carinho;

A TODOS os **colegas** do mestrado, integrantes das turmas 37 e 38, em especial Rachel, Thaís e Ana Carolina tão parceiras na primeira fase deste sonho, à Mariúcha sem a qual eu não teria fôlego para estudar métodos quantitativos, ela foi mais que uma monitora, foi quase um monge de tão paciente, e à Mariana, a primeira amiga que fiz na turma 38;

Ao **PPGA** na figura dos **professores**, em especial Anielson, por ter aberto a porta que me proporcionou conhecer e ingressar no mestrado, ele quem acreditou que este momento fosse possível e me deu muitas e preciosas oportunidades, não tenho dúvida de que sem sua ajuda este sonho não seria possível, e Diogo Helal por ter sido um grande conselheiro e amigo durante o período em que tivemos contato; e dos **servidores** Diego, Helena e Joca, agradeço pela pronta atenção dispensada a mim e pela paciência frente aos meus aperseios;

Aos **professores** que tive no **Campus IV da UFPB**, em especial Cibelle Gondim, e minha **eterna orientadora**, Rosiele. O trabalho delas merece ser reconhecido, pois o foi feito com muita dedicação;

Aos **membros da banca avaliadora**, novamente a figura do professor Anielson, e o professor César Tureta, por terem dedicado tempo ao aprimoramento deste trabalho, portanto, pelas tão valiosas contribuições. Vocês me possibilitaram importantes reflexões cada um com a sua respectiva área de estudo, as quais enriqueceram este trabalho;

À **CAPES** pelo apoio financeiro durante o curso de mestrado, que possibilitou que esta pesquisa fosse realizada; Aos **Membros do Comitê** de gestão integrada da Orla Marítima de João Pessoa/PB;

E a todos que direta e indiretamente contribuíram para que esta pesquisa fosse possível e o sonho de ser mestre se tornasse realidade.

When changing what he knows about the world, man changes the world that he knows, and
changing the world in which he is living man changes himself.

Th. Dobzhansky, 1962

RESUMO

Neste estudo as organizações não são entendidas como estruturas estáticas movidas por objetivos preestabelecidos formalmente, mas como campos simbólicos sustentados por ações e interações cotidianas por meio de práticas e processos organizativos, o que inclui a aprendizagem social e a sociomaterialidade. A prática analisada foi o turismo, considerado inicialmente como um fenômeno social e econômico responsável pela movimentação do setor de serviços. Destarte, após um refinamento promovido por reflexões durante a fase empírica, levantou-se o seguinte questionamento: como ocorrem os processos organizativos e de aprendizagem do turismo como uma prática situada na Orla Marítima de João Pessoa/PB? Com o objetivo de responder ao questionamento, identificou-se etnometodologicamente o conjunto de atividades que constituem o turismo como prática na Orla Marítima de João Pessoa/PB. Em consonância com os Estudos Baseados em Prática, o método empregado foi a etnometodologia e como técnicas de coleta de dados se utilizaram dados visuais, observação com registro em notas de campo, entrevistas e conversas informais. A Orla Marítima onde situam as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, em João Pessoa – PB se tratou do espaço no qual a pesquisa foi realizada, em soma ao processo prévio de participação nas reuniões do Comitê Gestor Orla local. A análise dos dados foi realizada, após a triangulação, com base nos cinco conceitos-chave da etnometodologia *garfinkiliana*, sejam estes a realização, a indicialidade, relatabilidade, reflexividade e a noção de membro. Os resultados indicam que o conjunto de elementos sociomateriais (humanos e não-humanos) que alicerçam o turismo como prática na Orla Marítima permitiram ilustrar como os elementos não-humanos oferecem novas possibilidades ao uso deste espaço. Por fim, promoveu-se uma reflexão sobre o processo de aprendizagem social do turismo como prática na Orla Marítima a partir da qual se constatou de fato que o organizar e o aprender são partes intimamente relacionadas de um mesmo processo. Como prática social, um novo conceito de turismo é apresentado, assim como as limitações enfrentadas na pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Processos organizativos; Aprendizagem; Turismo como prática; Etnometodologia; Orla Marítima de João Pessoa/PB.

ABSTRACT

In this study, organizations are not seen as static structures driven by predetermined goals formally, but as symbolic fields sustained by daily actions and interactions through practices and organizing, including social learning and sociomateriality. The practice analyzed was the tourism, initially regarded as a social and economic phenomenon responsible for the movement of the service sector. Therefore, after a refinement promoted by reflections during the empirical phase, arose the question: how occur the organizing and learning of tourism as a practice located on the waterfront of João Pessoa/PB? Aiming to answer the question, we identified ethnomethodological the set of activities that constitute tourism as practice in waterfront João Pessoa / PB. In line with the Practice Based Studies on the method employed was ethnomethodology and techniques of data collection were used visual data, observation record in field notes, interviews and informal conversations. The waterfront where are situated the beaches of Manaíra, Tambaú and Cabo Branco in Joao Pessoa - PB this was the area in which the research was conducted, in addition to the prior process of attending meetings of the Local Management waterfront Committee. Data analysis was performed after triangulation, based on five key concepts of ethnomethodology garfinkiliana, whether achievement, indexicality, accountability, reflexivity and the member notion. The results indicate that the set of sociomateriais elements (human and nonhuman) that underpin tourism as practice in waterfront allowed illustrate how the material offers new possibilities to use this space. Finally, promoted a reflection on the process of social learning and practice of tourism on the waterfront from which it was found indeed that organizing and learning are intimately related parts of the same process. As a social practice, a new concept of tourism is presented as well as the constraints faced in the research and suggestions for future research.

Keywords: Organizing; Learning; Tourism as practice; Ethnomethodology; João Pessoa's waterfront.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Organização e os processos organizativos.....	Pg. 25
Figura 02 – Componentes da teoria da aprendizagem social: um inventário inicial.	Pg. 40
Figura 03 – Elementos de uma comunidade de praticantes.....	Pg. 45
Figura 04 – Abordagens do conhecimento.....	Pg. 46
Figura 05 – Paradigmas da abordagem social do turismo.....	Pg. 53
Figura 06 – Os influenciadores de Garfinkel na construção da etnometodologia....	Pg. 57
Figura 07 – Etnometodologia enquanto método.....	Pg. 61
Figura 08 – Modelo de Análise de Dados Etnometodológicos.....	Pg. 74
Figura 09 – A realização do Turismo como Prática na Orla Marítima.....	Pg. 97
Figura 10 – Esquema dos elementos etnometodológicos a partir do turismo como prática.....	Pg. 120
Figura 11 – A Orla Marítima e os processos organizativos.....	Pg. 120
Imagem 01 – Visão panorâmica da Orla Marítima: Praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco.....	Pg. 63
Imagem 02 – Material promocional da artesã.....	Pg. 124
Foto 01 – Faixa de Orla Marítima de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco.....	Pg. 65
Foto 02 – Cadernos/notas de campo.....	Pg. 68
Foto 03 – Comércio informal na Orla A.....	Pg. 80
Foto 04 – Comércio informal na Orla B.....	Pg. 81
Foto 05 – Ônibus de receptivos turísticos na Orla.....	Pg. 83
Foto 06 – Passeios turísticos pelo mar.....	Pg. 85
Foto 07 – Guarda-Sol na areia da praia.....	Pg. 86
Foto 08 – Usos do guarda-sol na areia da praia.....	Pg. 87
Foto 09 – Aluguel de equipamentos.....	Pg. 88
Foto 10 – Estrutura para a realização de esportes.....	Pg. 89
Foto 11 – Acessibilidade na praia.....	Pg. 90
Foto 12 – Estrutura para a realização de esportes.....	Pg. 90

Foto 13 – Estacionamento do local.....	Pg. 91
Foto 14 – Centro de apoio à caminhada.....	Pg. 92
Foto 15 – O paramotor esporte.....	Pg. 93
Foto 16 – Largo da Gameleira.....	Pg. 94
Foto 17 – Policiamento e guarda municipal.....	Pg. 95
Foto 18 – Moradores de rua.....	Pg. 96
Foto 19 – Orla.....	Pg. 99
Foto 20 – Visão do espaço Busto de Tamandaré.....	Pg. 99
Foto 21 – Monumento Busto de Tamandaré.....	Pg. 100
Foto 22 – A utilização do termo calçadinha.....	Pg. 102
Foto 23 – Comunicação e sinalização por meio de placas.....	Pg. 107
Foto 24 – Uso da faixa de pedestre na Orla Marítima.....	Pg. 107
Foto 25 – A atuação dos flanelinhas.....	Pg. 109
Foto 26 – Poluição da praia.....	Pg. 111
Foto 27 – A vista superior e inferior da falésia do Cabo Branco.....	Pg.112
Foto 28 – Vista da Estação Ciências e Farol do Cabo Branco.....	Pg. 113
Foto 29 – Entrada do Farol do Cabo Branco.....	Pg. 114

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – O conceito de prática na tradição sociológica.....	Pg. 32
Quadro 02 – Disciplinas e as suas múltiplas influências de Aprendizagem Organizacional.....	Pg. 38
Quadro 03 – Descrição das entrevistas.....	Pg. 69
Quadro 04 – Os cinco conceitos-chave da etnometodologia.....	Pg. 71
Quadro 05 – Análise e interpretação de dados etnometodológicos.....	Pg. 74
Quadro 06 – Estratégias utilizadas para pesquisa – dados primários.....	Pg. 76
Quadro 07 – Síntese das expressões indiciais apresentadas.....	Pg. 102
Quadro 08 – Análise etnometodológica do turismo como prática.....	Pg. 119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	144
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Organizações numa Abordagem Processual (o <i>Organizing</i>)	24
2.1.1 Um caminho para os Estudos Organizacionais: Estudos Baseados em Prática – EBP ...	29
2.1.2 A materialidade e o social na produção da prática	33
2.2 Aprendizagem numa Perspectiva Sociológica	37
2.2.1 Aprendizagem Social e a Construção do Conhecimento.....	46
2.3 Perspectivas Históricas e Teóricas do Turismo	48
2.3.1 Abordagens Sociológicas do Turismo: convergindo ao campo das práticas	51
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 Considerações Iniciais	55
3.2 A Etnometodologia Enquanto Teoria e Método	56
3.3 A Orla Marítima de João Pessoa/PB como Campo de Estudo	61
3.4 Operacionalização da Pesquisa	616
3.5 Procedimentos para a Análise dos Dados	610
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	777
4.1 Análise do Turismo como Prática a partir dos Conceitos-chave da Etnometodologia Garfinkeliana	77
4.1.1 A realização do turismo como prática social organizativa na Orla Marítima	788
4.1.2 Indicialidade do turismo como prática	97
4.1.3 Reflexividade como princípio para a reprodução do turismo como prática na Orla Marítima	102
4.1.4 O conceito de relatabilidade no turismo como prática	114
4.1.5 A noção de membro sob o turismo como prática na Orla Marítima	117
4.2 Reflexões Sobre o Processo de Aprendizagem e a Geração de Conhecimento das Atividades que Constituem o Turismo como Prática	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127

5.1 Reflexões da Autora Sobre o Processo de Formação e o Contato com os EBP 117

REFERÊNCIAS 1366

APÊNDICES 146

APÊNDICE A - CARTA-CONVITE AOS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR 147

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 148

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA 149

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentada a contextualização do tema tratado nesta dissertação, iniciando pela exposição das perspectivas teóricas e analíticas utilizadas no processo de pesquisa. Apresentaremos as diretrizes de pesquisa, com as quais nos referimos ao problema e objetivos de pesquisa, resultantes de um refinamento, a partir do campo, ocorrido no problema e objetivos levantados inicialmente. É importante acrescentar que, em virtude da epistemologia adotada neste trabalho, todos os argumentos de justificativa para a realização do trabalho encontram-se condensados ao longo da seção de contextualização e apresentação das diretrizes como uma forma de acentuar a natureza integradora do fenômeno estudado e de engajar o leitor sem quebrar sua linha de raciocínio.

A título de início, provoca-nos o fato de que os estudos organizacionais, na área da Administração, têm sido majoritariamente desenvolvidos de modo em que o termo “organização” é considerado sinônimo de empresa ou uma estrutura rígida que abriga fenômenos universais. Este contexto estabelece uma linha de pesquisa em que seus estudos tendem a uma lógica racional e funcionalista, fortalecendo a visão de organização apenas como empresa. Todavia, acredita-se que o foco na estrutura estática das organizações pode encobrir os seus principais problemas – as particularidades da comunicação, a subjetividade dos indivíduos, as dificuldades de coesão e realização em grupo, assim como suas estratégias de ação cotidianas. E, ainda, podem obscurecer a ampla gama de fenômenos que possibilitem uma melhor compreensão das mesmas (CZARNIAWSKA, 2013).

Por outro lado, os Estudos Baseados em Prática (EBP), apoiados nas ciências sociais, apresentam-se como uma forma de enxergar as organizações para além da visão hegemônica funcionalista, em que se discutem questões filosóficas em relação ao campo, com a ampliação do entendimento sobre as organizações e a abertura de caminhos para novos estudos levando em consideração que os fenômenos acontecem de forma situada, englobando um curso de tempo e historicidade, portanto, questionando a necessidade de conhecimentos baseados exclusivamente em generalizações (WEICK, 1979; CZARNIAWSKA, 2008a, 2013; GHERARDI, 2006). As organizações passam a ser consideradas como campos simbólicos em que é possível constatar interações cotidianas por meio das quais significados são construídos dando sentido à ação humana (ANTONELLO; GODOY, 2009; GHERARDI, 2006; NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003; BISPO; GODOY, 2012; BISPO, 2013).

Desse modo, o uso do termo prática que interliga os estudos organizacionais na perspectiva dos EBP não se alinha ao entendimento habitual ou senso comum de prática como rotina, ações corriqueiras, atividades, mas como um fenômeno social resultante das ações em conjunto, engajamentos e interações cotidianas dos elementos humanos e não-humanos que compartilham objetivos, saberes e significados dos quais caracterizam a própria prática (GHERARDI, 2006, 2012), tendo por não-humanos cultura, artefatos e objetos (LATOURE, 2005; GHERARDI, 2006), que podem ser considerados entidades materiais e imateriais, a saber de acordo com sua condição de elemento físico, de um lado, e de outro a sua capacidade de apresentar significado ou sentido para os indivíduos (STRATI, 2007).

Cabe mencionar que os EBP possuem inspirações teóricas de importantes segmentos da filosofia e da sociologia, tendo entre os seus renomados teóricos no caso da filosofia Wittgenstein, Aristóteles, Heidegger e Taylor. Dentre os principais teóricos da prática advindos da sociologia estão Bourdieu, Giddens, Garfinkel e Latour (BISPO, 2013); entrando recentemente entre os nomes Schatzki e Reckwitz.

Evidenciamos dentre as influências da sociologia para os EBP o interacionismo simbólico e a materialidade (BISPO, 2013), e os principais conceitos compreendidos, como *organizing* (processos organizativos) – organização processual amparada na noção de prática numa ótica mais abrangente e fundamentada em pressupostos particulares (WEICK, 1967; CZARNIAWSKA, 2008), o próprio conceito de prática social (GHERARDI, 2006, 2012; BISPO, 2013), a etnometodologia enquanto teoria e método (GARFINKEL, 2006), a teoria ator-rede (TAR), que considera a agência dos não-humanos na construção social (LATOURE, 2005) e a sociomaterialidade, a partir da íntima relação entre social e material (LEONARDI, 2012).

Desse modo, neste estudo, por entendermos que em toda e qualquer realidade os fatores sociais são indissociáveis da materialidade, ou seja, que as ações, engajamento e interações que constituem uma prática possuem agência significativa no seu cotidiano (STRATI, 2007), nos aproximamos dos fundamentos da TAR (LATOURE, 2005) e nos amparamos, de fato, na sociomaterialidade (SCHATZKI, 2001; ORLIKOWSKI, 2007; LEONARDI; BARLEY, 2008) para compreendemos seu papel nos processos organizativos.

Outro aspecto que evidenciamos se trata do papel da aprendizagem para a manutenção de uma prática, visto que aprender e organizar são partes fundamentais de um mesmo processo (CLEGG; HORNBERGER; RHODES, 2005). Como salientaram Gherardi, Nicolini e Odella (1998), pela prática representar um conjunto de ações mantidas e aprimoradas ao longo do tempo, mediadas pela interação social construtivista, a aprendizagem

na geração de conhecimento é uma condição básica para que o indivíduo torne parte social de um mundo em constante construção (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; GHERARDI, 2006, 2012).

A aprendizagem organizacional é um tema que rapidamente se disseminou a partir da década de 80 para compreender os meios pelos quais as organizações poderiam se manter competitivas, bem como compreender como ocorriam os processos de mudança nas organizações (ANTONELLO; GODOY, 2011). Conforme Gherardi (2001), o tema ainda não foi explorado de forma satisfatória mesmo estando em foco de pesquisas há mais de trinta anos. É possível constatar muitas vertentes e caminhos, alguns dos quais pouco explorados pela comunidade acadêmica. Para tanto, torna-se necessário ao explorar estes caminhos incomuns na compreensão da aprendizagem organizacional, assumir e considerar a interlocução de diversas áreas de conhecimento (ANTONELLO, 2005; ANTONELLO; GODOY, 2011).

Neste estudo, seguimos uma perspectiva de aprendizagem ancorada na abordagem sociológica, a qual começou a ser disseminada a partir dos anos 90 com os estudos de Lave e Wenger (1991), Wenger (1998), Gherardi, Nicolini e Odella (1998), Gherardi (2000) e Strati (2007). Esta abordagem assume a característica do indivíduo como um ser social e o conhecimento como material. A aprendizagem supera a noção de mercadoria, que se aloja na mente dos indivíduos por meio de um processo formal, e se relaciona ao processo social gerador de um conhecimento envolto nos processos organizativos.

É importante esclarecer que ao se falar dos estudos organizacionais, no Brasil ainda existe uma ideia equivocada de que estes se referem apenas a uma subárea da administração. Todavia, neste estudo compreendemos que os estudos organizacionais podem representar um caminho para a compreensão do fenômeno turismo, objeto deste estudo, dado que o turismo a) pode ser uma forma de organização; b) faz parte das possibilidades de temas dos estudos organizacionais; c) é relevante por ser, entre outros fatores, um entrelaçador de forma tangível e intangível de diferentes setores na composição de um destino, sendo este o produto final.

O turismo é considerado um fenômeno social e econômico que vem tendo um crescimento expressivo ao longo dos anos. É um dos setores econômicos mais promissores, o que é apontado pela Organização Mundial de Turismo (UNWTO, 2014a) como a palavra-chave para o progresso socioeconômico global, o qual expõe que o turismo marca potência similar ou superior às exportações de petróleo, produtos alimentícios ou automóveis, e tem sido uma das principais atividades geradoras de divisas para países em desenvolvimento, a

exemplo do Brasil. As chegadas de turistas internacionais cresceram 4,6% no primeiro semestre de 2014 de acordo com a UNWTO. Destinos em todo o mundo receberam cerca de 517 milhões de turistas internacionais entre janeiro e junho de 2014, 22 milhões a mais que no mesmo período de 2013.

Constatamos ainda que não há consolidação teórica no campo e que muitos estudos precisam ser realizados no sentido de compreender o fenômeno organizacional turismo, assim como seus processos de aprendizagem. Somado ao que Bispo e Mello (2012) apresentam como uma lacuna de pesquisa – o fato de existirem poucos estudos que adotam perspectivas de aprendizagem sociológica, principalmente no Brasil. Complementamos com o informe de que no campo do turismo os estudos sobre aprendizagem nem de longe assumem perspectivas sociológicas, embora possa ser considerado um campo rico do ponto de vista social. Em um levantamento realizado para este trabalho de dissertação, em periódicos de turismo nacionais e internacionais, iniciando pela data de fundação dos mesmos até 2013, observou-se que 63 artigos foram desenvolvidos tendo como tema a aprendizagem e turismo. Dentre os quais apenas 07 artigos nacionais, que possuem entre as palavras-chave: aprendizagem, aprendizagem e desenvolvimento, gestão do conhecimento, aprendizagem multicultural e aprendizagem monocultural.

É possível observar na literatura especializada uma imprecisão para conceituar o turismo, visto tanto como a indústria produtora de serviços, quanto o produto final - serviço. Alguns autores, na busca por uma conceituação mais precisa se baseiam nos seus elementos constitutivos, como Ansarah (2001) que define o turismo como um fenômeno que reúne direta e indiretamente diversos setores da economia, alinhada à noção simplista que o tem enquanto algo condicionado pelo deslocamento de pessoas para o atendimento de seus fins específicos (UNWTO, 2014b).

No entanto, percebemos que na produção internacional, alguns autores já esboçam preocupações similares as que orientam este estudo no campo do turismo, a exemplo de McIntosh, Goeldner e Ritchie (2000) que tratam da necessidade de estudos que sejam capazes de inovar na abordagem do tema como, por exemplo, analisá-lo sob uma perspectiva dinâmica em oposição à visão estática, a partir das perspectivas individual e social; e Urry (2001) que faz uma crítica a esta visão unilateral (deslocamento de pessoas), ao explicar que o turismo representa um fenômeno bem mais complexo do que é normalmente apontado, defendendo-o como uma construção social. Cohen e Cohen (2012) discutem uma das teorias da prática, a TAR, como uma alternativa ao estudo e compreensão do turismo em sua real dimensão.

Em relação à escolha por um espaço turístico em que seus elementos pudessem ser apreendidos, elegemos a Orla Marítima (que mais adiante será apresentada) por ser um espaço que tem sido pouco explorado do ponto de vista acadêmico, principalmente em relação ao estudo do turismo. Realizamos um levantamento sistemático sobre os estudos que tiveram como campo a Orla Marítima, sem delimitar uma linha de estudo específica, isso no intuito de compreender como as pesquisas acontecem, os principais temas e abordagens. No entanto, chegamos ao número de apenas quatro artigos cujos temas variam entre i – políticas públicas e privadas no lazer e no turismo; ii - imagem e sustentabilidade turística; iii – marketing territorial e turismo; e iv – turismo e territorialização. Os estudos já apontam a relação deste espaço com o turismo (CORIOLANO; PARENTE, 2011; SILVA; ANDRADE, 2012; VERA; LADEIRA; COSTA, 2013; RIBEIRO; COSTA; TAVARES, 2013).

Ainda quanto a estes artigos encontrados, Coriolano e Parente (2011) apresentam uma discussão no âmbito socioespacial do uso do espaço público Orla, a predominância da privatização e elitização do espaço em virtude de políticas públicas desiguais e voltadas ao atendimento de uma minoria, discutem ainda sobre as transformações que estas ações impactam no solo urbano de Fortaleza (CE). Silva e Andrade (2012) tratam da prostituição que ocorre na Orla de Atalaia, Aracaju (SE), que não é ocasionada pelo turismo, mas que pode representar uma barreira quando se trata da imagem turística desse lugar. Vera, Ladeira e Costa (2013) apresentam a percepção de turistas e moradores sobre a retirada das barracas de praia da Orla de Salvador (BA), tendo como praia um território marcado pelo lazer e pelo consumo, revelando a importância das barracas para o turismo. Ribeiro, Costa e Tavares (2013) apresentam as práticas turísticas na Orla oeste da Ilha de Mosqueiro (PA) e identificam o processo de des-re-territorialização de tais práticas e o viés do [eco] turismo como uma possibilidade de nova significação ao uso da Orla oeste da ilha, todavia, o termo prática em uso não se integra a vertente dos EBP.

Outro aspecto sobre a Orla Marítima que revela a importância deste espaço e chamou a atenção para a mesma se trata da criação em 1998 pelo Governo Federal de um plano de ação federal para a zona costeira que originou um Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente, e da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, da Secretaria do Patrimônio da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A criação teve o intuito de garantir o direito legítimo do uso da praia ao cidadão, assim como minimizar uma série de conflitos existentes pelo múltiplo interesse relativo ao uso da praia e disciplinar o uso e a ocupação deste espaço (BRASIL, 2002; 2004; 2005; 2006; NAKANO, 2006).

Sabe-se que em virtude de sua vasta Orla Marítima, em torno de 8.500 km de extensão que banha aproximadamente 400 municípios (BRASIL, 2004; 2005; 2006a; 2006b), a atividade turística no Brasil tem incidência, principalmente, no segmento de sol e praia (BRASIL, 2010). No Brasil, as praias podem ser consideradas como um atrativo motor para o turismo, fundamentalmente na região Nordeste.

Conforme dados do Ministério do Turismo (BRASIL, 2014), o Nordeste é a região que mais recebe turistas domésticos e continua sendo um dos destinos preferidos, listado pela Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), órgão oficial que reúne os nove estados nordestinos, como um grande atrativo para diversos segmentos de turismo, e o de “praia e *resorts*” é a categoria mais procurada, pela estrutura geográfica da região, banhada em boa parte pelo oceano atlântico, formando praias tropicais, algumas das quais em início de exploração, outras inexploradas. Os nove estados que compõem a região nordeste são: Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraíba.

A atividade turística na Paraíba é crescente. Dados de um levantamento realizado pela Empresa Paraibana de Turismo (PBTur) para compreender o Fluxo Global Estimado de Turistas para o Destino Paraíba revelaram que houve um quantitativo de 132.228 turistas em novembro de 2013, equivalente a um aumento de 6,48% quando comparado ao número de 124.180 turistas vindos no mesmo período no ano anterior (PARAÍBA, 2013).

O litoral do estado é considerado paradisíaco, e abrange 117 quilômetros de extensão, compreendendo a fronteira com o Rio Grande do Norte e com Pernambuco, que totalizam 53 praias urbanas e recônditas, em que a maioria se encontra na região metropolitana de João Pessoa (PARAÍBA, 2013).

João Pessoa, capital da Paraíba, encontra-se na lista dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil, representando a porta de entrada do turismo no estado (SEBRAE, 2012). Como mencionado, sua proximidade com os estados adjacentes de Pernambuco e Rio Grande do Norte, que permite um maior fluxo de visitantes por meio de modalidades extensivas de turismo, bem como seus elementos típicos, como a culinária, a mata nativa, o artesanato, a cultura e as belezas naturais, contribuem para a projeção nacional, em proporções cada vez maiores, do turismo local. A cidade possui 723.514 habitantes, dos quais 15.000 atuam no setor do turismo (JOÃO PESSOA, 2013).

Ainda de acordo com esses dados, dentre seus atrativos naturais se destacam a ilha de Picãozinho, areia vermelha, a ponta dos Seixas (divulgada como o ponto mais Oriental das Américas) e as praias urbanas, cujas suas orlas são apontadas como refúgio para seus

frequentadores. A caminhada na “calçadinha” da praia foi apontada no site da gestão municipal (JOÃO PESSOA, 2013) como uma das atividades físicas preferidas por parte dos turistas que chegam à Capital paraibana, e que neste local são dispostos serviços de assistência à caminhada.

Portanto, elegeu-se a Orla Marítima¹ de João Pessoa/PB como o campo de estudo, considerado um espaço turístico de uso comum do povo pela sua natureza e determinação legal, deste modo, acessível à realização de qualquer pesquisa sem se necessitar de consentimentos prévios, conforme estabelece a Carta Magna, a qual em seu artigo 20 designa a praia um patrimônio da União, e também o código civil, no artigo 99 da Lei 10.406/02, que a considera um espaço de uso comum do povo (DI PIETRO, 1998). A Orla Marítima de João Pessoa compreende 24 quilômetros (JOÃO PESSOA, 2014), portanto, o trecho no qual houve o processo de pesquisa foi onde se localizam as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, por serem mais centrais e turísticas em relação às demais (IFEP, 2014). Antecedente a imersão em campo, houve a participação em cinco reuniões do Comitê Gestor Orla de João Pessoa – PB.

Mediante ao até aqui exposto, tínhamos um questionamento preliminar que emergiu ao longo do contato com a teoria para que os primeiros passos da pesquisa pudessem ser seguidos: **como ocorre o processo de aprendizagem social de uma prática situada na Orla Marítima de João Pessoa/PB, esta que constitui a atividade turística local?** Tendo o intuito de responder a este questionamento, formulamos o seguinte objetivo geral: compreender o processo de aprendizagem social de uma prática situada na Orla Marítima de João Pessoa/PB, que constitui a atividade turística local. No propósito de atendermos ao objetivo geral, lançamos os seguintes objetivos específicos: i) identificar o conjunto de práticas que constituem o turismo na Orla Marítima de João Pessoa/PB; ii) analisar o conjunto de elementos (humanos e não-humanos) que caracterizam a prática identificada; iii) descrever o processo de aprendizagem social que embasa a prática identificada.

Por entender os pressupostos filosóficos que embasam o conceito de prática, dentro da vertente dos EBP e que estudos nesta linha demandam uma estratégia de

¹Este estudo é um dos frutos do projeto intitulado: “O Turismo como Prática na Cidade de João Pessoa/PB: Mapeando o Processo de Aprendizagem Cotidiana dos Atores Sociais”, aprovado em 2012 pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico, tendo como proponentes: Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Programa de Pós-graduação em Administração – PPGA/UFPB; e Núcleo de Estudos em Aprendizagem e Conhecimento – NAC. Além desta dissertação, outros dois trabalhos monográficos (do curso de Administração) integram o projeto, sendo estes: “O processo de aprendizagem da comunidade local de João Pessoa - PB nos usos de sua orla”, desenvolvido pela aluna Irley Suellen Alcântara e Santos e “O mapeamento das competências como práticas dos empreendedores donos de quiosques da orla de João Pessoa” desenvolvido por Arturo de Assunção Santiago Fernandes.

investigação pertinente (GHERARDI, 2006, OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012; BISPO; SOARES; CAVALCANTE; 2014), elegemos a etnometodologia para auxiliar o mapeamento e a identificação de uma prática, ou um conjunto, e analisar a mesma fundamentada nos seus cinco conceitos-chave, quais sejam a realização; indicialidade, reflexividade, relatabilidade e a noção de membro (BISPO, 2014).

É importante mencionar que utilizar a etnometodologia como estratégia de pesquisa foi considerada também pela possibilidade de preenchimento da lacuna evidenciada por Oliveira e Montenegro (2012), dado que como ela é uma abordagem sociológica, não se sabe exatamente o seu potencial de colaboração para os estudos organizacionais. Desse modo, a partir das visitas à Orla Marítima de João Pessoa/PB, seguimos os princípios fundamentais da etnometodologia, ou seja, a noção de indiferença metodológica e a ciência de que a prática emerge do campo, houve um refinamento no questionamento que impulsionou a pesquisa na sua primeira instância. Passamos a considerar a prática apontada no campo, seja ela o uso da Orla Marítima para o turismo, sendo que o turismo passa a ser compreendido como uma prática social integradora, transversal e transformadora.

Destarte, a noção de turismo deste estudo passou a se amparar em reflexões ontológicas, as quais buscaram compreendê-lo como um fenômeno que ultrapassa as fronteiras teóricas até então delimitadas, indo ao encontro de abordagens que vislumbrem a dinamicidade existente e os diversos olhares sobre este fenômeno e, ainda, que as práticas sociais se tornam a base para o turismo e que o mesmo pode representar um importante gerador de conhecimento tanto econômico quanto social, que ocorrem por meio de processos de aprendizagem.

Desse modo, consideramos o turismo como um processo que vai além da noção de deslocamento de pessoas ou como uma indústria ou como simplesmente atividade econômica. Este ocorre por meio da aprendizagem, dos processos organizativos e das interações (textura organizacional) sociomateriais entre os elementos humanos (turistas, visitantes, moradores e comerciantes) e não-humanos (equipamentos, atrações, cultura, destinos, patrimônios, entre outros), o que permite caracterizar um dado espaço como turístico (CLEGG; HORNBERGER; RHODES, 2005; GHERARDI, 2006; COHEN; COHEN, 2012).

Portanto, o questionamento da pesquisa passou a ser: **como ocorrem os processos organizativos e de aprendizagem do turismo como prática na Orla Marítima de João Pessoa/PB?** A partir deste questionamento, objetivamos compreender os processos organizativos e de aprendizagem do turismo como prática na Orla Marítima de João Pessoa/PB. Com efeito, os objetivos específicos passaram a ser: i) identificar

etnometodologicamente o conjunto de atividades que constituem o turismo como prática na Orla Marítima de João Pessoa/PB; ii) analisar o conjunto de elementos sociomateriais (humanos e não-humanos) que alicerçam o turismo como prática na Orla Marítima; iii) refletir sobre o processo de aprendizagem social do turismo como prática na Orla Marítima.

Sob esse prisma, como primeira contribuição, ampliaremos o enfoque de pesquisas sobre turismo, assim como sobre aprendizagem, em relação às práticas sociais, provendo explicações empíricas que possam contribuir com os EBP, novas reflexões acerca do turismo e do espaço turístico como campo organizacional e, conseqüentemente, um avanço teórico neste sentido. Mostraremos também, como contribuição metodológica para pesquisas em turismo, um caminho de pesquisa com o potencial de possibilitar a compreensão do turismo como uma prática e a aprendizagem social atrelada à referida prática. No campo prático, este estudo possibilita um olhar situado e particular a respeito da Orla Marítima como um espaço organizacional e turístico, o que permite aos agentes públicos e privados compreenderem a real dinâmica deste espaço, estando entre os referidos agentes a própria sociedade local que integra fundamentalmente o turismo como prática na Orla.

Em relação à estrutura do trabalho, esta dissertação é composta por cinco capítulos. No primeiro capítulo se encontram os aspectos introdutórios, a partir dos quais apresentamos a contextualização do tema e das diretrizes de pesquisa, que incluem a exposição do problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa da pesquisa. O segundo capítulo compreende o referencial teórico que versará sobre os estudos organizacionais e os estudos baseados em prática, sociomaterialidade, aprendizagem social e turismo. No terceiro capítulo, a estratégia de pesquisa será apresentada, assim como as vertentes teórica e metodológica da estratégia de pesquisa utilizada, seja esta a etnometodologia. Apresentaremos a Orla Marítima de João Pessoa como campo de estudo, a operacionalização da pesquisa e os procedimentos utilizados na análise. No quarto capítulo, será apresentada a análise do turismo como prática a partir dos conceitos-chave da etnometodologia, em consonância com o embasamento teórico do trabalho. O quinto e último capítulo compreenderá as considerações finais da dissertação, incluindo as limitações e recomendações para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentaremos os temas estudados, indicando como estes se conjugam em congruência com os caminhos ontológicos, epistemológicos e conceituais da pesquisa empreendida. Com efeito, o referencial teórico deste trabalho se configura como um dos sustentáculos para esta pesquisa, no sentido de organizar o conhecimento acerca dos temas.

Desse modo, este referencial teórico se encontra dividido em três seções. Na primeira trataremos da organização com um olhar voltado ao entendimento das perspectivas paradigmáticas existentes nos estudos organizacionais, sobre a esteira das teorias que sustentam o campo organizacional. A finalidade da seção é de indicar o caráter transitório e em constante desenvolvimento destas teorias. Portanto, os Estudos Baseados em Prática – EBP são apontados como um caminho para a compreensão dos estudos organizacionais a partir dos fenômenos ordinários. Como indicação da perspectiva seguida neste trabalho, ainda nesta primeira seção, apresentaremos o conceito de prática e de organização com ênfase nos processos que a sustenta, tida ainda como uma conjuntura ativa e uma estrutura diferenciada (CZARNIAWSKA, 2006; 2013), dado que se consideram os elementos do cotidiano da vida organizacional e o conjunto de elementos que sustentam as atividades que dão vida à organização (GHERARDI, 2009b). Apresentaremos também a sociomaterialidade como uma condição inerente aos processos organizativos, dado que os elementos sociais e materiais se complementam intimamente na produção da prática (LEONARDI, 2012).

Na segunda seção, em consonância ao que foi proposto, exporemos a perspectiva sociológica da aprendizagem organizacional, indicando os seus principais conceitos e os caminhos por meio dos quais o conhecimento é construído. Apresentaremos em seguida os tipos de conhecimento existentes, com destaque ao conhecimento prático (*knowing-in-practice*) que representa um conjunto de conhecimentos incorporados no indivíduo através da sua experiência em diversos âmbitos de sua vida (GHERARDI, 2000; 2006).

Por fim, na última seção apresentaremos as perspectivas históricas e teóricas do turismo (ENZENSBERGER, 1996), o que permite compreender suas fragilidades de cunho ontológico e a falta do estabelecimento de uma teoria comum. Portanto, o turismo é considerado um fenômeno dentro do campo dos estudos organizacionais, que pode ser visto na perspectiva das práticas, conforme indiretamente já apontam alguns estudos desenvolvidos

por autores como Jóhannesson (2005), Duim (2007), Ren (2011), assim como Cohen e Cohen (2012).

2.1 Organizações numa Abordagem Processual (o *Organizing*)

Os estudos organizacionais foram conduzidos à construção contínua de um quadro de teorias consideradas por críticos organizacionais como retalhos, quebra-cabeças e metáforas por se distanciarem da completa realidade, uma vez que esta é maior do que a capacidade humana de acessá-la. Com a consideração das perspectivas existentes e das bases paradigmáticas que as sustentam, seguimos pelo conceito de “organizações” numa perspectiva sociológica e processual, aqui denominada “*organizing*” (WEICK, 1979; GHERARDI, 2006; CZARNIAWSKA, 2008a; 2013). É importante realizar a apresentação desta perspectiva alinhada a base teórica adotada neste estudo para indicar que ela não é recente, mesmo sendo considerada por muitos como pós-estruturalista e pós-moderna. O termo “*organizing*” emergiu no mesmo período em que teorias estruturalistas estavam em grande vigência, por isso, é importante deixar claro que a noção de organização tida como processo não deve ser enquadrada unicamente como pós-estruturalista (CZARNIAWSKA, 2008b), embora este estudo se ampare no paradigma pós-humanista que também faz parte de um movimento pós-estruturalista.

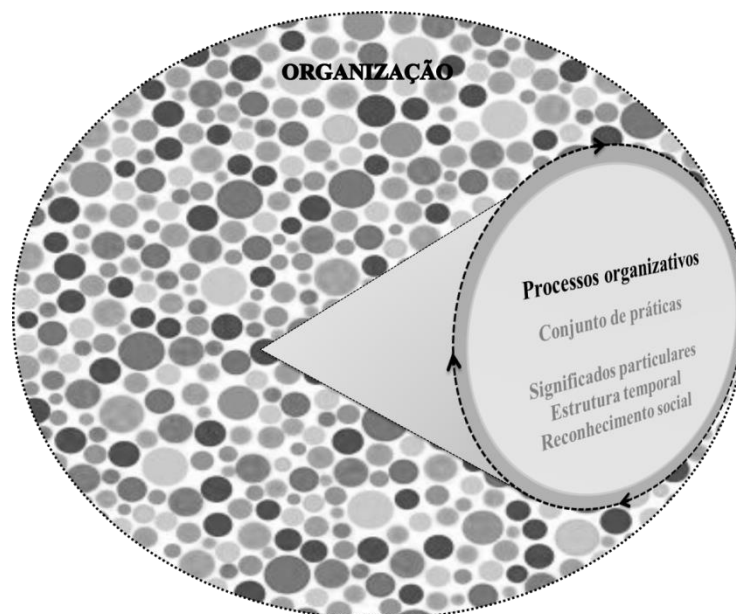
Em seus estudos, Gherardi (2006) adota o termo “*organizing*” para indicar uma ideia de movimento contínuo e dinâmico ao processo de organizar. Quando se trata do “*organizing*”, Cooper e Law (1995) conferem a organização um caráter ativo e contínuo, visto que seus processos geram resultados inacabados ou parciais e, ainda, fenômenos de diversas naturezas. Traduzimos o “*organizing*” por “processos organizativos” para facilitar o entendimento acerca do termo. Tal conceito emerge da noção de prática numa ótica mais abrangente e fundamentada em pressupostos particulares, a prática possui como requisitos básicos: seus significados próprios; o pré-estabelecimento do período temporal de uma ação; o reconhecimento social; e a organização como um organismo dinâmico e processual.

Para Weick (1979), a utilização do substantivo “organização” imprime ao mesmo uma noção de rigidez e estrutura estática. Para o autor, assim como para Cooper e Law (1995), os fenômenos organizacionais poderiam ser melhor captados se adotada uma noção de organização como verbo (*organizing*), evidenciando sua natureza ativa e processual e, ainda, se os estudiosos focassem mais no processo de organizar, ao invés da estrutura organizacional fruto deste processo.

Ao recuperarmos os processos organizativos, oferecemos as organizações um novo olhar, buscando compreender outras realidades organizacionais a partir da tão citada visão processual e o “como” o organizar produz a organização. Ou seja, os processos organizativos podem ser considerados como uma alternativa paralela e complementar ao entendimento das organizações, integrando conceitos tidos como certos. A partir da Figura 01 ensejamos mostrar a organização como uma malha de práticas tecida por processos organizativos. Cada círculo representa uma prática, seus contornos representam à sua dinâmica e os processos os quais são compostos por seus vários elementos sustentadores (CZARNIAWSKA, 2013).

Numa perspectiva pós-moderna, podemos colocar que referida malha é o que Gherardi (2006) denomina como textura organizacional. A textura organizacional se caracteriza pelas relações e interações cotidianas as quais produzem significados próprios, a realidade social é criada a partir das suas próprias regras, valores, crenças, entre outros. Com a análise da textura a noção de níveis (individual, grupal, organizacional, inter-organizacional) se torna meramente uma abstração com objetivos didáticos para explicação de uma realidade, uma vez que seu valor é dado ao processo de produção da prática a partir da agência dos atores sociais, sejam estes elementos humanos e não-humanos, particularizando a organização (GHERARDI, 2006; BISPO, 2013).

Figura 01 – Organização e os processos organizativos



Fonte: Autora (2014)

Czarniawska (2006; 2013) remonta sobre a fonte de estudos que embasou a visão de organização como um processo. O termo “*organizing*” foi cunhado em 1969 por Karl E. Weick, em sua tentativa de utilizar um novo conceito de organização, a fim de banir a ambiguidade existente em relação ao termo. Weick, inspirado nas ideias do psicólogo social Floyd Henry Allport (1954; 1962), publicou *The Social Psychology of Organizing*.

Os autores compactuavam uma noção de organização como um processo que é considerado uma gramática partilhada consensualmente e validada na medida em que ocorre, fazendo com que o comportamento dos indivíduos sejam conscientemente entrelaçados (WEICK, 1979). Czarniawska (2013) relata que Weick foi além de uma sintetização da teoria dos sistemas, ele conseguiu abrir uma teoria a respeito dos processos organizativos.

A proposta de Weick, ao mesmo tempo em que foi de encontro a um movimento duplo e de grande impacto na época, chamou atenção para a sua proposta. O duplo movimento versava a reificação e a naturalização das organizações. A reificação como uma maneira de indicar a abstração da formação social (considerada uma entidade homogênea e concreta) de uma situação mutável, complexa e heterogênea de seu meio original; e a naturalização como um modo de perceber as organizações como um fenômeno natural e não algo artificial, com delimitação histórica e rondada por relações de poder (COOREN; BRUMMANS; CHARRIERAS, 2008).

Deste modo, o foco nas organizações como estrutura, sinônimo de ordem estabelecida continuava, obscurecendo a visão de organização como um processo e, conseqüentemente, a proposta de Weick em retomar a perspectiva processual no estudo das organizações por meio dos processos organizativos. Percebe-se então que o foco na estrutura, sobrepujando o foco no processo de produção da organização sugere, de certa maneira, que a noção processual (processos organizativos) não estava adequada aos estudos organizacionais.

Em oposição a esta afirmação, Czarniawska (2010) chama a atenção para o fato de que a tônica nestes estudos eram os eventos que obscureciam a noção processual e fortaleciam a noção dominante. Reed (2007) coloca que a história dos estudos organizacionais e a maneira como ela é contada não é imparcial, ou seja, não são representações neutras do que se foi vivido. Logo, todo o processo de reconstrução histórica é realizado de interpretações que sempre poderão ser questionadas. Ainda para Czarniawska (2010), é necessário compreender este desenrolar das teorias, a fim de identificar a “virada histórica”, ou seja, o momento em que a organização passa a ser refletida como estrutura, em detrimento da visão processual.

Deste modo, para que a visão dos processos organizativos seja resgatada, é importante conhecer em que a utilização deste conceito pode inovar os estudos organizacionais. Czarniawska (2013) se fundamenta em Dwight Waldo (1961) para remontar a transição da teoria da administração para a teoria da organização. O autor alegou que o *behaviorismo*, um paradigma metodológico que surgiu nas ciências sociais e que não se adequava a teoria da administração, foi o responsável por esta transição. A teoria da administração considerava que a administração estava focada na ação, como uma ciência aplicada, enquanto a teoria da organização não tinha este foco, era considerada uma estrutura que existia “lá fora”.

De acordo com Czarniawska (2008a; 2010; 2013), a teoria dos sistemas e o conceito de sistemas abertos, aliada a noção de organizações complexas, representaram o principal foco de pesquisa durante a década de 1950, e contribuíram para que houvesse a transição da ênfase em administração para a ampla análise organizacional, reificação da organização, como também para que houvesse importantes redefinições neste campo. Conforme a autora (2010; 2013) uma redefinição marcante se trata da visão de organização como um conjunto de unidades delimitadas e separadas, interligadas pela sua capacidade de adaptação, contribuindo para que a noção de corpo “organizado” passasse a ser chamado por “unidade organizacional” (CZARNIAWSKA, 2008a).

Czarniawska (2008a; 2013) explica ainda que pelo fato de que se havia obtido, a partir de então, um equilíbrio entre o taylorismo e o modelo ideal de administração, esta visão se tornou *mister* na década de 1960. Outro fator preponderante, apontado pela autora, trata-se da aproximação desta abordagem com a cibernética, objeto que começou a chamar a atenção da ciência moderna. Destarte, em seu estudo, Weick (1979) resumiu a teoria do sistema e adotou uma visão de organização como um sistema “autopoiético”, este capaz de se autorreproduzir e autorregular por meio de fatores ambientais, fazendo com que a organização tenha seus resultados ligados por ciclos (laços causais), ao contrário da ideia de cadeia linear de causa e efeito. Com isso, o autor defende que os processos organizativos devem ser o foco para os estudos organizacionais.

Ao nos inclinarmos para o estudo dos processos organizativos, não colocamos de lado as efetivas contribuições da teoria dos sistemas, que por mais de 50 décadas permaneceu em destaque e foi de grande inspiração para os estudos organizacionais (CZARNIAWSKA, 2013), apenas reconhecemos que a visão de organização como estrutura neutraliza seus fenômenos, encobre os principais problemas e, por si só, não é capaz de compreender a ampla gama de fenômenos organizacionais existentes.

Para Czarniawska (2010), se os estudos organizacionais forem analisados a fundo, pode-se encontrar uma série de pontos que indicam o como a ideia de organização pode embarreirar e ocultar questões críticas dos processos organizativos. Na visão da autora, estes estudos se inclinam apenas a associação dos processos organizativos na organização formal, desprezando a interação que se dá nos grupos informais e os próprios grupos formais, a colaboração que pode vir a existir entre organizações e a noção de que organizações podem ir além da sequência dos objetivos para os quais ela foi concebida.

Para Weick (1979), assim como Cooper e Law (1995), o estudo da organização deve priorizar o entendimento do organizar, a partir da compreensão de como as pessoas agem e o que elas fazem coletivamente para a obtenção dos objetivos predeterminados, fazendo com os processos organizativos sustentem a organização, uma vez que ela é dada como um contínuo resultado do organizar, ou seja, a ordenação coletiva das práticas que fazem com que a realidade social nesta localidade específica exista *ad hoc*.

Na visão de Czarniawska (2013) e Czarniawska *et al.* (2007), os estudos organizacionais devem partir do entendimento das organizações informais, a fim de facilitar uma real compreensão do fenômeno em análise. Na coletânea de estudos realizados por Czarniawska é indicado que situações de risco facilitam a formação de processos organizativos, como um impulso comum para a criação de uma estrutura partilhada pelos membros, entrelaçada por redes existentes, fazendo com que ela exista e se mantenha. Retomando a visão de Czarniawska (2013) e Czarniawska *et al.* (2007), esta estratégia do organizar e a criação espontânea de uma rede de ação ou, nas palavras de Gherardi (2006, 2012), uma textura organizacional que é a base sustentadora de uma organização.

Com isso, Czarniawska (2013) conclui que a teoria da organização seria melhor compreendida se o foco fosse voltado à apreensão dos processos organizativos, possibilitando assim a atualização das teorias e realinhando as teorias vindouras, sendo isso de grande utilidade aos profissionais da área. Portanto, compreende-se a organização, neste estudo, como um conjunto de práticas agrupadas pelos processos organizativos, o que proporciona o caráter não racional as mesmas, implicando, assim, na impossibilidade de definição da organização de modo racional e, ainda, deixando de lado generalizações a respeito das práticas ocorridas em uma dada organização (CLEGG; HORNBERGER; RHODES, 2005).

Conforme pode ser observado a partir da breve apresentação empreendida sobre os processos organizativos, é importante esclarecer que este conceito de organização tem uma forte relação com os estudos sociológicos baseados em prática. Em outras palavras, estes estudos consideram o cotidiano das organizações, as relações do dia a dia que envolvem o

sentido atribuído às palavras, cultura, ações referentes à imaterialidade e ao uso de artefatos ligados à materialidade (GHERARDI, 2006), possibilitando conhecer os elementos que permeiam o organizar. Com efeito, ratificamos o enfoque aos Estudos Baseados em Prática - EBP como um caminho para os estudos organizacionais, uma vez que se passa a reconhecer as particularidades da organização considerada dinâmica e multidimensional.

2.1.1 Um caminho para os Estudos Organizacionais: Estudos Baseados em Prática – EBP

A teoria da organização é apresentada por Reed (2007) como um ponto de conflitos históricos em que diferentes línguas, abordagens e filosofias lutam por reconhecimento e aceitação. Conforme o autor, as raízes históricas dos estudos organizacionais são caracterizadas pelo conjunto de trabalhos que ganhou expressividade a partir da segunda metade do século XIX. Além disso, as “incertezas ideológicas” e os “remendos técnicos” que por muito tempo foram utilizados nos estudos organizacionais estão sendo questionados pelos estudiosos contemporâneos, que buscam identificar quais os meios intelectuais mais apropriados ao seu estudo, considerando vários fatores, dentre estes, sua posição geográfica e o seu atual contexto social (DAVIS, 2010).

Nesse sentido, é possível perceber que a criação e o desenvolvimento da teoria organizacional envolve o contexto social e histórico em que ela foi criada e recriada, fazendo com que a teoria organizacional seja sujeita a procedimentos metodológicos comuns, mas que podem ser revisados por intermédio dos quais modelos e teorias explicativas são negociadas e debatidas.

Destarte, torna-se necessário conhecer e investigar perspectivas de estudos organizacionais que emergiram a partir da linha de desenvolvimento do campo e que foram sendo negligenciadas na medida em que se reforçava (reificava) a visão de organização alinhada às perspectivas dominantes. Por isso, neste estudo as organizações são observadas a partir do olhar da prática nos chamados Estudos Baseados em Prática (EBP) cuja ênfase se encontra nos fenômenos do cotidiano organizacional. Mas afinal, o que são os EBP? O que é prática? Antes de tudo, torna-se necessário conhecer estes termos e, ainda, a noção de processos organizativos como um conceito integrante à prática.

Os EBP se tratam de um movimento científico que tem como foco de estudo os fenômenos da vida cotidiana (BISPO, 2013). A expressão foi cunhada por Silvia Gherardi a qual percebeu a necessidade de criar um termo guarda-chuva que abrigasse o contingente crescente de estudos que iam de encontro com abordagens racionais e funcionalistas, e que

comungavam o fato de considerarem a ação da organização, o cotidiano e os processos sociais de aprendizagem. Gherardi tinha o propósito de promover um avanço nestes estudos a partir de um marco comum de desenvolvimento, portanto, em 2000 articulou a edição especial da *Organization Journal* (v. 7, n. 2) que reuniu parte dos artigos apresentados no encontro da *Academy of Management* de 1998 no intuito de disseminá-los. Mais tarde, a partir destes artigos, em 2003, tendo a frente da edição Davide Nicolini, Silvia Gherardi e Dvora Yanow, foi publicado o livro: *Knowing in Organizations: A Practice-Based Approach* (GHERARDI, 2008; BISPO, 2013).

Apesar de uma diversidade de estudos, o corpo teórico de prática ainda é heterogêneo, embora esteja unido na crença de que fenômenos como o conhecimento e a atividade humana, ciência, poder, linguagem, instituições sociais e transformação histórica ocorrem dentro do e são aspectos ou componentes do campo de práticas (SCHATZKI, 2001). Na concepção do autor (p.11):

O campo de práticas é o nexos total de práticas humanas interligadas. A “abordagem da prática” pode, assim, ser demarcada como todas as análises que (1) desenvolvem um corpo teórico sobre práticas, seja no campo de práticas ou algum subdomínio do mesmo (por exemplo, a ciência), ou (2) tratam o campo de práticas como o lugar para estudar a natureza e a transformação do seu objeto.

Mesmo sendo colocada por Schatzki (2001) esta heterogeneidade nos estudos, o movimento das práticas tem crescido passando a ser foco da atenção de pesquisadores em toda a parte do mundo. No Brasil é possível encontrar um número considerável de interessados no tema, um montante aproximado de 123 autores e coautores que produzem nesta área, dentre estes Cristiano de Oliveira Maciel; Silvana Anita Walter; e Marcelo Bispo (BISPO; SOUZA; CAVALCANTE; 2014). Recentemente a Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais², cumprindo um dos objetivos, qual seja o de incentivar e disseminar a produção de conhecimento original que reconheça a especificidade do contexto das práticas, destinou um espaço à discussão de estudos realizados com base nos EBP – o Congresso de Estudos Organizacionais, que em 2014 teve sua segunda edição incluindo 8 grupos de trabalho.

Ao falar das raízes dos EBP, é necessário conhecer o real sentido do termo prática, denominado por Gherardi (2006; 2012) como prática social. Na concepção de Nicolini (2013), quando se utiliza a abordagem dos EBP é quebrado o modo tradicional de

² Cf.: <http://www.sbeo.org.br/sbeo/>

como os fenômenos organizacionais são compreendidos, dado que por meio dessa abordagem o pesquisador é levado a perceber aspectos do cotidiano que abordagens tradicionais encobriam. Recuperando as raízes dos EBP, evidenciamos inspirações teóricas de importantes segmentos da filosofia e da sociologia, na qual listamos dentre os seus importantes teóricos no caso da filosofia Wittgenstein, Aristóteles, Heidegger e Taylor; e dentre os advindos da sociologia estão Bourdieu, Giddens, Garfinkel e Latour (BISPO, 2013); entrando recentemente nesta lista Schatzki e Reckwitz. Desde a década de 1950 o sociólogo Garfinkel direcionava seus estudos a compreender a ação coletiva na organização do cotidiano, criando uma teoria que passa a representar uma alternativa no estudo das práticas sociais, sendo esta a etnometodologia (BISPO, 2013) a ser apresentada no capítulo 4 deste trabalho.

Os EBP se tratam de uma abordagem que permite compreender a ordem social, os fenômenos coletivos que ocorrem nos processos organizativos (GHERARDI, 2006; BISPO; GODOY, 2012) numa perspectiva pós-humanista, já que consideramos os elementos não-humanos na análise social, uma vez que as entidades não são apenas elementos da prática, são condicionantes da sua existência, em que as atividades são parte corpórea das práticas, são mediadas por artefatos e objetos híbridos (SCHATZKI, 2001).

O referido autor esclarece o antagonismo existente entre o paradigma do humanismo e do pós-humanismo. Expomos aqui em síntese no intuito de esclarecer o posicionamento epistemológico adotado neste estudo. O humanismo se enquadra no modernismo e tem sido um paradigma culturalmente aceito e seguido com marco no início do século XIX, tendo a sua frente à ideia de que os significados, valores e verdades são criados pelos seres humanos, únicos agentes na produção social (humanidade como o centro de tudo) e sua ação um caráter racional/moral. A crença deste paradigma é alicerçada nas principais correntes epistemológicas – a realista e relativista, a partir das quais a natureza e o pensamento social poderiam ser mais bem compreendidos. Já o pós-humanismo, um dos ganchos do pós-modernismo (CALÁS; SMIRCICH, 1999), desafia o modernismo ao remover a posição do ser humano como único protagonista para análise dos fenômenos sociais. Na perspectiva das práticas, isso implica dizer que na realidade é preciso considerar de maneira relevante os elementos não-humanos como componentes e determinantes na produção social.

Todavia, é importante esclarecer que ao se falar da prática, dentro da abordagem das práticas, o entendimento vai além da noção de rotina, ação individual, ou simplesmente o fazer determinada atividade. Embora seja possível alcançar algumas definições para o termo, parte com pressupostos e significados distintos. Gherardi (2006) se preocupa com o fato de que ao conceituar o termo prática é possível incorrer no risco de reduzir seu significado e a

ampla gama de elementos que o termo abriga. A seguir, no Quadro 01 apresentamos o conceito de prática a partir dos principais autores enquadrados na corrente sociológica.

Quadro 01 – O conceito de prática na tradição sociológica

Tradição sociológica	Entendimento sobre práticas
Bourdieu	A teoria de prática para Bourdieu está na relação entre as práticas dos atores e as estruturas objetivas sociais introduzidas, que são mediadas pelo conceito de <i>habitus</i> entre estas duas dimensões que ocorre de forma tácita (GHERADI, 2006).
Giddens	As práticas são entendidas como procedimentos, métodos ou técnicas executados de forma hábil pelos agentes sociais, o que sugere uma certa relação com as preocupações dos etnometodologistas (COHEN, 1979).
Garfinkel	As práticas são realizações contingentes em que todo o ambiente deve ser entendido como auto-organizador no que diz respeito ao seu reconhecimento e ordem social (GARFINKEL, 2006).
Latour	Realidade social organizada formada por conexões e associações entre atores (humanos e não-humanos), na qual interesses são trasladados (negociados) incidindo na criação de redes de atores (LATOUR, 2005).
Schatzki	A prática é considerada a interligação por meio de regras sociais (leis, estatutos padrões de comportamento, etc.), entendimentos construídos socialmente ao longo do tempo (contextual), e estruturas teleafetivas (orientação, objetivos, emoção) entre fazeres e dizeres organizados (SCHATZKI, 2001)
Reckwitz	As práticas sociais é o mundo social, não apenas a mente, o discurso ou a interação. São consideradas conexões de elementos humanos (mentais e corporais) e elementos não-humanos (objetos, conhecimento, emoções) na realização de atividades não rotinizadas em forma de um “bloco monolítico” sustentado pela união de vários elementos sem os quais a prática não seria possível. Destaca-se o fato de que os citados elementos são inerentes à prática e não aos indivíduos e influenciam na ação e no comportamento dos indivíduos (RECKWITZ, 2002).

Fonte: Adaptado de Bispo (2013, p. 145)

Gherardi (2006) afirma que a noção de prática respeita princípios que podem ajudar a desenhar um melhor entendimento do termo. Destarte, cinco características são apontadas, em suma: (a) a prática se refere à forma como os significados são atribuídos a determinado grupo de execução de atividades (situadas) e como o reconhecimento dessas atividades é obtido; (b) a prática se relaciona à fragmentação temporal em que um conjunto de atividades ocorre; (c) a prática é um fenômeno reconhecido socialmente; (d) a prática reflete a forma como o mundo é organizado; (e) a prática é dinâmica e inacabada.

Desse modo, uma prática pode ser considerada “um modo relativamente estável no tempo e socialmente reconhecido de ordenar elementos heterogêneos em um conjunto coeso” (GHERARDI, 2006, p. 34). Ainda sobre o entendimento das práticas, nas palavras de Gherardi (2009b, p.536):

Práticas não são apenas padrões recorrentes de ação (nível de produção), mas também padrões recorrentes de ação socialmente sustentada (produção e

reprodução). O que as pessoas produzem em suas práticas situadas não é só trabalho, mas também a (re) produção da sociedade. Neste sentido, a prática é um conceito analítico que permite interpretação de como as pessoas alcançam o ser-no-mundo. A prática não é reconhecida fora do seu significado intersubjetivamente criado e o que torna possível a reprodução competente de uma prática e o seu refinamento ao ser praticado (ou o seu abandono) é a negociação constante do que é pensado para ser uma maneira correta ou incorreta de praticar dentro da comunidade de seus praticantes.

Outra característica do estudo das práticas apresentada por Gherardi (2006) se trata da sua possibilidade de conhecer as organizações em suas particularidades, suas representações de conhecimento construídos por meio das práticas, dentre outros elementos relacionados às dimensões humana, social e cultural dos indivíduos integrantes da prática, a exemplo do turismo. Ainda conforme a autora, o mundo social se estrutura e se reconstrói a partir da ação dos atores sociais e da interação com os elementos não-humanos, ou seja, o curso destas ações faz com que as organizações se perpetuem ou se transformem em novas configurações ao longo do tempo. Isso reflete o modo como o turismo é visto neste trabalho, como uma prática sustentada por processos organizativos. Com efeito, por considerar que a prática estudada envolve vários elementos pouco explorados, torna-se elucidador conhecer como o material e o social se integram à produção de uma prática.

2.1.2 A materialidade e o social na produção da prática

De acordo com Leonardi (2012), desde 1960 apontam as primeiras preocupações com a materialidade no contexto das organizações, uma vez que se observou a existência da sua influência nos resultados do que se faz na vida cotidiana. Embora não tenha recebido o devido destaque na análise organizacional (ORLIKOWSKI, 2007), a materialidade passou a ser considerada na discussão de alguns estudiosos organizacionais no intuito de descobrirem, de fato, a influência dos elementos materiais no desempenho organizacional. A tecnologia foi um dos objetos mais estudados, tecnologias digitais como *softwares*, ou tecnologias físicas como o martelo, a televisão e seus componentes: fibra de vidro, aço, borracha a exemplo, dado que a matéria e a sua forma indicam uma tecnologia. Deste modo, a matéria em si (ou seus componentes) e a forma que ela assume constituem um objeto ou artefato que seu uso é impregnado de sentido estabelecido pelo tempo e pelo contexto no qual é utilizado (STRATI, 2007). De acordo com Leonardi (2012), a materialidade vai além do material (algo físico), ela se refere à forma particular (e tradicional) como os sentidos são atribuídos ao material em determinados contextos.

Na concepção de Svabo (2009), a materialidade corresponde a entidades físicas (objetos, artefatos, etc.), de modo que esta materialidade passa a ser imaterial simultaneamente ao passo em que oferece significado, de forma que um artefato pode ser considerado tanto material, quanto imaterial, dado que o mesmo é impregnado de sentido. Strati (2007) chama atenção para o fato de que os elementos materiais são direcionados desde a sua concepção a um fim específico em atendimento a alguma necessidade do homem. Por exemplo, o bisturi (objeto) utilizado pelos médicos para fazer incisões de forma precisa no ato cirúrgico. O médico conhece e reconhece este objeto, seu uso e os significados que o mesmo possui para o contexto onde atua. Deste modo, o material vem a facilitar a ação dos indivíduos (SVABO, 2009; KALLINIKOS; LEONARDI; NARDI, 2012).

Orlikowski (2009, p.6) esclarece que a materialidade, como exemplo a tecnologia, “é uma força exógena e relativamente autônoma de mudança organizacional” e, como tal, impacta significativamente nos resultados humanos e organizacionais – rotinas de trabalho, governança, desempenho e tomada de decisão. Orlikowski e Scott (2013) classificam em *ranking* a influência da materialidade no campo social, este sendo uma agência de viagens, contribuindo para a área do conhecimento na hospitalidade. Os autores apontam como as práticas e hábitos são modificadas em virtude da tecnologia, neste caso, as mídias sociais e a produção de conteúdo por especialistas (ação) e usuários (reação que gera novas ações por influência) por meio de sistemas de avaliação. O trabalho destes autores aponta para um caminho a ser explorado, o estudo organizacional na hospitalidade e a influência cotidiana da materialidade na construção do turismo.

Kallinikos, Leonardi e Nardi (2012) chamam atenção para o fato de que os elementos materiais constituem um importante aspecto dos processos organizativos, visto que por meio dos quais os indivíduos reorientam suas ações, ou seja, as velhas atividades podem ser realizadas de uma nova forma que não seria possível sem a materialidade. Na concepção de Orlikowski (2000) embora seja tratado como algo estabilizado, o material é algo incompleto, inacabado na medida em que seu uso é aperfeiçoado ao longo do tempo. O material se constrói e reconstrói constantemente.

A sociomaterialidade, por sua vez, é a fusão da materialidade com o social. Leonardi (2012) argumenta que muitos teóricos organizacionais têm defendido a existência de uma relação íntima entre o social e a materialidade, mesmo o foco do estudo sendo dado pelos mesmos ao entendimento de como um novo artefato é fundido a um determinado sistema social. O autor (p.12) argumenta que: “(1) toda materialidade é social na medida em que foi criada através de processos sociais e que é interpretada e utilizada em contextos sociais e; (2)

que toda ação social é possível por causa de alguma materialidade”. Em outras palavras, a sociomaterialidade se traduz na capacidade que a materialidade possui de ser social desde a sua concepção, destinação a um uso específico e a utilização inserida num contexto social, sendo um elemento de transformação. Isso nos permite perceber sua relação com os processos organizativos.

De acordo com Orlikowski (2007, p.1437) não há como dissociar a materialidade da realidade organizacional. Nas palavras da autora:

O social e o material são constitutivamente enredado na vida cotidiana. A posição de entrelaçamento constitutivo não privilegia seres humanos ou tecnologia (em interações unidirecionais), nem os ligam através de uma forma de reciprocidade mútua (em interações de duas vias). Em vez disso, o social e o material estão intimamente relacionados - não há social que também não é material, e não o material que não é também social.

Para Mol (2002), a relação da sociomaterialidade com a prática ocorre por meio da semiótica (o estudo da produção de sentidos e significados), uma vez que a realidade material é construída com base na criação de sentidos e significados. Esta realidade é composta por vários elementos/corpos que se conectam numa realidade única, nas então chamadas práticas corporais. A sociomaterialidade é inseparável da prática, na medida em que seus elementos e seus sentidos são produzidos pela prática (SCHATZKI, 2001; ORLIKOWSKI, 2007; LEONARDI; BARLEY, 2008). Ao analisarmos a sociomaterialidade a partir da lente das práticas é possível reconhecer sua relação (de divergência e convergência) com uma teoria da prática de larga tradição sociológica: A Teoria Ator-Rede (TAR).

A TAR ou sociologia da translação se trata de uma abordagem teórica da prática (GHERARDI, 2006) que teve como precursores Michel Callon, John Law e Bruno Latour (TURETA; ALCADIPANI, 2009) os quais estabeleceram críticas à visão sociológica tradicional cunhada por Émile Durkheim ao considerar uma inércia na realidade social e a existência de domínios independentes de atores sociais (COHEN; COHEN, 2012). Para Latour (2005), a preocupação com o processo de produção social deve ser o foco dos estudos sociológicos. O autor propõe uma maneira distinta de Durkheim de entender o social, não mais tido como algo fragmentado, mas como um conjunto de associações que se formam entre elementos heterogêneos existentes numa rede de relações, que compreendem pessoas, o meio e a materialidade.

Contudo, pela amplitude e profundidade desta perspectiva, neste estudo consideramos apenas o principal ponto de interseção com a materialidade, qual seja a discussão sobre os elementos não-humanos. Nesta abordagem, os elementos não-humanos

passam a ser considerados na análise social, é buscada sua significação atribuída pelo indivíduo, tornando-o um agente ativo nas situações cotidianas e ainda um provocador de mudanças. Desse modo: “os elementos não-humanos tal como os humanos podem agir. A agência não diz respeito necessariamente às pessoas” (LATOUR, 2005, p.1). Em outras palavras, no social não são apenas os seres humanos que agem, mas também máquinas, arquiteturas, recursos naturais, animais, ou seja, qualquer material. Destarte, a sociedade existe porque pessoas e não-humanos se entrelaçam formando uma complexa rede de relações sociais (LAW, 1992; LEONARDI, 2012).

É importante esclarecer ainda que o nível de análise dos elementos não-humanos é de igualdade com os elementos humanos. Latour (2005, p. 76), dá ênfase ao fato de que a TAR “não é o estabelecimento de uma absurda simetria entre humanos e não-humanos”. Ao contrário, são considerados os aspectos provisórios e heterogêneos de todos os elementos pertencentes à rede. Estas são consideradas as principais premissas da TAR concatenadas a partir do significado da palavra “social”.

Embora sejam abordagens fundamentalmente distintas, a sociomaterialidade e a TAR comungam ainda o fato de que no mundo empírico não existe distinção/separação entre o social e o material. A separação foi feita no campo teórico no intuito de facilitar a criação de disciplinas que estudassem cada vertente separadamente (LATOUR, 2005). Nesta perspectiva, Mol (2002) acredita que a partir do próprio ambiente de trabalho é que são laçadas as fronteiras entre o social e o material.

Ambas as teorias se enquadram em ontologias sociais orientadas à semiótica e uma epistemologia pós-humanista (CZARNIAWSKA, 2006; CZARNIAWSKA, 2007) e como percebemos, é considerada a agência dos elementos não-humanos na análise das práticas. Embora reconheçamos a relevância da TAR como uma lente para o estudo de fenômenos organizacionais, neste estudo, a perspectiva analítica que adotamos foi a da sociomaterialidade, uma vez que não buscamos compreender a constituição das associações entre os elementos humanos e não-humanos numa rede de interdependência as quais formam a ordenação social (CZARNIAWSKA, 2006; CZARNIAWSKA, 2007). Nosso intuito é mostrar que a natureza do fenômeno estudado nesta pesquisa é sociomaterial, o que implica dizer que em sua composição existem os elementos humanos e não-humanos numa linha de relação tão próxima ao ponto de ser inseparável.

Colocamos ainda que o turismo, sua sociomaterialidade e o estado incompleto da prática são movidos por processos de aprendizagem. Nos processos organizativos, os indivíduos aprendem a se organizar socialmente na medida em que estão interagindo,

aprendem a significar e resignificar objetos e artefatos na produção do cotidiano. Deste modo, nosso marco teórico resgata os principais aspectos da aprendizagem social a fim alcançar um amplo quadro de análise da prática em estudo neste trabalho – o turismo.

2.2 Aprendizagem numa Perspectiva Sociológica

A Aprendizagem Organizacional (AO) vem sendo foco de muitas pesquisas ao longo dos anos (EASTERBY-SMITH, 1997; ANTONELLO; GODOY, 2011). Os primeiros apontamentos deste tema datam a década de 1960 quando os cognitivistas Chris Argyris e Donald Schön se uniram no esforço de compreender como os indivíduos aprendem. Três décadas após, Peter Senge popularizou o tema através da sua obra, intitulada “A quinta disciplina”. Nesta, o interesse em conhecer como as organizações aprendem frente à competitividade e à necessidade de sobrevivência se amplia e ganha corpo (SILVA, 2009; ANTONELLO; GODOY, 2011).

A partir dos estudos de Easterby-Smith (1997) é possível identificar as várias influências que sustentam a AO e a conferem um caráter multiparadigmático, haja vista a existência de diversas perspectivas disciplinares, com bases ontológicas distintas e igualmente aceitas. Estas influências tratam de disciplinas que foram seminais ao estudo da aprendizagem nas organizações, bem como disciplinas paralelas, cujo enfoque se detém a determinado aspecto do tema.

Nesta perspectiva, Antonello e Godoy (2011) ressaltam o fato de que muitas disciplinas se entrelaçam a temática amparando a formação de um amplo e plural quadro de análise. Em detrimento do que Easterby-Smith (1997) aponta como “irrealista” ao tratar da criação de uma teoria compreensiva sobre a AO, Antonello e Godoy (2011) evidenciam a fragilidade na plataforma teórica sobre o tema, dado que a diversidade de abordagens tem minado o estabelecimento de uma base comum para o desenvolvimento do campo.

Para as autoras, a falta de integração entre as teorias existentes sobre AO tem dificultado traçar um caminho de pesquisa que possibilite a consolidação do tema. Todavia, para elas, há traços de intersecção entre as múltiplas influências dos campos do saber entre as quais é possível citar: a psicologia e a visão comportamental, da construção social, e a psicologia aplicada; a sociologia com as práticas e as relações sociais; a antropologia com os processos organizativos e os sistemas culturais; as ciências políticas com o estudo da identidade e das relações de poder; a perspectiva histórica com as narrativas e significados; a

economia com a visão baseada em recursos, a teoria da firma e as teorias evolucionárias da firma; e, a própria ciência da administração e as abordagens cognitiva e do conhecimento, da tomada de decisão organizacional e da adaptação, cultural, da aprendizagem na ação, e estratégica/gerencial.

Dessa forma, com o objetivo de resumir e ilustrar todas estas possibilidades de compreensão do fenômeno da AO foi elaborado o Quadro 02.

Quadro 02 – Disciplinas e as suas múltiplas influências de Aprendizagem Organizacional

Disciplinas	Vertentes
Psicologia	<ul style="list-style-type: none"> • Visão comportamental • Construção social • Psicologia aplicada
Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas • Relações sociais
Antropologia	<ul style="list-style-type: none"> • Processos organizativos • Sistemas Culturais
Ciências Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade • Relações de Poder
História	<ul style="list-style-type: none"> • Narrativas • Significados
Economia	<ul style="list-style-type: none"> • Visão baseada em recursos • Teoria da firma • Teoria evolucionária da firma
Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Perspectiva cognitiva e do conhecimento • Perspectiva da tomada de decisão organizacional e da adaptação • Perspectiva cultural • Perspectiva da aprendizagem na ação • Perspectiva da estratégia/gerencial

Fonte: Baseado em Antonello e Godoy (2011).

Sabendo da necessidade de focar o tema a partir de um nível interpessoal (desconsiderado nas teorias existentes), levando em consideração a neutralidade da meta, ou seja, a noção de que o observador deve se abster de qualificar a aprendizagem e, ainda, pensar na aprendizagem como um processo que pode ou não resultar em mudanças, fez suscitar uma abordagem que não apenas coexiste entre as demais, como reúne, inclusive, alguns elementos que as ligam. Esta abordagem inclui ainda dentro das suas especificidades outras influências: teoria da aprendizagem situada, visão cultural-interpretativista, teoria da atividade, teoria ator-rede, e teorias que fundamentam os estudos baseados em prática, sendo esta a aprendizagem na visão das práticas (ANTONELLO; GODOY, 2011).

A aprendizagem na visão das práticas, embora reúna elementos de outras abordagens, encontra-se ancorada na abordagem sociológica da aprendizagem, em que é a partir da interação dos indivíduos em seu contexto de ação que o sentimento de ser-no-mundo e o de pertencimento são construídos, fazendo com que o processo organizativo ocorra, sustentando as organizações (GHERARDI, 2006, p. 34). Nesta perspectiva, a aprendizagem envolve os aspectos materiais já que os mesmos fazem parte da realidade social, portanto, esta perspectiva se alinha ao paradigma pós-humanista. O conhecimento se torna um elemento material, envolvido na ação social (LATOUR, 2005; CZANIAWSKA, 2006), o que dá sentido a ação dos indivíduos. A este respeito, Antonello e Godoy (2009, p. 279) indicam que:

Os estudos baseados em práticas partem da noção de uma realidade emergente, do conhecimento como uma atividade material, conectada a artefatos materiais: o social não só está relacionado aos seres humanos, mas também a artefatos simbólicos e culturais. A noção de prática é rica à medida que articula a noção de espaço-tempo do fazer dos atores, isto é, como práticas “situadas”, implicando incertezas, conflitos e incoerências como características intrínsecas a essas práticas.

Clegg, Hornberger e Rhodes (2005) atenuam o fato de que para que a organização seja produzida, torna-se necessário o percurso mútuo entre aprendizagem e a ação da organização. Para que a organização exista, os indivíduos que a constituem passam por um contínuo processo de aprendizagem. A aprendizagem, os elementos humanos, não-humanos e a organização se entrelaçam nesse sentido (GHERARDI, 2006).

Vale ressaltar que a teoria social da aprendizagem tem como base em seu contexto intelectual um conjunto de teorias, as quais fortalecem a noção de intersecção apontada (ANTONELLO; GODOY, 2011) e, ainda, indicam a ampla abrangência do tema frente ao seu campo de aplicação. Dentre o conjunto de teorias que embasam a teoria social da aprendizagem, conforme ilustrada na Figura 02, apontam-se: as teorias da estrutura social, que se tratam de estudos que buscam compreender as instituições, normas e regras que são aceitas pela sociedade. Essas teorias enfatizam sistemas culturais, discursos e histórias; as teorias da identidade as quais se somam a perspectiva social da aprendizagem no sentido de buscar compreender a fundo questões de gênero, classe, etnia, idade e demais formas de categorização dos indivíduos; as teorias da experiência situada que estudam a dinâmica da experiência cotidiana, os elementos por traz da improvisação, coordenação de coreografia interacional; e as teorias da prática, as quais buscam compreender situações da vida real e acontecimentos diários, pondo ênfase nos sistemas sociais em que recursos são compartilhados por grupos que coordenam e organizam suas atividades (WENGER, 1998).

Figura 02 - Componentes da teoria da aprendizagem social: um inventário inicial



Fonte: Wenger (1998, p. 5), tradução nossa.

A abordagem social da aprendizagem vem se tornando uma vertente útil na compreensão de como ocorre a aprendizagem no contexto das práticas (WENGER, 1998; 2003; GHERARDI, 2000). Esta abordagem se opõe a teoria cognitiva tradicional (a visão puramente cognitiva), a qual detém maior parte de teorias sobre educação e aprendizagem (FOX, 1997).

A abordagem da cognição é considerada por Jarvis (2006) como algo que vai além de um conjunto de teorias sobre como ocorre a aprendizagem, ela envolve um foco considerável em como os indivíduos pensam, sabendo que o conhecimento se encontra armazenado na mente e é transmitido por processos mentais (GHERARDI, 2006). Entre os cognitivistas, assim chamados, encontram-se a filosofia de Confúcio, os psicólogos da linha de pensamento Gestalt e os teóricos do desenvolvimento – Vygotsky, Engestom, Marton e seus colegas, Robert Gagne, Argyris e Schön, Mezirow e Wildermeersch, cada qual com sua contribuição neste campo de estudos (JARVIS, 2006).

Percebe-se, por meio de Freire (1970), como é a visão dos cognitivistas em relação ao aprendiz, este como sendo um recipiente ou consumidor de um tipo abstrato de conhecimento avulso e fora de sua cabeça, em que o professor organiza e deposita no aprendiz, respeitando o conceito bancário de educação e ignorando o contexto da aprendizagem, o engajamento e a interação social dos indivíduos tão considerados na perspectiva social (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998).

É importante mencionar o que é colocado por Marshall (2008). O autor afirma que a aprendizagem social não é incomensurável às abordagens construtivistas e cognitivas, na medida em que assume a existência de processos mentais dos indivíduos, memória, construção de significados, experiências conjuntas, percepção e reflexão (DIDIER; LUCENA, 2008). Marshall (2008) esclarece que a cognição é uma abordagem específica, e que os quadros/esquemas cognitivos norteiam os conhecimentos que se tornam base para a construção, reprodução e a potencial transformação das práticas, por meio da relação entre a ação rotineira e a ação reflexiva. Já a abordagem sociológica das práticas é considerada mais holística e inclui mais elementos que apenas a mente. Inclui-se o contexto social, cultural, material e histórico e, ainda o pensar, o fazer e o ser.

De forma geral, conforme Gherardi, Nicolini e Odella (1998), a perspectiva social da aprendizagem remove o alvo da aprendizagem como manejo do conhecimento e das informações tidos como objetos e a recoloca como processos de interação e participação dos indivíduos num dado contexto social. E, ainda, nesta perspectiva não se ignora por completo os processos cognitivos, apenas o foco se volta para compreensão de como se dão os engajamentos no contexto social em que o indivíduo se encontra inserido, melhor caracterizando este engajamento a fim de perceber os processos de aprendizagem que são abrigados pelas ações coletivas dos indivíduos evidenciadas pelas práticas sociais que delas emergem (GHERARDI, 2006).

Conforme Bispo e Mello (2012), ao se falar do posicionamento epistemológico da perspectiva social de aprendizagem, nota-se que o ambiente (estrutura social), que se faz principal cenário à aprendizagem, sobressai-se sobre a mente do indivíduo (cognição) fazendo com que a aprendizagem não mais seja idealizada como um acontecimento individual, compreendendo a partir de então a coletividade. A aprendizagem ocorre no ambiente natural em que o indivíduo atua.

Ao se falar sobre a perspectiva de aprendizagem adotada para a condução deste estudo, a ênfase é dada na ação coletiva que gera conhecimentos relevantes para sua existência, conhecimentos estes materiais, imateriais e não necessariamente de uso econômico. O conceito de organização aqui adotada se alinha a estes pressupostos. A organização, nesse contexto, trata-se de um processo realizado pela ação coletiva que imbrica um conjunto de práticas, permitindo que ela seja identificada por meio destas, bem como que ela se perpetue e se transforme ao longo de sua existência. Em outras palavras, o aprender e o organizar são fenômenos próximos em uma relação de interdependência.

Nesse sentido, Gherardi e Nicolini (2001) recomendam que a aprendizagem organizacional seja estudada a partir de dois conceitos que interagem com a etnometodologia (a ser abordada com maior profundidade no capítulo 4), sejam estes a noção de participação em práticas e a reflexividade. Todavia, a principal proposta se trata da adoção do termo “aprender-ao-organizar” (“*learning-in-organizing*”) em substituição ao comumente utilizado “aprendizagem organizacional” no intuito de reforçar a crença de que o processo de organizar, como já mencionado ao tratar dos processos organizativos, é mais amplo que o termo organização sinônimo de uma estrutura representacional estática. Nesta perspectiva para que a aprendizagem se concretize e o conhecimento seja gerado e perpetuado ao longo dos anos na produção sociomaterial, é necessária a participação do indivíduo numa prática.

Portanto, a perspectiva utilizada para o estudo da aprendizagem se trata da socioprática, a qual percebe a aprendizagem como um processo resultante das realizações e interações coletivas, em oposição às abordagens puramente cognitivas. Desse modo, a aprendizagem é inseparável da experiência, dos significados e dos conhecimentos que permitem que o indivíduo participe do contexto social em que atua (GHERARDI, 2000) e sociomaterial, na medida em que se analisa a influência do sistema de linguagem e de outros elementos não-humanos na construção da prática (GHERARDI; NICOLINI, 2001).

Gherardi, Nicolini e Odella (1998) apontam os conceitos de comunidades de prática (CoP), currículo situado ou de aprendizagem e participação periférica legitimada como uma alternativa a compreensão da aprendizagem no contexto das organizações, a qual permite que sejam identificados os passos sequentes de um novato ao ingressar em uma organização.

O conceito de Comunidades de prática é clássico na aprendizagem dentro dos estudos baseados em prática. Este conceito é importante, dado que ele possibilita entender como ocorre a aprendizagem dos indivíduos na sua relação com o grupo, estando estes em diversos âmbitos de sua existência, e como o conhecimento é construído e perpassado ao longo dos anos (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; BISPO, 2013). O termo foi cunhado por Lave e Wenger (1991), que embora realçassem o caráter social e situado da aprendizagem, a cognição permanecia como um ingrediente norteador do processo de aprendizagem (GEIGER, 2009). Para Gherardi, Nicolini e Odella (1998) por meio da noção de comunidades de prática é possível assimilar como ocorre a transmissão dos conhecimentos tácitos e na ação.

Gherardi, Nicolini e Odella (1998) distancia ainda mais esta noção das perspectivas puramente cognitivistas (aprendizagem como estrutura cognitiva) ao afirmar que

nas comunidades de prática se considera o processo de transmissão de conhecimentos informais (tácitos) inseridos nos hábitos coletivos e no costume de um determinado grupo.

Como uma forma de chamar a atenção para importância das práticas, Gherardi, Nicolini e Odella (1998) alertam sobre o fato de que ao se evocar uma comunidade de prática, tangencia-se o verdadeiro valor da prática, uma vez que prevalece a noção limitada de que a prática só ocorre se houver um grupo de atores que estejam cientes e engajados na sua existência.

Gherardi (2009b) denomina um novo termo para tratar do que Lave e Wenger (1991) chamam de comunidade de prática, seja este “práticas de uma comunidade” ou “comunidade de praticantes”, pela crença de que as práticas antecedem as comunidades, uma vez que são as práticas comuns a um determinado grupo de pessoas que as fazem se congregar em torno da mesma, fazendo existir a textura organizacional, ou seja, a aproximação entre indivíduos, artefatos num contexto social, que possibilitam que os processos organizativos existam, tenham uma razão de ser e seja identificada como tal. Para a autora, são as atividades (práticas) realizadas pelos indivíduos que sustentam e caracterizam a comunidade.

No contexto das práticas sociais em que o mundo é vivido, a aprendizagem se torna um elemento fortemente presente e determinante para que a organização exista e se desenvolva (LAVE; WENGER, 1991), uma vez que “aprender, em suma, tem lugar entre e através das pessoas”, situada no meio de ação dessas pessoas (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998, p. 274).

Em relação ao conceito de currículo situado, este foi utilizado inicialmente no estudo de Gherardi, Nicolini e Odella (1998), cujos autores se inspiravam na ideia de “currículo de aprendizagem” disseminada por Lave e Wenger (1991). Currículo situado se relaciona com a forma de absorção dos novatos em um determinado grupo, e os moldes de aprendizagem exigidos para que estes novatos sejam capazes de executar o conjunto de práticas e atividades desse grupo, incluindo o uso específico de recursos simbólicos, materiais e econômicos (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; GHERARDI, 2006).

O conceito originário do currículo situado, o currículo de aprendizagem, ampara-se na noção de que para que o indivíduo, ao se inserir em um dado contexto social (novato), torne-se efetivamente um membro de uma comunidade profissional é necessário aprender um conjunto de pré-requisitos (conhecimentos e atributos) (LAVE; WENGER, 1991), permitindo que o indivíduo se torne competente ao ingresso numa categoria profissional.

Para ilustrar este quesito, Bispo (2013, p. 148) esclarece que “médicos, engenheiros, administradores” ingressam em sua profissão por meio da obtenção dos pré-requisitos necessários, enquanto no currículo situado, além da exigência destes pré-requisitos, é necessário que o indivíduo aprenda conteúdos específicos e situados na comunidade na qual se insere, como “ser médico no hospital A, engenheiro na empresa B ou administrador na empresa C”.

Desse modo, o currículo situado possui uma série de características, dentre elas: sua base de conhecimento é essencialmente tácita; conhecimento perpassa gerações; a aprendizagem é cotidiana; imerso nas tradições e hábitos de uma dada comunidade de praticantes; há relações de poder; emerge das relações e interações sociais (LAVE; WENGER, 1991; GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998, p.281; GHERARDI, 2006).

Dessa forma, sabemos que a noção de currículo situado direciona nossos olhares para ver como se dá a relação entre os recém-chegados (novatos) e os veteranos (membros efetivos de um grupo) na comunidade de prática, por meio da realização cotidiana das práticas desta comunidade, indicando que por meio da participação periférica legitimada os novatos, que atendiam aos pré-requisitos para entrada na comunidade em questão (currículos de aprendizagem), tornam-se membros efetivos, estabelecendo a partir de então um conhecimento direcionado, coletivo, específico e tácito (currículos situados), imbricados nas práticas que sustentam a comunidade em que atuam (LAVE; WENGER, 1991; WENGER, 1998; GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; GHERARDI, 2006).

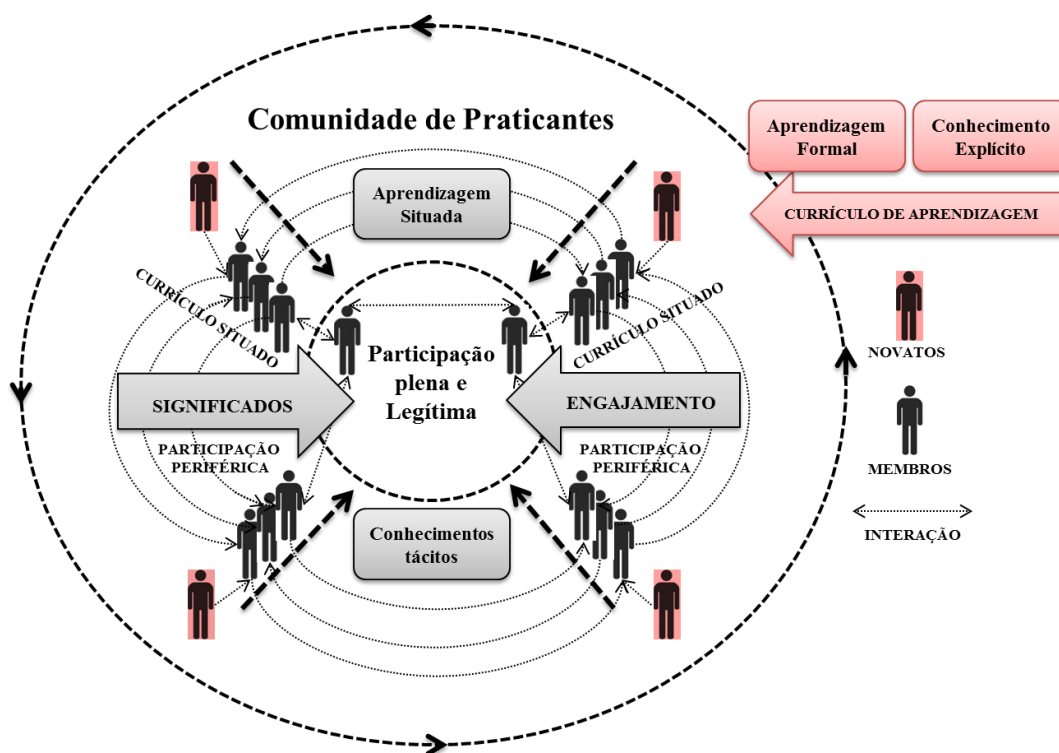
Por sua vez, a participação periférica legitimada, já citada, é também um importante conceito relacionado à comunidade de praticantes e se refere ainda à forma de socialização, engajamento e aprendizagem dos indivíduos no contexto de ação (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; LAVE; WENGER, 1991).

De acordo com Lave e Wenger (1991), para que os indivíduos aprendam (conhecimentos e habilidades) é necessário que estejam inseridos ativamente numa comunidade, realizando suas práticas socioculturais. Gherardi, Nicolini e Odella (1998) explicam que nesse contexto, a participação periférica legitimada se trata de um processo social, e o termo “periférico” é utilizado para designar o caminho gradual e centrípeto percorrido pelos novatos para que a aprendizagem situada se concretize, e estes sejam reconhecidos como membros de uma comunidade. Constata-se a concretização da aprendizagem quando o indivíduo atinge o centro da participação e este passa a ser aceito como membro, o que justifica o uso do termo “legitimada”. A interação entre indivíduos em um dado contexto é o que permite que o mesmo aprenda uma vez que o conhecimento é

indissociável da prática (LAVE; WENGER, 1991). A aprendizagem é considerada uma forma de participação coletiva – coparticipação nas práticas de uma comunidade, e não a aquisição de conhecimentos abstratos (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998).

Sabendo das relações sociais que acontecem nas comunidades de praticantes, as experiências pessoais, os conhecimentos e as habilidades fazem parte do quadrante da identidade do indivíduo. Entretanto, seu conhecimento prático existe apenas no contexto em que acontece, ou seja, na comunidade de prática. Este conhecimento é compartilhado entre todos os membros da comunidade e transmitido aos novatos, ao ingressarem na comunidade (LAVE; WENGER, 1991).

Figura 03 – Elementos de uma comunidade de praticantes



Fonte: Autora (2014)

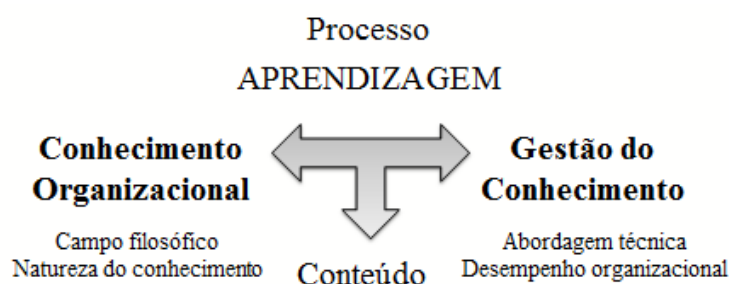
Na Figura 03 são retratos de forma sucinta os elementos presentes numa dada comunidade de praticantes, sua relação direta com os conceitos de currículo situado, currículo de aprendizagem e participação periférica legitimada, apresentados ao longo desta seção. É possível perceber a partir do esquema a influência de elementos não-humanos, tais como representações de significados, regras particulares, linguagem própria, relações de poder com base na legitimação e a consideração da subjetividade (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

A aprendizagem social, a qual considera os supracitados elementos, tem um olhar próprio em relação ao conhecimento organizacional. Para tanto, a seção seguinte se debruça na compreensão de como ocorre à construção do conhecimento na aprendizagem social, alguns dos quais já mencionados nesta seção.

2.2.1 Aprendizagem Social e a Construção do Conhecimento

Ao tratar sobre conhecimento alinhada a abordagem sociológica de aprendizagem, torna-se *mister* mencionar as suas formas à concepção adotada neste trabalho. O conhecimento e sua construção vêm sendo temática de muitas pesquisas em diversas áreas (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). Na aprendizagem, estudos como os de Tsang (1997), Easterby-Smith e Lyles (2003), bem como Vera e Crossan (2003) são importantes por permitir a compreensão dos tipos de conhecimento e os enfoques utilizados para seu estudo como, por exemplo, a gestão do conhecimento, que adota uma abordagem mais técnica, com vistas à criação de formas de divulgação e alavancagem do conhecimento, gerenciável para o melhoramento do desempenho organizacional. A abordagem oposta à gestão do conhecimento se trata do estudo do conhecimento organizacional, em que é adotado um ponto de vista filosófico, o qual busca conceituar e compreender a natureza do conhecimento contido nas organizações. Embora divergentes, ambas as abordagens assumem uma distinção entre os níveis e formas de conhecimento. As referidas abordagens são sintetizadas na Figura 04.

Figura 04 – Abordagens do conhecimento



Fonte: Autora (2014)

O conhecimento pode assumir diferentes formas. Nonaka e Takeuchi (1997) acreditam que o conhecimento explícito (*knowledge*) e o tácito (*knowling*) são os que fazem melhor representação dos conhecimentos encontrados nas organizações. Na visão dos autores

ambos os tipos de conhecimento não são excludentes, e sim interdependentes, uma vez que juntos fazem com que o conhecimento, de forma ampla, seja renovado.

Para Davenport e Prusak (1999) o conhecimento explícito é um conjunto de saberes de fácil ensino e disseminação, observação, assimilação, articulação, documentação, esquematização, diferentemente do conhecimento tácito: complexo, substancial, interiorizado pelo indivíduo por meio da experiência, não ensinável, observável, articulável e documentável. A título de exemplo, observa-se o conhecimento explícito nos manuais de como executar determinada tarefa, na constituição, nos códigos civis que normatizam e instruem sobre determinados atos, e na troca existente na sala de aula, ou na plataforma de ensino *online*. Já o conhecimento tácito é aquele que se faz presente quando o indivíduo busca o equilíbrio exato ao andar de bicicleta ou enquanto esculpe uma escultura, pinta um quadro, prepara uma refeição, entre outros.

Para melhor explicar o conhecimento tácito, Polanyi (1967) se utiliza da frase: “nós conhecemos mais do que somos capazes de expressar”, a partir da qual é possível depreender que esta forma de conhecimento vai além da capacidade de verbalizar e da linguística, ela é mais bem compreendida quando vista como uma condição social, apontada por Nicolini, Gherardi e Yanow (2003), e entendida como uma forma de aprender a prática em si, não apenas gerar e disseminar o conhecimento.

Sobre a condição social do conhecimento tácito, diferentemente dos níveis atribuídos à aprendizagem (indivíduo, grupo, organização e interorganização) e da conversão do conhecimento (NONAKA; TAKEUCHI, 1997) colocadas nas abordagens do conhecimento organizacional e gestão do conhecimento, na abordagem sociológica a aprendizagem no contexto organizacional ocorre de forma simultânea em todos os níveis (GHERARDI, 2006), como também de maneira situada, em que o conhecimento compartilhado é de suma importância para os indivíduos que compõem determinada comunidade de praticantes. “O ponto fundamental da abordagem sociológica, independentemente do posicionamento epistemológico, está assentado na ideia de que o conhecimento não está nas mentes dos indivíduos, mas é produto de uma estrutura” (BISPO, 2013, p. 137).

Com efeito, Gherardi (2009b) ressalta que o conhecimento tácito compõe as práticas e que este é acessado apenas por meio da participação do indivíduo num dado contexto, cotidianamente. Este conhecimento é designado pela autora como conhecimento prático, o qual se torna um fator de suma importância à realização de tarefas e a permanência de um indivíduo na realização desta tarefa em longo prazo.

O conhecimento prático mencionado se refere ao termo em inglês *knowing-in-practice*, o qual precisamente representa a uma visão do conhecimento organizacional na sua consecução prática (GHERARDI, 2000) enquanto ação não controlável e realizável por uma dada coletividade engajada por uma rede de relacionamentos (GHERARDI, 2003). Sobre o conhecimento prático, Nicolini, Gherardi e Yanow (2003) mencionam que ele é um gerador de novos conhecimentos, os quais são naturalizados e institucionalizados. Desse modo, para que uma prática exista se torna necessária a aprendizagem do conhecimento tácito na prática.

De ordem, é possível observar uma associação entre o conhecimento prático e os conceitos ilustrados na Figura 03 disposta na seção anterior, quais sejam: currículo de aprendizagem e currículo situado. Esta associação indica o quanto estes conceitos se complementam na composição de um quadro teórico próximo à realidade.

Vale destacar o que é mencionado por Gherardi (2000). A autora aponta que o conhecimento prático é inseparável do fazer, e que ele não se encontra abrigado na mente dos indivíduos e sim no meio social em que o indivíduo age e interage. A aprendizagem, porém, coabita tanto na mente, quanto nas práticas sociais. Nesta perspectiva, a relação entre aprendizagem e conhecimento é mediada pela linguagem. Considera-se a linguagem não como apenas um transmissor de conhecimento, mas como um fator central na concepção da ação no mundo social, ou seja, a linguagem se trata de um intermediador do processo social, uma vez que ela permite que a interação entre pessoas seja promovida, possibilitando a geração de conhecimento e, conseqüentemente, a aprendizagem (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; GHERARDI, 2006).

É importante mencionar, na ótica da sociomaterialidade, que o conhecimento se torna material na medida em que o indivíduo atribui sentido aos objetos, aos artefatos, ou age de acordo com leis, regras compartilhadas num dado contexto social. Esta é a natureza do conhecimento tratado neste estudo (SRATI, 2007; 2012; GHERARDI, 2009b).

A partir do até aqui exposto, ao utilizar a abordagem dos EBP na abrangência do campo organizacional, seus fenômenos cotidianos e da aprendizagem e do conhecimento numa perspectiva social e prático, torna-se importante conhecer a teoria do turismo e em que a noção de prática pode representar um caminho para a compreensão deste tema.

2.3 Perspectivas Históricas e Teóricas do Turismo

O turismo é comumente associado à história da humanidade, com seu engendrar nas sociedades primitivas, no ato de viajar ou na busca pelo prazer (TORKILDSEN, 1992).

Costa (2005) explica três realidades que apontam de fato o surgimento do turismo como hoje é conhecido. A primeira permeia os séculos XVIII e XX com a invenção do *Grand Tour* realizado pelos *gentlemen*, o que possibilitou um contato cultural com outros povos, para que posteriormente estes fossem inseridos nas Cortes; A segunda surge no século XX, introduzida (5 de julho de 1841) pela figura de Thomas Cook, trata-se da invenção do pacote de viagem; e finalmente a terceira se trata da massificação da atividade turística a partir da década de 1850, com pico nas duas décadas seguintes, fazendo com que a aviação comercial se desenvolvesse.

Em seu estudo, intitulado “teoria do turismo”, Enzensberger (1996) faz um resgate do turismo, apresentando a sua evolução e alguns marcos a partir da visão de críticos (niilistas³) e historiadores, apontando ainda resquícios da negligência que o tema vem sofrendo desde a sua criação em 1800. Nas palavras do autor (1996, p. 120): “Temos uma história dos povos – mas a história de pessoas ainda tem de ser escrita. É por isso que o turismo, como algo das pessoas, ainda carece de autocompreensão histórica”.

Voltando a tratar da viagem, erroneamente colocada como sinônimo de turismo (BARRETO, 2003), ela é vista como um dos aspectos mais antigos da existência humana, dado que as pessoas sempre viajaram, enquanto o turismo não é um fenômeno tão antigo, rastreia-se o uso do termo a partir dos últimos 150 anos. Viajar era uma necessidade inerente à sobrevivência dos seres humanos, sejam estas necessidades existentes no campo da saúde, seja no campo do comércio (no hebraico antigo “viagem” e “comércio” são consideradas sinônimos), sem necessariamente haver a figura do desejo. Neste sentido, então, viagem era uma ação das minorias, sejam estes soldados, mensageiros, estudantes, mendigos, peregrinos, bandidos e acima de tudo, os comerciantes (ENZENSBERGER, 1996).

Embora tenha havido uma densa história de transição da viagem como propósito à viagem como desejo, o referido autor remonta que foi apenas no decorrer do século XVIII que o desejo toma frente da motivação de realizar uma viagem. O autor relata que se torna comum que os membros das classes sociais superiores viajassem para gozar dos *resorts* a beira-mar, ou que jovens aristocratas fizessem turnês (*Grand Tour*) por outros países com a finalidade de buscarem conhecimento cultural e educacional, não mais afixados em cursos.

Enzensberger (1996) expõe ainda que em 1972, com o aumento do número de viagens, algumas mudanças passaram a ocorrer na economia como, por exemplo, a fixação de impostos para transportes. Estas viagens, à época, não estavam atreladas a busca pelo prazer.

³ Adeptos da doutrina niilista, termo filosófico que deriva do latim *nihil* (nada) e se refere à falta de sentido de algo, não ter finalidade ou “porquê”, o que implica na ruptura em valores tradicionais imersos no mundo contemporâneo.

O autor referencia um livro de viagem europeu, escrito pelo francês Reichard Guia – *des Voyageurs* – que indicava o caráter mais pesado da viagem (cansaço, estradas longas e cansativas, riscos de assaltos – emboscadas, e outros tipos de riscos), esta considerada por ele um “mal necessário”.

O turismo só nasce quatro décadas após este episódio. Enzensberger (1996) relata que o turista⁴ britânico John Murray realizou uma longa viagem pelo continente levantando imagens e materiais que mais tarde foram utilizados na elaboração de sua “Bíblia” – O livro vermelho, publicada em 1836, a qual continha rotas e fotos dos lugares pelos quais Murray havia passado. O autor considera Murray como um dos profetas do turismo, e descreve como mais uma de suas atribuições à criação do mundialmente conhecido sistema de categorização de preços e serviços por meio de estrelas.

Outra figura de grande relevância para o turismo se trata inglês, Thomas Cook, que em 1841 organizou a primeira viagem em grupo, que partia da cidade de Loughborough indo a Leicester e levava 570 pessoas, membros do clube em que fazia parte. Cook fundou ainda, quatro anos mais tarde, a primeira agência de viagens que em trinta anos se tornou uma organização mundial. Seu trabalho, frente à agência, era voltado a atender as necessidades da pequena burguesia (ENZENSBERGER, 1996; COSTA, 2005).

Em virtude de uma série de acontecimentos que fomentaram o turismo em grande escala (COSTA, 2005), em que conceitos como férias remuneradas comuns aos trabalhadores; produtos em série como forma de minimizar custos e conseguir a manutenção da boa e crescente posição desta indústria no mercado; embalagem na figura de *vouchers* e bilhetes; e a padronização, em que rotas e roteiros de viagens são pré-estabelecidos, visitas são programadas e guiadas, os cenários são criados e as aventuras produzidas (sem os riscos reais), o caráter do turismo é determinando como mercadoria difusa e é considerado um ciclo autoalimentado, dado que no retorno do turista o mesmo se torna uma atração e um agente de divulgação da própria experiência (ENZENSBERGER, 1996).

Com a ciência dos elementos históricos a partir dos quais o turismo foi construído, como a invenção do *Grand Tour*, as contribuições de Thomas Cook que colaboraram em certo grau para a massificação da atividade e sua produção em grande escala, percebe-se ainda que não existe uma consolidação enquanto unidade teórica a respeito do campo, este se encontra em construção e possui diferentes nuances.

⁴ O termo turista foi criado do inglês britânico em 1800 e turismo em 1811, suprimindo a necessidade de descrever os fenômenos vivenciados pelo britânico John Murray, em suas viagens

Com todas as colocações a respeito do turismo, é possível analisá-lo sob diferentes lentes, a exemplo da geografia e as noções de lugar, deslocamento, meio ambiente e paisagem (CASTROGIOVANNI, 2003; LE SANN, 2006; MARUJO; CRAVIDÃO, 2012); da economia, enquanto indústria do setor de serviços e sua cadeia produtiva (BARRETO, 2003; BENI, 2004a; 2004b; COSTA, 2005); e, da sociologia, a qual reflete a atividade como um ponto de relações sociais e de múltiplos interesses, não colocada apenas na ótica do indivíduo (COHEN, 1979; 1984; URRY, 2001; 2007).

Contudo, o campo de estudos em turismo não avançou de fato ao ponto de se estabelecer uma teoria a respeito do tema, tampouco que cobrisse o seu potencial de crescimento. Por considerar que o campo de estudo de turismo é convergente ao campo dos estudos organizacionais, que na verdade ambos se integram mutuamente e, ainda, o fato de que este estudo se fundamenta no movimento dos EBP, a lente da prática é utilizada no intuito de direcionar de forma coerente o estudo do tema, com enfoque na compreensão do turismo como um fenômeno cotidiano. Esta nova perspectiva reforça o que autores como Enzensberger (1996), Jóhannesson (2005), Duim (2007), Ren (2011) e Cohen e Cohen (2012) preconizam sobre a necessidade de que o turismo seja estudado a partir de novos ângulos. A seguir é apresentado como o turismo pode ser compreendido a partir dos EBP.

2.3.1 Abordagens Sociológicas do Turismo – convergindo ao campo das práticas

Nos últimos anos, evidencia-se no cenário internacional um notado esforço na área da sociologia para a compreensão do turismo (*e.g.*: COHEN, 1984; ENZENSBERGER, 1996; PAGET; DIMANCHE; MOUNET, 2010; EDENSOR, 2001; ROSSETTO. 2012). Temas como a sociologia do lazer (*e.g.*: WILSON; 1980; HAMMERICH, 2003; MALCOM; MANSFIELD, 2013), da cultura e do turismo ganham destaque (*e.g.*: COHEN, 1979; 1984; BRUMARU; TALOŞ, 2011). No Brasil esta realidade se apresenta distinta, nota-se ainda um esforço incipiente quando se trata da utilização de uma visão sociológica no estudo do turismo.

Pela limitação de uma ampla compreensão existente nestes estudos, Cohen e Cohen (2012) apontam a necessidade de abordagens sociológicas voltadas à apreensão do turismo que abarquem aspectos além da teorização sobre a relação entre o turismo (ocidental) e a modernidade, ou a compreensão da verdadeira autenticidade da atividade, tendo como autenticidade aquilo que é autêntico e buscado pelos turistas numa experiência turística.

Edensor (2001, p. 61), por sua vez, sugere que independente da perspectiva emprestada ao estudo do turismo é necessário analisá-lo sem desconectá-lo do cotidiano, dado que ele acontece de forma entrelaçada ao quadro sociocultural do destino, tanto que é algo corriqueiro, comum a todos aqueles que integram este quadro. Além disso, o turismo não é um campo de estudo isolado, ele encontra pontos de convergências com os estudos organizacionais (FREITAG; TISCOSKI; MORETTO NETO, 2011).

Deste modo, os estudos organizacionais podem representar um caminho para a compreensão do fenômeno turismo. Como mencionado, a perspectiva evocada para o estudo das organizações, e por sua vez do turismo, trata-se dos EBP. Destaca-se que esta relação não é vaga, é utilizada com base em autores como Edensor (2001); Jóhannesson (2005); Cohen e Cohen (2012) e Duim (2007) que em seus estudos já apontam para a emergência das práticas.

Edensor (2001, p.60) aborda o turismo na perspectiva do paradigma da performatividade, considerando-o um fenômeno social a partir do qual atores podem interagir. Nas palavras do autor, o turismo se trata de “um processo que envolve a (re) construção em curso da *praxis* e do espaço em contextos compartilhados”. Ou seja, apreende-se a partir deste conceito as possibilidades que o turismo oferece de que processos organizativos possam acontecer de maneira situada.

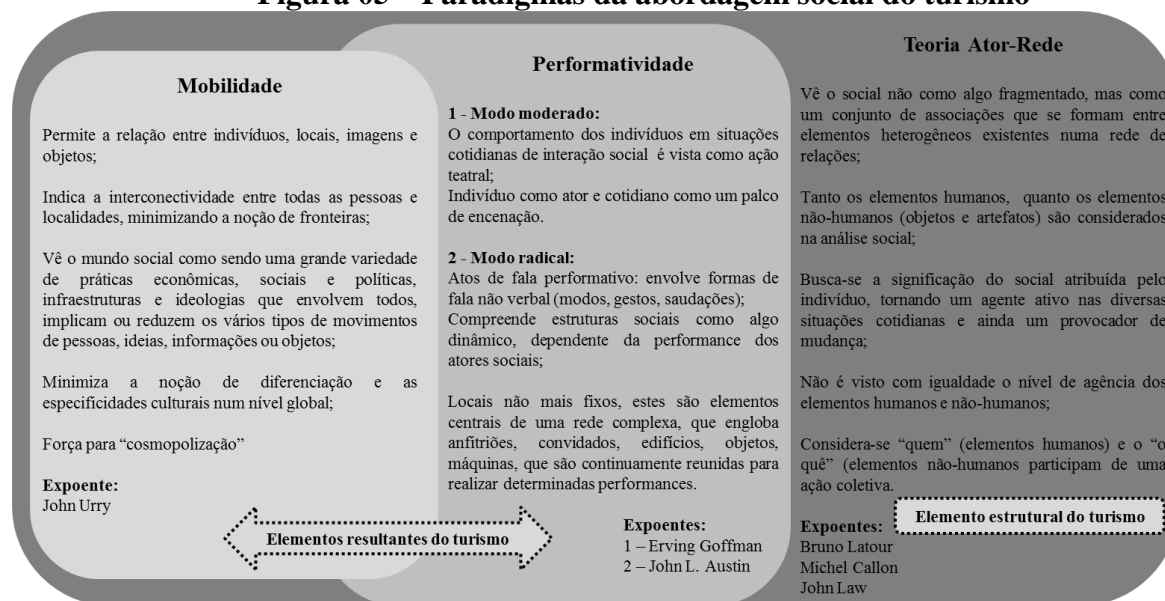
Assim como Edensor (2001) trata da performatividade, de forma complementar Cohen e Cohen (2012) apresentam este e mais dois paradigmas que nas suas concepções muito têm a contribuir para a noção de turismo numa visão mais ampla, sejam estes: a mobilidade e a Teria Ator-Rede - TAR. Mesmo Cohen e Cohen (2012) não indo a diante na explicação do conceito de prática, este último paradigma, como já mencionado, trata-se de uma teoria dentro do escopo dos EBP. De forma similar, a partir de Jóhannesson (2005) é perceptível o direcionamento do turismo ao campo da prática, mesmo o autor não se aprofundando nas explicações do conceito e os seus pressupostos. Todavia, ao apontar o paradigma da TAR algumas premissas são levantadas, indicando pontos de interseção com outras teorias da prática além da TAR.

De um modo geral, os estudos em turismo já começam a despertar para o uso da TAR (*e.g.*: JÓHANNESSON, 2005; PAGET; DIMANCHE; MOUNET, 2010; DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2012) no intuito de debater e compreender questões filosóficas do turismo, o que este fenômeno realmente é, uma vez que a TAR está relacionada à semiótica/estrutura, fenomenologia e etnometodologia (CALÁS; SMIRCICH, 1999). Estas questões implicam em um redirecionamento epistemológico e metodológico, ou seja, em novas formas de se fazer pesquisa em turismo (JÓHANNESSON, 2005; BOTTERILL; PLATERNKAMP, 2012).

Com efeito, este movimento de busca por outros meios pra compreender o turismo ressignifica a ação do turismo como um fenômeno incompleto e produzido cotidianamente, em que o sincrônico (as práticas analisadas sem ser considerado a sua evolução e cronologia) dá vez ao diacrônico (em que se considera a evolução das práticas ao longo do tempo) incidindo em mudanças na orientação das pessoas em relação a atividades, ao “como” estas se portam, são, comunicam-se, conectam-se, o que elas realmente fazem (COHEN; COHEN, 2012).

Em síntese, estas abordagens, cuja dinâmica se encontra ilustrada na Figura 05, são importantes por acompanharem um movimento atual e crescente na sociedade, e por sua vez, no campo do turismo que é visto como o centro das mudanças culturais correntes nos últimos anos (URRY, 2001). É importante, especialmente no caso da TAR pelas mudanças decorrentes das novas tecnologias e a consideração dos elementos não-humanos como agentes no processo de transformação do turismo (REN, 2011).

Figura 05 – Paradigmas da abordagem social do turismo



Fonte: Autora (2014), baseada em Cohen e Cohen (2012).

Estas considerações já apontam a possibilidade de que discussões sobre a sociomaterialidade, até então pouco evidenciada no estudo de organizações turísticas e no turismo (ORLIKOWSKI; SCOTT, 2013) e que é a abordagem adotada neste estudo, sejam aceitas e mais que isso, necessárias. No turismo, a sociomaterialidade representa pensar na sua produção pautada na relação entre atores-humanos – turistas e não turistas; e os não-humanos – objetos e artefatos, incluindo a imaterialidade, ou seja, os elementos humanos intangíveis – as leis, a cultura, a linguagem, a música e a dança, a exemplo, que são

condicionantes sociais (LEONARDI, 2012; DUIM; REN; JÓHANNESON, 2005; DUIM; REN; JÓHANNESON, 2012).

Deste modo, observamos que ao seguir com este quadro teórico este estudo tem o potencial de gerar um corpo de conhecimento útil para o avanço do campo, por meio de uma perspectiva mais completa, já que utilizamos a lente dos EBP, sobretudo a materialidade, e reconhecemos o papel da aprendizagem. A abordagem dos EBP possibilita que seja moldado um novo pensamento teórico a respeito de como o turismo é produzido, quais seus elementos caracterizadores e como ocorrem os processos de aprendizagem e geração de conhecimentos (NICOLINI, GHERARDI E YANOW, 2003) que sustentam os processos organizativos dos elementos materiais e imateriais do turismo (CZARNIAWSKA, 2008, 2013; LEONARDI, 2012).

O processo organizativo do turismo, por sua vez, é abordado como um processo cotidiano constituído centralmente por uma ou várias práticas sociomateriais que compõem a textura organizacional do turismo em um determinado campo situado, o que permite que ele seja reconhecido como turístico. Analisar esta relação pode ser um meio de compreender como um determinado espaço é socialmente construído, tornando-se turístico.

Assim como já mencionado na primeira parte deste referencial teórico, na busca pela compreensão do processo organizativo no contexto do turismo consideramos a organização como um campo simbólico em que a materialidade e a linguagem se somam na criação de significados, e guarda a razão de ser das suas atividades cotidianas (BISPO; GODOY, 2012; CZARNIAWKA, 2013). À luz das práticas, as organizações são vistas como espaços complexos em que a inovação, a aprendizagem e a criação do conhecimento ocorrem na relação diária entre o ambiente e os elementos anteriormente mencionados (ORLIKOWSKI, 2007; CZARNIAWSKA, 2008), por meio da integração de indivíduos, colocada por Latour (2005) como coletividade. A abordagem das práticas permite compreender fenômenos coletivos que ocorrem nos processos organizativos (GHERARDI, 2012; BISPO; GODOY, 2012). Deste modo, falar de turismo, nesta perspectiva, é falar de práticas, organizações, processos organizativos, de aprendizagem e desenvolvimento de conhecimento, com todo o peso que o arcabouço teórico dos EBP o empresta, de modo que o turismo também se torna tema relevante nos estudos organizacionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentaremos os procedimentos metodológicos aplicados para a realização da pesquisa. Inicialmente teceremos algumas considerações sobre o método, seguindo pela apresentação da etnometodologia enquanto teoria e método. Apresentaremos na sequência a Orla Marítima de João Pessoa/PB como campo de estudo, as etapas seguidas na operacionalização da pesquisa, finalizando pela apresentação dos procedimentos realizados para a análise dos dados.

3.1 Considerações Iniciais

Esta pesquisa possui a natureza qualitativa. Conforme Godoy (1995), a pesquisa qualitativa emerge de questionamentos que se formam ao longo do processo de pesquisa, sem que necessariamente hipóteses sejam estabelecidas, tampouco não havendo separação do sujeito-objeto, análises estatísticas, generalizações e neutralidade do pesquisador. A abordagem qualitativa obtém dados descritivos, os quais permitem “compreender os fenômenos estudados segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p.58).

Para a pesquisa desenvolvida nesta dissertação, utilizamos como fonte de inspiração a etnometodologia. Evidenciamos alguns fatores que justificam esta escolha. O primeiro fator se refere à constatação de que este método compartilha dos pressupostos filosóficos que fundamentam a perspectiva das práticas adotada neste estudo e, ainda, por ser compreendida como uma contribuição teórica dentro do estudo das práticas (GHERARDI, 2009a; BISPO, GODOY, 2012). Como estratégia de investigação, a etnometodologia parte da investigação do cotidiano, em que o pesquisador observa os fatos como acontecem na prática, e como os membros produzem estes fatos (TEN HAVE, 2004; RAWLS, 2008). Portanto, a etnometodologia foi utilizada para a análise da prática, a qual foi objeto deste estudo: o turismo, considerado uma subárea dentro dos estudos organizacionais.

Ao tratar de estudos organizacionais no Brasil, incluindo o turismo, encontram-se poucas pesquisas sobre etnometodologia, muito embora se saiba que a literatura internacional sobre o assunto seja vasta, principalmente, quando se trata de estudos sociológicos (GUESSER, 2003). Outro fator que justifica a escolha desta estratégia de investigação se trata da lacuna existente nesta abordagem, assim como apontada por Oliveira e Montenegro

(2012): como ela é uma abordagem sociológica, não se sabe exatamente o seu potencial de colaboração para os estudos organizacionais. Para tanto, buscou-se contribuir para que esta lacuna seja preenchida, conhecer de fato como a etnometodologia pode contribuir para uma compreensão de fenômenos sociológicos dentro das organizações e contribuir com o turismo enquanto campo dos estudos organizacionais.

Com efeito, Gherardi (2006), Oliveira e Montenegro (2012), assim como Bispo e Godoy (2012; 2014) evidenciam que pelo fato de existir uma discussão quanto à natureza das organizações, as quais são compreendidas como resultado de um processo existente numa realidade socialmente construída dentro de um contexto intersubjetivo em que significados são construídos e compartilhados por meio das práticas cotidianas, os estudos etnometodológicos são apropriados aos estudos organizacionais. Ainda conforme os autores, é em torno das práticas que as organizações são construídas e reconstruídas num processo contínuo e inacabado, vivido pelas pessoas detentoras de um conhecimento entrelaçado à prática, ou seja, nesta perspectiva os praticantes são considerados *experts* e não aqueles que estão pesquisando sobre a prática.

Esta pesquisa se apropria ainda do método de pesquisa indutiva, uma vez que o processo de pesquisa não é necessariamente sequencial, ou seja, esta ocorre antes, durante e após a coleta e análise de dados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006; MATTOS, 2011), o que fortalece a estratégia adotada, uma vez que de acordo com Rawls (2008), antecedente ao ingresso no campo, na etnometodologia, não se deve formular questões e problemas *a priori*.

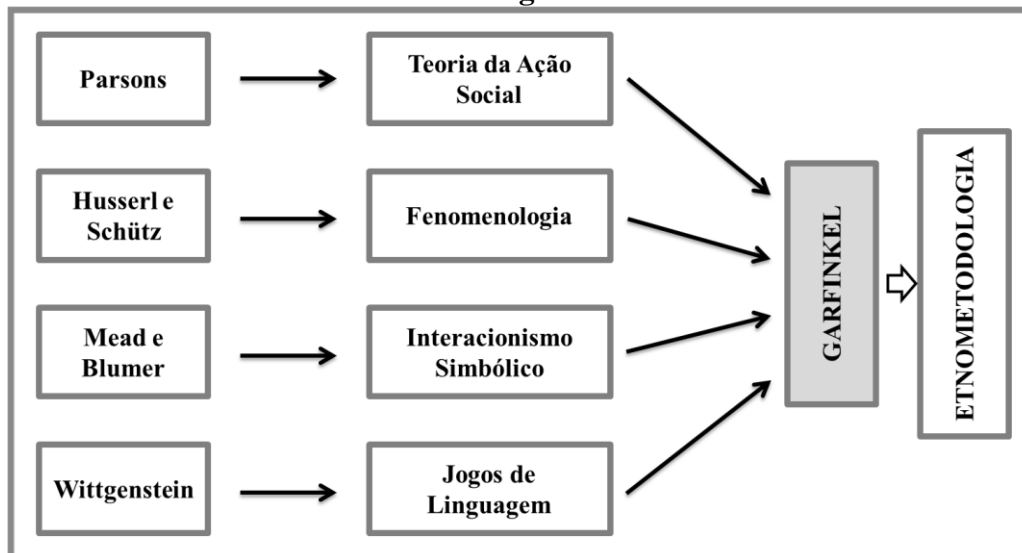
Portanto, apresentaremos em seguida às bases teóricas que fundamentam a etnometodologia, indicando sua extensão em termos metodológicos, o que inclui as técnicas de coleta e análise de dados. Apresentaremos ainda, na sequência, o relato dos procedimentos realizados em cumprimento aos objetivos desta pesquisa.

3.2 A Etnometodologia Enquanto Teoria e Método

Antes de seguirmos com a apresentação dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, é importante esclarecermos que a etnometodologia pode ser compreendida enquanto teoria *per se*, assim como um método de pesquisa. Ambos tendo à luz os fenômenos do cotidiano, por isso ela é considerada uma teoria da prática (GHERARDI, 2006). O significado do termo é “**metodologia de todo dia**, em que *ethno* significa membro de um grupo ou do próprio grupo em si e **metodologia** se refere aos métodos dos membros” (BISPO; GODOY, 2012 p.694, grifos dos autores).

O **caminho teórico** da etnometodologia, dentro do estudo das práticas, permite ver e elucidar como a aprendizagem e o conhecimento são gerados e compartilhados cotidianamente num dado contexto (BISPO; GODOY, 2012; 2014). Este movimento se originou nos Estados Unidos, especificamente na Califórnia datada da década de 1960 (GUESSER, 2003) e tem como o seu predecessor o sociólogo Harold Garfinkel, fundamentado a partir de elementos de outras abordagens, como nos estudos de Talcot Parsons que culminaram na teoria da ação social, nas contribuições de Edmund Husserl e de Alfred Schütz sobre a fenomenologia, no interacionismo simbólico a partir de George Mead e Herbert Blumer, assim como no legado de Ludwig Wittgenstein e sua contribuição no tocante aos jogos de linguagem (BISPO; GODOY, 2012; 2014; BISPO, 2013). Como pode ser observado na representação visual disposta na Figura 06. As contribuições de Garfinkel foram seladas num livro publicado em 1967 com o título *Studies in Ethnomethodology* e por seu caráter inovador ele gerou uma infinidade de debates a respeito da real compreensão dos estudos sociológicos, tanto no campo teórico, como metodológico (GUESSER, 2003).

Figura 06 - Os influenciadores de Garfinkel na construção da etnometodologia



Fonte: Adaptado a partir de Bispo e Godoy (2014, p. 112).

Antes de explicarmos sobre as relações de influências apontadas na Figura 06, é importante esclarecer que o mundo era percebido por Garfinkel do modo distinto daquele preconizado pelo sociólogo Durkheim, da sociologia tradicional que acreditava na inércia social, que a estrutura por traz da ordem social poderia ser compreendida de forma objetiva, por meio de metodologias positivas. A crença de Garfinkel era de que os fenômenos

sociológicos podiam ser entendidos a partir de uma postura interpretativa, por meio da qual pudesse ser considerada a intersubjetividade dos indivíduos na análise de uma dada situação (construção da ação social do conhecimento) e dos atos sociais considerados práticas realizadas por indivíduos coletivamente. Ou seja, atividades contínuas sustentadas pelo conhecimento, pelo fazer coletivo dos indivíduos, seus valores e crenças (BISPO; GODOY, 2014; HERITAGE, 1999).

Portanto, retornando aos influenciadores de Garfinkel para a construção da etnometodologia apresentados na Figura 06, o marco inicial foi os estudos de Parsons (que havia sido seu orientador no período de 1946 a 1952). Em outras palavras, foram galgados novos horizontes a partir da teoria da atividade social, que tinha como principal fundamento a crença de que o ser humano era regido por normas sociais imperceptíveis, sendo difícil ao indivíduo compreender sua dependência as normas sociais. Além disso, nesta perspectiva, as ações dos indivíduos são consideradas resultado da motivação em prol do alcance de metas e objetivos pessoais (GUESSER, 2003).

Todavia, Garfinkel influenciado a partir da fenomenologia de Husserl e Schütz apresentou novos contornos para os pressupostos filosóficos ora apresentados. Em essência, a fenomenologia social busca compreender o mundo social por meio do cotidiano, em que tanto pessoas leigas como aquelas mais cultas são alvos de investigação sem distinções e crê ainda que as ações ordinárias são realizadas de forma automática (não reflexiva) pelos indivíduos (GUESSER, 2003). A realidade social é colocada como o resultado de um senso comum estabelecido pelas interações sociais, por meio do compartilhamento de vivências e da própria linguagem, acontecimentos existentes no mundo social e cultural somado aos objetos (HERITAGE, 1999).

No que se refere ao interacionismo simbólico, originada na Escola de Chicago com os estudos de Mead sobre o comportamento humano, ele se tornou uma possibilidade vasta para estudos no campo da sociologia, e, ainda, teve como um dos seus marcos o fato de, na realização de pesquisas de campo, ter inserido métodos qualitativos na compreensão dos fenômenos sociais, indo de encontro com estudos amplamente em voga realizados pela corrente durkheimiana (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010; GUESSER, 2003) .

Mead coloca que o ato social é composto pelo comportamento dos indivíduos de um ponto de vista corporal e mental. Em relação à mente, Mead explica que ela armazena as simbologias necessárias para que uma dada situação tenha sentido. No que se refere à Blumer, foi por meio de seus estudos que foram estabelecidas as pressuposições da abordagem interacionista, tais como o significado (experenciado pelo indivíduo em situações

particulares) como um elemento essencial por traz dos processos, das interações e do próprio comportamento humano (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010). Um ponto de influência para a etnometodologia reside no fato de que o conhecimento do mundo social pode ser apreendido por meio da observação imediata das ações práticas vivenciadas pelos indivíduos em ações situadas em dado contexto, sua interação, os símbolos e sentidos, que permitem que o mundo social seja construído continuamente e interminavelmente pelos atores (GUESSER, 2003).

Quanto ao legado de Wittgenstein no tocante aos jogos de linguagem, em seu cerne, este permeia o fato de não existir uma estrutura fixa e essencial para a linguagem, esta estrutura vai depender de um contexto específico. Conforme Wittgenstein (2008), as palavras são vagas, significadas de forma pouco nítida, como uma neblina, em que é difícil perceber o seu significado, assim se afasta da ideia de que ela pode ser generalizada. Analisar os sentidos da linguagem é reconhecer particularidades por meio do que está implícito nela, relacionado os seus usos em dado contexto, ao que é experienciado pelo ser humano e aos objetivos do seu uso. Para a linguagem ser compreendida, de fato, é necessária uma análise realizada de forma pragmática, contrastando com a análise sintaxe e semântica observadas nas gramáticas.

Com efeito, a contribuição desta abordagem para a etnometodologia é que ela ajuda a compreender a prática quando coloca em foco elementos relativos à linguagem e aos significados proporcionados pelos jogos de linguagem, que promovem práticas sociais. É tanto que Nicolini, Gherardi e Yanow (2003) afirmam que no contexto das práticas a linguagem não se limita ao modo como as informações são passadas, mas como ocorre a construção de sentido que influencia na constituição da própria prática.

Por fim, é possível observarmos como as ideias dos autores apresentados na Figura 06 e suas contribuições teóricas foram base para a etnometodologia. Conforme Garfinkel (1996), estas abordagens comungam a ação e a razão prática. Estas influências podem ser observadas na lógica por trás dos cinco conceitos-chave indicados por Garfinkel para a análise da prática social a luz da etnometodologia, 1) realização, 2) indicialidade, 3) reflexividade, 4) relatabilidade e 5) a noção de membro, a serem apresentados e detalhados na seção referente a análise de dados desta pesquisa (COULON, 2005; HERITAGE, 1999).

Entrando na apresentação da etnometodologia como um **caminho metodológico** (OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012; BISPO; GODOY, 2012), sabe-se que ela representa um meio de suma importância para a renovação do conhecimento empírico no estudo das práticas e do cotidiano (COULON, 2005):

A importância de adotar uma postura investigativa a partir de uma metodologia etnometodológica é buscar compreender a sociedade tomando como referência as práticas cotidianas de um grupo ou de uma comunidade. Isso implica dizer que o saber não se constrói com observações **imparciais**, fora do contexto do objeto de estudo, mas é na interação com o meio, na busca por compartilhar o sentido, que o significado das práticas para a construção de uma interpretação coletiva da realidade se dá (BISPO; GODOY, 2012, p.694, grifo dos autores).

A etnometodologia é definida por Coulon (2005) como a compreensão do comportamento coletivo socialmente organizado e das crenças por meio do esforço empírico das formas que os indivíduos empregam para dar sentido às suas ações, ao passo em que as realizam, ou seja, quais métodos sustentam as ações cotidianas como, por exemplo, o falar, o pensar, o interagir. De forma mais clara:

No lugar de formular a hipótese de que os atores seguem as regras, o interesse da Etnometodologia consiste em colocar em dia os métodos empregados pelos atores para ‘atualizar’ ditas regras. Isso as faz observáveis e descritivas. As atividades práticas dos membros, em suas atividades concretas, revelam as regras e os procedimentos. Dito isso de outra forma, a atenta observação e análise dos processos levados a cabo nas ações permitiriam colocar em dia os procedimentos empregados pelos atores para interpretar constantemente a realidade social para inventar a vida em uma bricolagem permanente (COULON, 2005, p. 34).

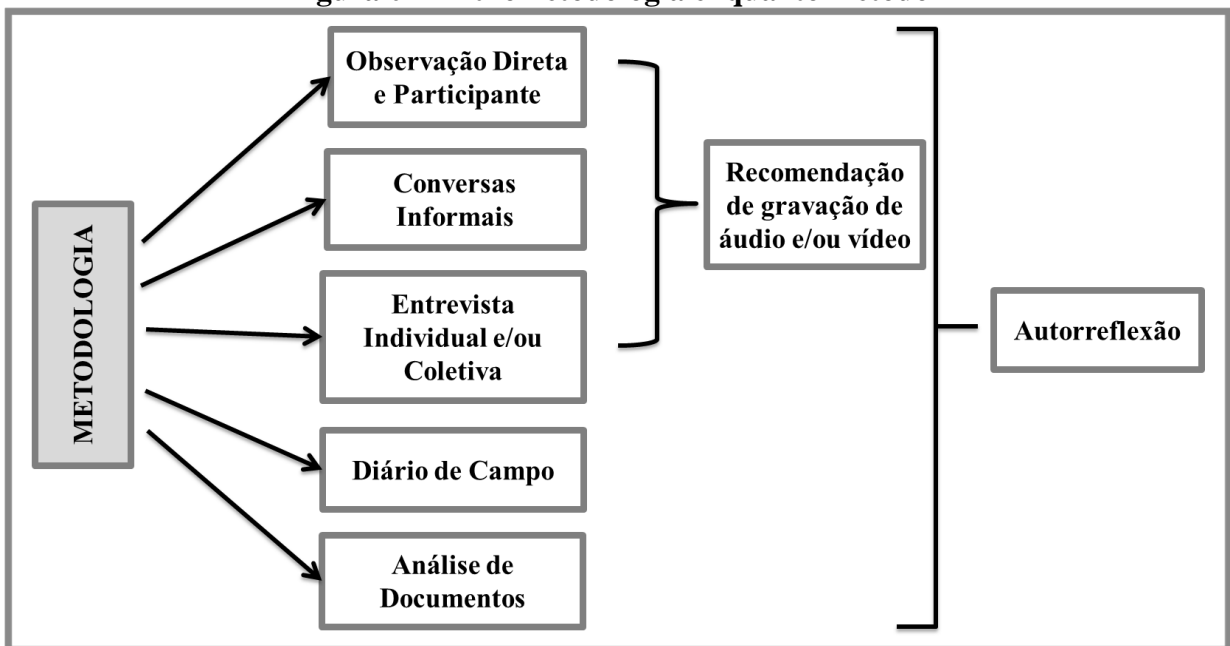
Dentro da abordagem etnometodológica o pesquisador, denominado por Rawls (2008) como etnometodólogo, deve-se abster de exprimir opiniões e concepções prévias sobre os dados, permitindo que os mesmos sejam inteligíveis e indiferentes ao seu olhar. Na imersão no campo, o etnometodólogo deve utilizar da máxima da indiferença etnometodológica, postura inspirada na “suspensão” da fenomenologia, para que deste modo, seja possível compreender o comportamento das práticas cotidianas no que concerne a sua construção, perpetuação e modificação, como também seus significados e sentidos atribuídos pelos seus membros de praticantes.

Nesse sentido, Garfinkel (2006) preconiza sobre a necessidade de que ao pesquisar determinado espaço, o pesquisador se alinhe ao “requisito único de adequação”, ou seja, tenha um certo domínio ou proximidade ao campo para ter a capacidade de captar os menores detalhes que podem ser substanciais na análise da prática. Como a linguagem focada na etnometodologia não é aquela formal, culta, cravada de apropriações eruditas e sim a linguagem simples, falada de forma espontânea pelas pessoas no seu cotidiano (GUESSER, 2003), para acessar os sentidos atribuídos à linguagem falada pelos membros em suas ações práticas e cotidianas é necessário se tornar um interlocutor.

Oliveira e Montenegro (2012) asseguram que na etnometodologia, as técnicas de investigação empregadas são as mesmas utilizadas em outras abordagens de pesquisa

qualitativa, mudando apenas o foco de investigação e a forma de análise, uma vez que se busca uma completa compreensão das práticas sociais cotidianas. Dentre as técnicas de coleta de dados apontadas como possíveis a ser utilizadas na etnometodologia, Ten Have (2004) e Rawls (2008) apontam as seguintes: observação direta e/ou participante e conversas informais com registro em diários de campo, entrevistas gravadas em áudio, análise de documentos, imagens, ou materiais audiovisuais.

Figura 07 – Etnometodologia enquanto método



Fonte: Adaptado de Bispo e Godoy (2014, p. 132).

Como desfecho ao conjunto de técnicas apresentadas na Figura 07, as quais permitem a interação com os elementos humanos e não-humanos presentes no campo de pesquisa, pontua-se a necessidade da autorreflexão, que é colocado por Ten Have (2004) como o momento em que o pesquisador reflete sobre sua experiência no campo, exprime sua relação com o contexto e suas impressões. Pela relevância desta etapa, o autor aconselha que o pesquisador grave suas próprias reflexões. Com efeito, com execução da análise de documentos e da observação participante, as técnicas descritas na Figura 07 foram utilizadas no desenvolvimento desta pesquisa, e ainda as recomendações pontuadas ao pesquisador foram seguidas.

3.3 A Orla Marítima de João Pessoa/PB como Campo de Estudo

Antes de apresentarmos a Orla Marítima como campo deste estudo, é importante caracterizá-la. Afinal, o que é Orla Marítima? Praia? Zona costeira? Mar? Termos estes tão

comumente utilizados ao longo deste estudo. O mar se refere ao oceano Atlântico que banha a região Nordeste, enquanto a Zona Costeira é descrita na Lei nº 7.661, de 1988, art. 3º como o “espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre”. A praia por sua vez se trata do conjunto formado pela terra firme e pela zona costeira, com destaque para a terra firme. O conceito de Orla Marítima vai além do de praia no que concerne aos seus limites, embora sejam cotidianamente utilizadas como sinônimas.

A referida lei, em seu artigo 22, conceitua a Orla Marítima como a “faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar”. Portanto, de forma genérica, estabelecem-se como critérios para a limitação do que é Orla Marítima:

I - marítimo: isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos; II - terrestre: cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos.

Reforçando o conceito apresentado, o Projeto Orla (2002) define a Orla Marítima como uma unidade geográfica que integra a zona costeira, uma vez que engloba uma faixa de mar, assim como uma faixa de terra firme.

A Orla Marítima da cidade de João Pessoa/PB é em sua maior parte urbanizada e se estende por 24 quilômetros, incluindo ao Norte as praias do Bessa, Golfinhos, Arraial; na parte central as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco; e ao Sul, as praias do Seixas, Penha, Jacarapé e Barra de Gramame (JOÃO PESSOA, 2014). A pesquisa foi realizada nas praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco.

Este trecho de Orla Marítima foi escolhido por serem destacadas como as praias mais visitadas pelos turistas nas pesquisas anuais realizadas pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas e Sociais da Paraíba – IFEP, a exemplo da realizada no primeiro mês de 2014. Nesta pesquisa, a partir da consulta aos turistas, chegou-se ao seguinte ranking de praias mais visitadas, em ordem de grandeza: Tambaú (84,85%), ⁵Cabo Branco (78,83%) e

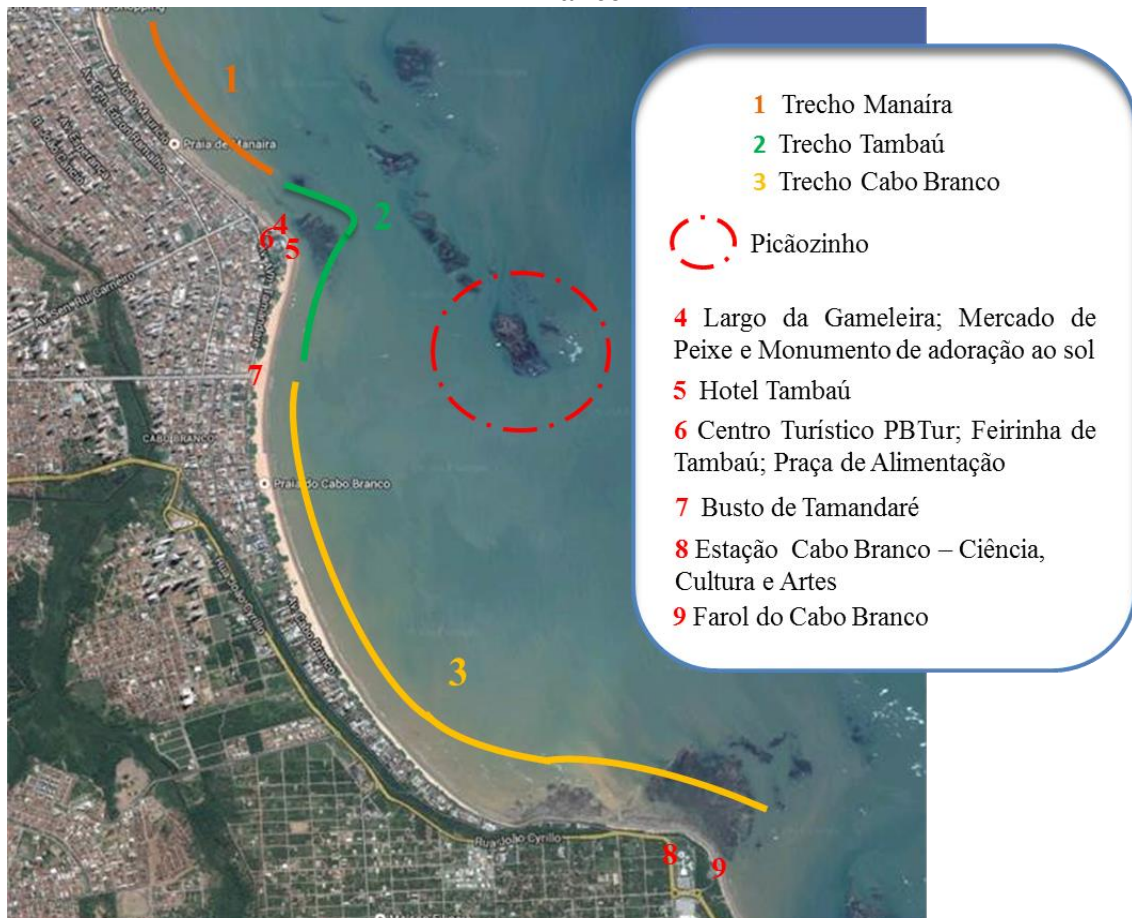
⁵ É importante frisar que o IFEP não coloca como foi feito o cálculo do percentual e ainda alerta sobre o fato de que estes percentuais não permitem o somatório, visto que um mesmo turista pode ter conhecido diversos pontos turísticos da área visitada (Cf. IFEP, 2014, p. 15).

Manaíra (48,71%), justificada na própria pesquisa pela localização geográfica das mesmas, que são centrais e mais acessíveis.

Constata-se em João Pessoa um movimento histórico da ocupação deste espaço, a partir das décadas de 1960 e 1980, que antes acontecia predominantemente no centro da cidade. Pela proximidade do centro, o trecho de Orla com maior densidade de ocupação é onde localizam as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, nas quais é possível encontrar feiras-livres, mercados, agências bancárias, lojas, empresariais minishoppings, supermercados, salões de beleza, de artesanato, entre outros, além de prédios residenciais e residências horizontais. É importante mencionar que dos 723.515 habitantes que compõem a população da cidade de João Pessoa, 22,5% possui algum tipo de atuação na Orla ou atuam diretamente neste espaço (PROJETO ORLA, 2014).

Como se observa a partir da Imagem 01, as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco são próximas e o acesso entre estas é possível de maneira fluida.

Imagem 01 – Visão panorâmica da Orla Marítima: Praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco



Fonte: CNES/Astrium, Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO – Google Maps (2014)

Na Imagem 01, é possível observar pontos que foram destacados e que se relacionam fortemente ao turismo neste espaço, sejam estes o Hotel Tambaú, um dos cartões postais da cidade, o Largo da Gameleira, onde se encontram o Mercado de Peixes, o reduto dos pescadores e o Monumento de adoração/saudação ao sol; A feirinha de artesanatos de Tambaú, a praça de alimentação na qual é possível a apreciação de pratos típicos da região, o Busto de Tamandaré, espaço de encontro no qual ocorrem os principais eventos da cidade; a Ilha de picãozinho, que recebe visitantes diariamente por meio de embarcações turísticas disponíveis em vários horários do dia; a Estação Cabo Branco, uma das obras traçadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e; na falésia do Cabo Branco encontra-se o último atrativo turístico – o Farol de Cabo Branco. A seguir, a partir da Foto 01 é possível observar um compendio de imagens que mostram a faixa de Orla Marítima que foi campo deste estudo.

Foto 01 – Faixa de Orla Marítima de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco



Fonte: Autora (2014)

Nota: 1- Direção Tambaú à Cabo Branco; 2 - Direção do Mar à Cabo Branco; 3 - Direção de Cabo Branco à Tambaú; 4 – Manaíra.

Concluída a apresentação do campo de estudo, na sequência será descrito o processo operacional da pesquisa.

3.4 Operacionalização da Pesquisa

A realização desta pesquisa ocorreu em duas partes, na primeira houve acesso a uma representação da Orla Marítima e não a própria Orla Marítima, por meio da participação da pesquisadora nas reuniões de um Comitê Gestor Orla o qual faz parte do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, desenvolvido pelo Governo Federal em 2002 com a condução pelo Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos e da Secretaria do Patrimônio da União, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no propósito de sistematizar o planejamento de ações voltadas às Orlas, assim como atribuir com uma gestão integrada do espaço (descentralização de políticas públicas), que tem como o grande gestor a União, fazendo com que a esfera dos estados e dos municípios possam incorporar normas específicas a regulamentação do uso do espaço de modo com que exista uma mobilização social efetiva (PROJETO ORLA, 2002).

O Comitê Gestor Orla no qual houve o acesso foi o da cidade de João Pessoa/PB. Nas reuniões estavam presentes os interessados (*stakeholders*) neste espaço, sejam estes os representantes legais dos seguintes órgãos: Secretaria de Meio Ambiente – SEMAM, Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano – SEDURB, Secretaria de Planejamento – SEPLAN, Secretaria de Educação e Cultura – SEDEC, Secretaria do Patrimônio da União – SPU/PB, Coordenação Estadual do Projeto Orla, Associação do comércio informal AMEOMAR, Capitania dos Portos, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, ONG Amigo das praias, Secretaria de Turismo – SeTur, Assessoria e Consultoria para a Inclusão Social – AC Social, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH/PB, e os interessados que não possuem vínculos legais com o referido Comitê.

As participações nessas reuniões que possuem um calendário de um encontro mensal iniciaram em setembro de 2013. Todavia, nem sempre as reuniões ocorrem conforme o calendário estabelecido em razão de feriados e outras demandas que vieram a inviabilizar os encontros. Por isso, mesmo findando esta etapa em setembro de 2014 (concluindo assim um ano de participação nas reuniões), até a produção desta dissertação participou-se de apenas 5 reuniões entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014. O foco inicial destas participações consistiu em observar as discussões sobre a Orla Marítima, compreender sua dinâmica de ocupação, os múltiplos interesses existentes em relação a este espaço e assim tornar o campo mais próximo por meio das discussões que existiam ali. Acreditou-se que as idas a estas reuniões pudessem ajudar a identificar uma prática turística existente neste espaço, todavia, contribuiu para que a prática emergida fosse o próprio turismo.

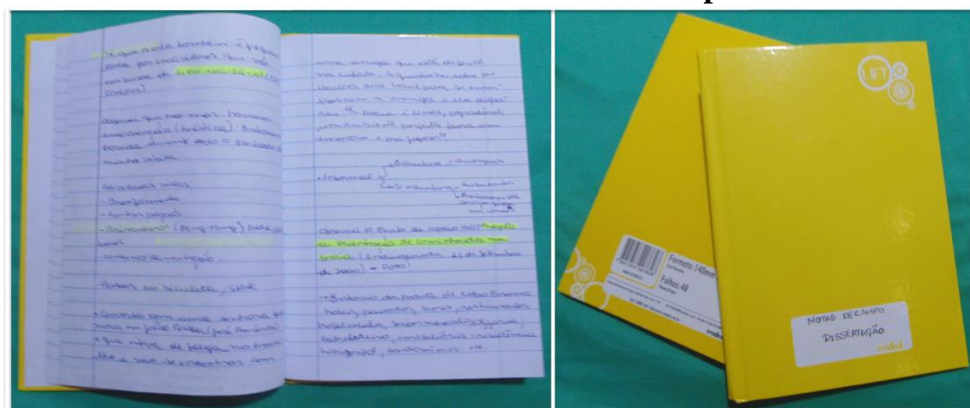
Ainda no âmbito deste comitê, conversas informais com os seus membros aconteceram durante as reuniões a fim de esclarecer dúvidas que surgiam relativas à linguagem compartilhada entre aqueles membros ou ao próprio domínio do comitê. Cartas convites (*cf.*: APÊNDICE A) para entrevistas exploratórias foram direcionadas a cinco membros do comitê considerados chave na discussão do turismo. Apenas dois membros aceitaram participar respondendo às entrevistas pautadas no turismo na Orla Marítima, sendo uma delas a representante da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAN), na condição de secretária executiva do comitê e a outra a representante da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), na condição de implementadora do Comitê Gestor Orla Estadual.

Na segunda parte da pesquisa, a partir do mês de fevereiro até o mês de setembro de 2014, houve a imersão da pesquisadora na Orla Marítima de João Pessoa/PB, especificamente nas praias de Manaíra, Tambaú e Cabo que representam verdadeiramente o campo desta pesquisa. Ocorreu um total de 109 visitas à Orla Marítima, as quais aconteceram nos turnos da manhã, tarde e noite, porém, o horário diurno foi o mais visitado em virtude de que os eventos ocorridos neste espaço eram mais espalhados no referido período, ou seja, eram mais difusos. Durante as visitas à Orla Marítima foram recorridas a conversas informais sempre que surgia a necessidade de conhecer a relação de sentido de um dado indivíduo com o contexto observado, ou quando se percebia a necessidade de alguma informação/explicação sobre alguma atividade realizada na Orla Marítima, ou o motivo que levava a realização de uma dada atividade.

Ao todo, 62 pessoas (dentre elas visitantes - estrangeiros e locais) foram abordadas e contribuíram com esta pesquisa. No primeiro momento da abordagem às pessoas que contribuíram com a pesquisa foi buscado um contato espontâneo e pessoal, a partir do qual se questionava o motivo da pessoa estar na praia, de onde era, onde residia. No segundo momento, era revelado às mesmas que tal contato se referia a um meio de coleta de informações para uma pesquisa acadêmica sobre o turismo na Orla para a Universidade local. As conversas, que duraram em torno de 20 à 30 minutos, passavam a ter o direcionamento pretendido.

Os dados das observações e das conversas informais eram registrados imediatamente em cadernos (foram utilizados 2), o que possibilitou um material de análise e consulta. As páginas dos cadernos de campo foram enumeradas e foram registradas data, dia da semana e horário de cada visita à Orla Marítima.

Foto 02 – Cadernos/notas de campo



Fonte: Autora (2014)

As notas tomadas em campo por meio dos cadernos foram digitadas em um documento do editor de texto *Word*, tornando-se um arquivo digital com 36 páginas, ao final do processo de coleta de dados. Este procedimento visou a organizar estes dados, assim como revisar e refletir sobre todas as informações dispostas nos cadernos, as quais foram úteis na composição do quadro de resultados alcançados nesta pesquisa.

No tocante à apreensão dos processos de aprendizagem do turismo como prática, de forma complementar as entrevistas já realizadas com membros do Comitê Gestor, realizou-se 3 entrevistas com atores-chave da Orla Marítima que desempenhavam algum papel na prática estudada. Durante a realização das entrevistas não se usou questões fixas, mas a partir do próprio campo foi elaborado e utilizado um pequeno roteiro para nortear o processo, permitindo que nenhum dos elementos pontuados a partir das observações fosse deixado de lado (*cf.*: APÊNDICE C). Os entrevistados foram informados da pesquisa por meio da leitura do termo de consentimento livre e esclarecido (*cf.*: APÊNDICE B), devidamente assinado pelos mesmos em acordo de que suas identidades seriam preservadas. Portanto, os entrevistados receberam um código de identificação utilizado na apresentação dos dados. Ressalta-se que número reduzido de entrevistas não atendeu a nenhum requisito prévio de saturação. Isso se justifica por acreditarmos que não seriam necessárias muitas entrevistas em virtude de que as conversas informais (algumas realizadas nos moldes de entrevistas) e a observação direta supriram o conteúdo que seria possível acessar por meio das entrevistas. Apontamos ainda a praticidade das conversas informais como técnica para a coleta de dados frente à formalidade da entrevista e o tempo necessário a ser disponibilizado pelos entrevistados.

É importante esclarecer que algumas das conversas informais, como também todas as entrevistas realizadas na Orla Marítima, foram gravadas em áudio para não correr o

risco de perda de informações. No tratamento destes áudios não foram necessárias transcrições integrais, mas transcrições dos fragmentos específicos que foram utilizados para realçar determinado aspecto na apresentação dos resultados, identificados por meio de um processo repetido de escuta do conteúdo das gravações. O detalhamento das entrevistas está disponível no Quadro 03:

Quadro 03 – Descrição das entrevistas

Entrevistado	Código	Função social	Duração
01	RSMA	Representante da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAN)	74:12
02	RSPA	Representante da Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	49:43
03	AE	Atua com o Aluguel de Equipamentos de apoio	17:56
04	SPT	Atua com Serviços de Passeios Turísticos	23:13
05	ROB	Proprietário de um Restaurante na Orla e de um Barco de passeios turísticos	16:15
06	FROB	Funcionário que atua num Restaurante na Orla e num Barco de passeios turísticos	14:05

Fonte: autora (2014)

Além disso, foram captadas imagens da Orla Marítima, um total de 362 fotos, as quais foram utilizadas tanto para análise, quanto para situar o leitor no contexto em estudo, dadas as particularidades da Orla Marítima de João Pessoa – PB. As fotos são colocadas por Buchanan (2001) como mais uma das possibilidades de acessar a realidade organizacional, uma vez que ela é uma representação social estática, a partir das quais inúmeras leituras podem ser feitas. Portanto, o autor advoga sobre o uso das fotos na captação de dados organizacionais complexos, uma vez que elas são uma forma complementar de dados que podem ser trianguladas com outras técnicas. Além disso, as fotos captam informações não verbalizadas, marcam aspectos culturais, os efeitos dos indivíduos na coletividade, entre outros.

Sobre a experiência de pesquisa, numa perspectiva individual, na medida em que eu visitava o campo houve um “estranhamento” do mesmo, pude perceber que a minha identidade enquanto ser humano se modificava constantemente. Antes de iniciar a pesquisa, eu frequentava a Orla Marítima como uma moradora local, a fim de turismo e lazer, sem me dar conta de como eu poderia representar uma agente de formação social. Outrora, eu estava frequentando aquele espaço a fins acadêmicos, ou seja, eu assumi a identidade de pesquisadora e em meio a este processo na medida em que eu interagia com os elementos humanos e não-humanos presentes no campo algum aspecto específico da minha identidade sobressaltava, deixando nítido o meu caráter social, gerador de uma importante influência

para as infinitudes de práticas que ali existem, antes por ser uma integrante da prática, agora, na situação de pesquisadora, por buscar compreendê-la.

A seguir, apresentamos como ocorreu a análise dos dados utilizados no processo de pesquisa, indicando o desenho da mesma e como os objetivos foram trabalhados a fim de que se pudesse compreender o processo de aprendizagem social do turismo como prática situada na Orla Marítima de João Pessoa/PB.

3.5 Procedimentos para a Análise dos Dados

Para que a investigação etnometodológica se concretizasse neste trabalho, o turismo como prática social foi analisado sob a perspectiva dos cinco conceitos-chave da etnometodologia garfinkeliana. Isso feito para que fosse possível na análise da prática a compreensão da mesma de acordo com os seus pressupostos filosóficos e teóricos alinhados aos dos EBP, ou seja, a etnometodologia convergiu ao referencial teórico deste estudo, assim como representou o ponto de orientação para a investigação e para a análise da prática.

Outro fator que fez com que este procedimento fosse adotado na etapa empírica e na análise, foi o que mencionaram Bispo e Godoy (2012) a respeito da etnometodologia. Para estes autores, não existem regras quanto à interpretação, análise e categorização dos dados coletados e, ainda, o pesquisador deve apenas ter o cuidado de assegurar que as interpretações realizadas sejam condizentes de fato com o que os participantes creem, significam e dão sentido. Vale mencionar que nesta abordagem, se o estudo estiver bem fundamentado, na condução da pesquisa, ações criativas são bem-vindas.

Portanto, apresentamos sucintamente os conceitos que foram preconizados a partir de Garfinkel (2006) para a análise da prática, sejam eles: a prática (realização), indiciabilidade, reflexividade, relatabilidade (*accountability*) e a noção de membro (COULON, 2005), apresentados no Quadro 04.

O primeiro conceito colocado se trata da própria **prática – realização**, no sentido de que o conjunto que abarca o cotidiano, as atividades práticas e a forma com que os indivíduos se organizam é o foco de análise da etnometodologia. Considera-se o raciocínio sociológico prático por traz das ações dos atores sociais (GUESSER, 2003), os métodos e comportamentos comuns desenvolvidos pelos indivíduos para desempenharem dada atividade, seja esta erudita ou trivial, ordinária ou extraordinária, profissional ou não, o que permite a constante criação e recriação da realidade social (GUESSER, 2003; BISPO; GODOY, 2014). Guesser (2003, p. 158) assinala que esta abordagem recupera o foco para o

“senso comum” por acreditar que a partir deste elemento é possível apreender “os verdadeiros sentidos que os atores dão às suas ações e esperam desvendar o raciocínio prático que orienta as ações sociais”, colocado como um problema pela sociologia tradicional que ao contrário da etnometodologia procura compreender como o comportamento social pode ser regido por “leis sociais” estipuladas por traz da ordem social.

Quadro 04 – Os cinco conceitos-chave da etnometodologia

Conceito	Conteúdo
Prática / Realização	Indica a experiência e a realização da prática dos membros de um grupo em seu contexto cotidiano, ou seja, é preciso compartilhar desse cotidiano e do contexto para que seja possível a compreensão das práticas do grupo.
Indicialidade	Refere-se a todas as circunstâncias que uma palavra carrega em uma situação. Tal termo é adotado da linguística e denota que, ao mesmo tempo, em que uma palavra tem um significado, de algum modo “genérico”, esta mesma palavra possui significação distinta em situações particulares, assim, a sua compreensão precisa, em alguns casos, necessita de que as pessoas busquem informações adicionais que vão além do simples entendimento genérico da palavra.
Reflexividade	Está relacionada aos “efeitos” das práticas de um grupo, trata-se de um processo em que ocorre uma ação e, ao mesmo tempo, produz uma reação sobre os seus criadores.
Relatibilidade	É como o grupo estudado descreve as atividades práticas a partir das referências de sentido e significado que o próprio grupo possui, pode ser considerada como uma “justificativa” do grupo para determinada atividade e conduta.
Noção de membro	O membro é aquele que compartilha da linguagem de um grupo, induz a uma condição de “ser” do e no grupo e não apenas de “estar”.

Fonte: Bispo e Godoy (2014, p. 116)

A **indicialidade** é o conceito que remete aos vários sentidos que a linguagem pode receber a depender da forma que ela é empregada. Neste conceito, é possível compreender que a linguagem é adaptável na medida em que novos sentidos são atribuídos à mesma por um grupo de indivíduos que partilham uma prática social, e assume novos significados a depender de fatores como a intenção de quem fala, sua biografia, localização espacial, a relação estabelecida entre os interlocutores, por exemplo. A linguagem se trata de uma produção coletiva (ROMERO, 1991; BISPO; GODOY, 2014). Portanto, a linguagem não é radicalmente fixa, ela se transforma durante a ação cotidiana, podendo ser única e particular ao passo que também possui um significado generalizável (HERITAGE, 1987; COULON, 2005). A linguagem pode resultar de palavras que se somam formando novos significados transmissíveis e compreensíveis aos praticantes, nas chamadas “expressões indiciais” presentes na linguagem ordinária e corriqueira (GUESSER, 2003).

As “expressões indiciais” são apresentadas por Guesser (2003, p. 160) como palavras cujos sentidos são desvinculados do próprio contexto, as quais possuem um sentido “transsituacional”, o que implica dizer que o significado denotativo é ultrapassado diante de situações em que os atores dialogam durante sua interação sem necessidade de que o conteúdo

da conversa seja traduzido ou explicado verbalmente, pois já é automaticamente compreendido no momento em que é externado. O autor menciona em acordo com Romero (1991) que as “expressões indiciais” devem ser consideradas e privilegiadas na análise etnometodológica. Isso significa dizer que, nesta perspectiva, o pesquisador não deve impor aos atores sociais a sua visão de mundo, mas é preferível tentar criar empatia com esses atores, colocando-se no lugar dos mesmos e tentar ver as coisas a partir do seu ponto de vista.

No conceito que se refere à **reflexividade** é realçada a característica que dá o grau da construção e da transformação social (COULON, 2005). O conceito de reflexividade se refere ao modo como uma determinada realidade guia a interação humana, esta sendo uma interação reflexiva, colocada por Romero (1991) como predominante nas relações humanas, repletas pela interpretação de sinais, gestos, palavras e outras informações de diferentes seres humanos. Fazem com que um quadro mental individual seja criado influenciado pelas experiências vividas, e com que exista uma visão única e particular da realidade, esta que possa ser sustentada. Em outras palavras, nossas ações práticas são resultado dos reflexos captados por sinais externos que se interligam ao nosso quadro mental e estas ações práticas também passam a influenciar o meio, originando outras ações sociais por outros atores sociais (GUESSER, 2003; COULON, 2005). De forma clara, Bispo e Godoy (2014) acrescentam que a teoria da ação e reação da física se aplica neste conceito, na medida em que os indivíduos agem de acordo com a influência que sofrem da ação de outros indivíduos ou dos resultados da própria ação. Em outras palavras, trata-se de uma influência mútua e recursiva.

A **relatabilidade** é o conceito utilizado para designar o caráter descritivo de uma prática, uma vez que a capacidade de comunicá-la ou falar sobre a mesma, dentro das referências de significados construídas pelo indivíduo, é o que permite que ela seja compartilhada e racionalizada pelos atores sociais, estando intrínseca ao processo de reflexividade (GUESSER, 2003; COULON, 2005; BISPO; GODOY, 2014). A relatabilidade ocorre simultaneamente à produção social, traz a tona aspectos que estão sendo experienciados pelos atores sociais, tornando-os inteligíveis e transmissíveis. Guesser (2003, p.162) esclarece que “ao passo que são dotadas de significado e sentido através dos processos pelos quais são relatadas, as ações sociais exprimem o mundo social na sua mais pura essência”. Desse modo, é um dos papéis do pesquisador ir além da compreensão de relatos captados na pesquisa, compreendê-los profundamente como um fator determinante na “ordem social frágil e precária”. O processo da relatabilidade é colocado por Romero (1991) como o modo como as pessoas atribuem sentido as palavras, a explicação dada pelos atores sociais ao

que fazem, utilizando para tanto da descrição, análise, crítica e idealizações de dadas situações.

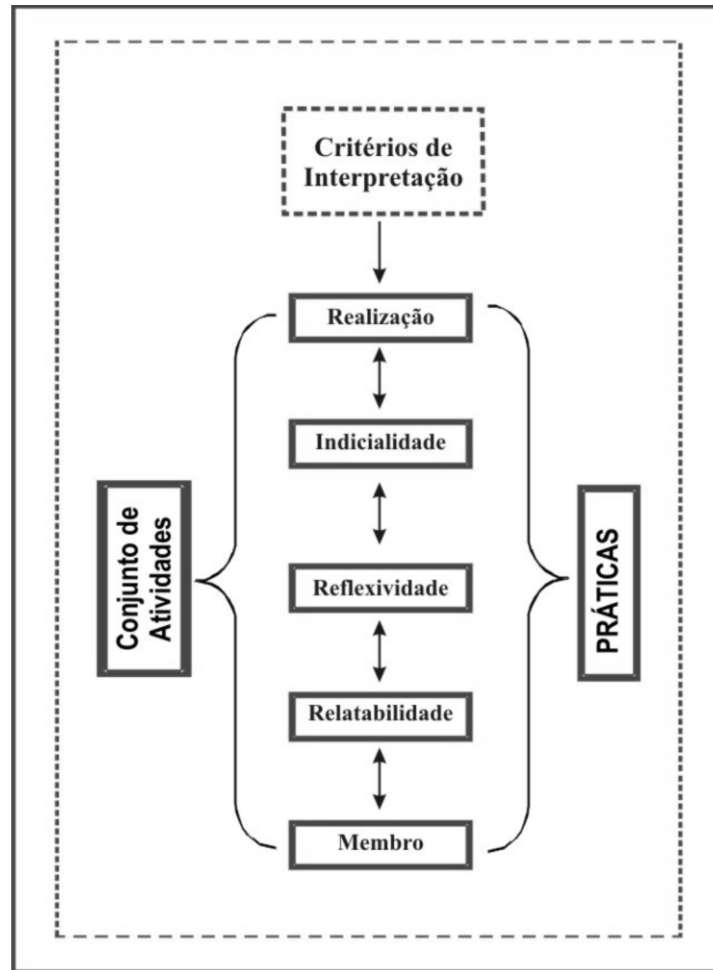
Por fim, o quinto conceito da etnometodologia, a **noção de membro**, se refere ao fato de que para que uma prática exista são necessários os praticantes, aqueles que de fato integram o processo contínuo e inacabado da construção social por meio dos seus métodos de fazer e agir, assim como pelo domínio da linguagem compartilhada por determinado grupo o qual fazem parte e que os qualificam a serem membros sociais, uma vez que influenciam e são influenciados neste processo de construção social, por meio da criação de mecanismos adaptativos utilizados como sensores de suas ações sobre o mundo (GUESSER, 2003; COULON, 2005; BISPO; GODOY, 2014). Coulon (2005) explica que a noção de membro é entendida, baseada em Garfinkel, como uma noção de indivíduo que compõe o grupo por pertencer ao mesmo, entender seus domínios e não por estar nele por alguma razão específica.

Bispo e Godoy (2014) destacam a relevância da compreensão destes conceitos no processo empírico da pesquisa para nortear a postura do pesquisador em campo e que este possa participar do cotidiano estudado de forma efetiva e assim acessar como as práticas são construídas, seus elementos caracterizadores e sua importância para a concepção do mundo social, o que de fato foi condutor no processo de pesquisa deste trabalho. Com efeito, considerando os conceitos da etnometodologia descritos ao longo desta seção que nortearam o processo de coleta de dados, o modelo de análise utilizado nesta pesquisa inclui os referidos conceitos como critérios de interpretação, cujo esquema adotado e seguido pode ser observado a partir da Figura 08.

Além disso, pelo hibridismo dos conceitos em relação ao fenômeno estudado, ou seja, um elemento que representa à reflexividade poderia igualmente ser utilizado para compor a análise do conceito da realização ou da indiciabilidade, a exemplo, utilizou-se um conjunto de questionamentos referentes a cada conceito etnometodológico no intuito de direcionar a análise e a interpretação dos dados levantados. Estes questionamentos são apresentados no Quadro 05.

Foram criados cinco documentos *Word* (©2014 *Word Microsoft Corporation*) cada qual intitulado por seu respectivo conceito-chave, a partir do qual os dados foram agrupados na medida em que atendiam aos parâmetros teóricos e aos questionamentos levantados. Os dados poderiam ser interpretados de maneira conjunta, todavia, optou-se pela separação como forma de tornar o método e os resultados mais compreensíveis, assim como valorizar o conjunto de dados coletados na pesquisa.

Figura 08 – Modelo de Análise de Dados Etnometodológicos



Fonte: Bispo e Godoy (2014, p. 132).

Quadro 05 – Análise e interpretação de dados etnometodológicos

Conceito	Pergunta de orientação analítica e interpretativa
Prática / Realização	As atividades identificadas representam o cotidiano da organização/grupo investigado e são reconhecidas pelos seus membros como próprias e características da organização/grupo ao qual pertencem?
Indicialidade	O conjunto de atividades identificadas apresentam uma linguagem própria da organização/grupo investigado em que todos os membros compartilham dela e do(s) sentido(s) que ela representa na vida cotidiana dessa organização/grupo? É possível identificar jargões e/ou palavras próprias?
Reflexividade	O conjunto de atividades identificadas cria ao longo do tempo na organização/grupo condições de perpetuação, modificação ou, até mesmo, geram novas atividades que são reconhecidas pelos membros como resultado do seu cotidiano?
Relatabilidade	É possível identificar nas falas e ações dos membros da organização/grupo justificativa comum para orientar a razão pela qual o conjunto de atividades é realizado daquela forma e não de outra?
Noção de membro	O conjunto de atividades mapeadas permitem ao pesquisador identificar claramente quem são os indivíduos que são efetivamente da organização/grupo e não apenas “estão” nele? A indicialidade e a relatabilidade são fundamentais para tal reconhecimento.

Fonte: Adaptado de Bispo e Godoy (2014, p. 129).

Sobre a análise etnometológica dos dados que permitissem assimilar o processo de aprendizagem relacionado à prática identificada, observamos aspectos da aprendizagem subjacentes aos cinco conceitos-chave já apresentados. Foi possível identificar os elementos da aprendizagem social inerentes ao contexto em estudo e aos atores sociais envolvidos, o que permitiu alçar a reflexão exposta no final do capítulo 4 deste trabalho.

No que se refere à análise das fotos, esta etapa ocorreu num processo que denominamos “análise qualitativa de dados visuais”. Os procedimentos adotados foram os seguintes: primeiramente os arquivos foram codificados e inseridos em pastas que continham a descrição do horário em que as imagens haviam sido capturadas (exemplo: manhã; tarde; noite), subpastas foram criadas para situar as imagens no trecho de Orla Marítima em que foram capturadas (exemplo: Trecho Tambaú; Trecho Manaíra; Trecho Cabo Branco). Considerando os cuidados apontados por Buchanan (2001) quanto à edição de imagens para que a foto não seja descaracterizada e o rigor científico seja atenuado, houve o tratamento (tons de cores, alinhamento e descaracterização de faces) no *Picassa 3.9* (ferramenta de edição de imagens do ©2014 Google), por último, em algumas imagens, foram utilizadas as ferramentas do *Power Point* (©2014 *Word Microsoft Corporation*) para compactá-las em um só quadro de fotos e/ou inserir símbolos durante o processo final de leitura das imagens.

As fotos escolhidas para terem uma análise aprofundada e serem apresentadas no capítulo 4, referente aos resultados, tratam-se daquelas as quais possuem capacidade de ilustrar ou melhor representar o contexto tratado pelos dados textuais. Ou seja, o texto subsidiou na escolha e na análise das fotos.

Por fim, como um meio de apresentar a ordem por trás do processo empírico da pesquisa, e as estratégias utilizadas em consonância com os objetivos de pesquisa, elaborou-se o Quadro 06:

Quadro 06 – Estratégias utilizadas para pesquisa – dados primários

OBJETIVO GERAL Compreender os processos organizativos e de aprendizagem do turismo como prática na Orla Marítima de João Pessoa/PB	OBJETIVO ESPECÍFICO	Técnica de coleta de dados	Análise de dado empregada	Quem	Quando?
	Identificar etnometodologicamente o conjunto de atividades que constituem o turismo como prática na Orla Marítima de João Pessoa/PB.	Observação Direta/Diário de Campo	Modelo de Análise de dados etnometodológicos baseado em práticas	Pesquisadora durante a imersão no campo de estudo	Fevereiro - setembro de 2014
		Entrevistas Conversas Informais		Utilizadores da faixa de Orla Marítima selecionada	
		Captura de Imagens	Análise qualitativa de dados visuais	Pesquisadora durante a imersão no campo de estudo	
Analisar o conjunto de elementos sociomateriais (humanos e não-humanos) que alicerçam o turismo como prática na Orla Marítima.	Observação Direta/Diário de Campo	Modelo de Análise de dados etnometodológicos baseado em práticas	Pesquisadora durante a imersão no campo de estudo	Fevereiro - setembro de 2014	
	Captura de Imagens	Análise qualitativa de dados visuais			
Refletir sobre o processo de aprendizagem social do turismo como prática na Orla Marítima.	Entrevistas Conversas Informais	Modelo de Análise de dados etnometodológicos baseado em práticas	Pesquisadora durante a imersão no campo de estudo	Fevereiro - setembro de 2014	

Fonte: Autora (2014).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos os resultados do trabalho suscitados do campo a partir da abordagem etnometodológica. Por meio da experiência de pesquisa, várias práticas sociais puderam ser identificadas, uma vez que a Orla Marítima é um espaço complexo, tendo por complexo “o que não pode se resumir numa palavra-chave, o que não pode ser reduzido a uma lei nem a uma idéia simples” (MORIN, 2006, p. 5, *Sic*).

Como mencionamos, a utilização da etnometodologia teve o propósito de focar no estudo de uma prática que emergisse do contexto estudado para garantir que esta fosse real, situada no contexto em estudo. Pela natureza do campo e sua relação com o turismo e com o lazer, apontada já na experiência previa de participação nas reuniões do comitê gestor Orla, foi adentrado no campo buscando conhecer práticas relacionadas ao turismo. Todavia, o turismo foi se revelando como uma prática social vigente naquele espaço na medida em que os conceitos-chave da etnometodologia foram se aplicando. Observamos ainda que a forma com que o turismo acontece e seus elementos constituintes, tais como atrativos e a cultura, a exemplos, o fazem ser único em relação ao que acontece em outros espaços, ao passo em que existe uma forma particular de realização. Isso reflete no processo de aprendizagem situada a partir do qual há a disseminação de um conhecimento material. Ao falar do termo “situada”, evocamos os sentidos atribuídos por Gherardi (2008): corpo/mente, interações, linguagem e contexto.

No decorrer do capítulo apresentaremos a análise da prática e os elementos identificados como nodais na assimilação prática dos seus processos de aprendizagem, os indícios de como os conhecimentos são gerados e perpassados ao longo do tempo para a manutenção desta prática. O turismo como prática identificada foi o objeto de análise sem determinação de categorias prévias, mas foi observado seus elementos constituintes que indicam o modo como ele é construído e organizado coletivamente, mantido ou transformado ao longo do tempo.

4.1 Análise do Turismo como Prática a Partir dos Conceitos-chave da Etnometodologia Garfinkeliana

Na imersão no campo, seguiu-se por um período de observação deliberada, sem que nenhuma impressão fosse realizada no primeiro momento. Na etnometodologia não existe

um caminho definitivo de como analisar a prática, uma vez que todos os elementos em estudo estão em campo de forma embricada, em constante transformação, num movimento contínuo de aprimoramento e legitimação. Soma-se, ainda, o fator da subjetividade como um filtro inicial na compreensão dos sentidos que os indivíduos atribuem as suas ações, se o que informam corresponde de fato ao que entendemos, se existem ruídos, estes representados pela bagagem vivencial do pesquisador.

Destarte, é apresentado conceito por conceito (da etnometodologia), utilizando como recurso a triangulação dos relatos dos atores humanos, das notas de campo as quais contêm descrições das observações diretas, e o conjunto de imagens capturadas na Orla Marítima, a fim de que se alcance fidedignidade das informações. É importante frisar que a todo momento é recorrido ao uso do termo “atores humanos” para acentuar a natureza do agente, dado que na perspectiva adotada – o pós-humanismo – consideramos que há agência dos atores não-humanos.

4.1.1 A realização do turismo enquanto prática social organizativa na Orla Marítima

É possível observar na Orla Marítima diversos acontecimentos que integram a expressão de turismo neste contexto, mesmo que em uma primeira análise estes estarem distantes da noção de turismo numa abordagem sistêmica – Sistur (BENI, 2004b), a predominante no estudo do tema no Brasil. O turismo não ocorre de maneira avulsa e isolada em distintos lugares, mas de forma entrelaçada, carrega uma série de símbolos, valores, regras sociais que são perpassados pelas gerações, fazendo com que um dado espaço possa ser considerado turístico, o que inicia uma caracterização da sociomaterialidade na prática em questão (KALLINIKOS; LEONARDI; NARDI, 2012). É possível haver espaços com belezas naturais e potencial turístico sem ser necessariamente considerado turístico, em virtude de não haver uma organização social que sustente o turismo, ou seja, os processos organizativos são fundamentais para que esta prática exista (CZARNIAWSKA, 2013).

Deste modo, como avanço às propostas levantadas por autores como Jóhannesson (2005), Paget, Dimanche e Mounet (2010), Cohen e Cohen (2012); Bispo e Godoy (2012), assim como Duim, Ren e Jóhannesson (2012), encontramos a palavra aproximada que indica os caminhos pelos quais entendemos o turismo – um modo de organização social. Evidenciamos várias atividades/processos organizativos que constituem o turismo como

prática na Orla Marítima, sendo que ao longo desta seção serão apresentadas estas atividades e como elas se relacionam.

Para a análise da realização do turismo, baseamo-nos em dois pressupostos: a) sua continuidade ao longo do tempo, ou seja, a prática é resultado de ações que ocorrem de forma repetida (CZARNIAWSKA, 2006; 2013); b) a significação e o reconhecimento social para que assim ela seja caracterizada no seu contexto de ação, a reprodução por uma coletividade e o modo como os elementos heterogêneos (humanos e não-humanos) são organizados (GHERARDI, 2006).

Desse modo, o turismo é reconhecido como uma prática social e local na medida em que sua produção na Orla Marítima ocorre de forma complexa e situada. Durante as visitas ao campo foi possível observar que no trecho da intersecção das praias de Tambaú e Cabo branco, o chamado “Busto de Tamandaré” – um espaço onde ocorrem os principais eventos esportivos, religiosos, comemorativos e mobilizações da cidade. Este espaço é o trecho mais movimentado de todo o perímetro estudado, por se localizar próximo à principal avenida que liga ao centro da cidade. Na concepção dos frequentadores da Orla Marítima, os eventos e sua agitação são um atrativo a mais para os visitantes, principalmente aqueles que normalmente se hospedam nos equipamentos de hospedagens que se localizam ao longo da Orla no trecho pesquisado.

Na percepção dos atores sociais humanos, fazer turismo é “realizar uma caminhada”, tomar uma água de coco, se espreguiçar na areia ou mergulhar, adquirir um *souvenir*⁶, seja este um artesanato ali exposto, seja pelos ambulantes que oferecem de lado a lado os seus produtos, sejam em lojas específicas do outro lado da avenida, seja nas exposições de produtos na própria calçada da praia, ou até mesmo fazer um registro em foto ou vídeo. Entre os atores humanos, é considerado produzir turismo o ato ou efeito de simplesmente explorar o diferente disposto na Orla Marítima, os traços culturais, interagir com os locais (humanos e não-humanos) e aproveitar o momento.

Todos os elementos apontados se relacionam a sensações, emoções que refletem a relevância dos elementos materiais e imateriais na concepção do turismo. Quando se fala em *souvenir*, menciona-se um dos aspectos imateriais que faz com que o turismo se perpetue, na chamada “indústria de recordações” (SCHLÜTER, 1998). Enzensberger (1996) referencia o papel da foto tirada pelos turistas e dividida com parentes e amigos, junto ao conjunto de

⁶ *Souvenir* se refere a “produtos consumidos pelas pessoas durante as suas experiências turísticas em lojas e outros espaços destinados a este fim, ou adquiridos/coletados no local, sem necessariamente uma relação comercial” (HORODYSK; MANOSSO; GÂNDARA, 2013, p. 131).

emoções vivenciadas por este turista, para atizar o desejo dos não turistas (ou turistas potenciais) em vivenciar experiências similares, contribuindo desse modo com o motor do turismo.

Além disso, os aspectos imateriais que apontam o turismo na Orla Marítima se reportam ainda ao fato de que toda a Orla Marítima que compreende as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco é rodeada por construções que abrigam distintos equipamentos turísticos, sejam estes meios de hospedagens (hotéis, flats, apartamentos, pousadas, albergues), restaurantes, bares, lojas de conveniência ou artesanato, pontos de comércio, ou a infraestrutura de suporte aos que visitam a Orla Marítima, como as placas com sinalizações diversas, a calçada plana para favorecer a caminhada, a ciclovia para possibilitar que ciclistas, motoristas e pedestres tenham seus espaços próprios, o estacionamento, entre outros. Somado a este quadro, na própria calçada da Orla Marítima é possível observar um leque de manifestações econômicas, culturais e sociais atreladas à noção de turismo e reforçam a imagem do local como um espaço turístico. Um pouco do comércio informal pode ser observado nas Fotos 03 e 04.

Foto 03 – Comércio informal na Orla A



Fonte: Autora (2014)

Foto 04 – Comércio informal na Orla B



Fonte: Autora (2014)

Os bares e quiosques que se situam na área da calçada da praia, ilustradas nas imagens (inferior e superior) à direita na Foto 04, são importantes meios em que atividades relacionadas ao turismo acontecem como, por exemplo, o oferecimento de um cardápio próprio da região. Foi possível apreender que mesmo possuindo uma estrutura diferenciada, alguns dos quais com incremento na imagem do estabelecimento, eles são parte do comércio informal, dado que houve um processo de desapropriação e demolição dos bares e quiosques construídos desordenadamente na praia para que fosse possível a regularização dos mesmos desde a construção. Tal processo dificultou a formalização destes empreendimentos, o que na colocação da RSMA (entrevista) tem sido um dos desafios do Comitê Gestor Orla, principalmente, pelos conflitos que este quadro tem gerado:

Eu tenho que dizer que os usos na orla geram conflitos, então há a necessidade de intervenção por parte do comitê gestor, para atuar no disciplinamento do uso, mas que embora isso não esteja sob total controle por parte do comitê. Como no caso do comerciante formal, que pode haver conflito em relação ao informal, pois ele paga imposto e ambos têm os mesmos direitos (ENTREVISTA – RSMA).

O exemplo dos bares e quiosques remete a ideia de um micro espaço, dentro do espaço Orla Marítima, em que há uma manifestação sociomaterial assim como é evidenciado por Orlikowski (2007, p.1435): “a organização está ligada às formas materiais e aos espaços por meio dos quais os seres humanos agem e interagem”. Desse modo, o conflito em questão se trata de um dos elementos que compõe o campo da prática (SCHATZKI, 2001).

Ainda sobre os conflitos, percebemos o papel em prática do Comitê Gestor Orla. Durante as reuniões observamos a dificuldade que os atores humanos tinham em entrar em consenso a respeito das deliberações. Algumas das discussões levantadas pelo quórum não foram adiante em termos de discussão e implementação como, por exemplo, a construção de um ponto de apoio ao turista na Orla de Tambaú. Observamos em campo que alguns projetos focos de conflitos eram implementados na Orla Marítima mesmo sem ter passado pela deliberação no Comitê Gestor Orla, como o caso dos eventos ocorridos no espaço no período de junho do presente ano (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Sobre esta questão, é listado pelo Comitê Gestor Orla através do seu projeto local (PROJETO ORLA, 2014) como principais problemas/conflitos do uso da praia de Cabo Branco a realização dos eventos esportivos, culturais e religiosos frente a tranquilidade do lugar em seus usos: residencial, para turismo e lazer balneário. Dentre os problemas evidenciados no caso dos moradores estão a poluição hídrica, sonora e disposição de resíduos sólidos, a falta de infraestrutura adequada aos eventos, à atração de grande público e, no caso do turismo, a redução do espaço dos banhistas (atividade balneária recreativa) considerada a vocação natural deste trecho de Orla Marítima, e a obstrução do trânsito para a montagem da estrutura necessária (NOTAS DE CAMPO, 2014). Listam-se ainda a poluição e degradação ambiental, o que compromete a qualidade paisagística, a falta de segurança tanto para os participantes, como para os moradores e a insatisfação por parte dos banhistas. Portanto, o projeto prevê uma lei para equacionar os problemas apresentados, sustentada na legislação própria que abarca a área no intuito de regulamentar o uso do espaço a este fim, no entanto, em prática as decisões referentes à realização dos eventos no local não são tomadas com base em um conselho consultivo demandado pelo Projeto Orla.

É importante mencionar que são vários os atores sociais humanos que fazem parte deste quadro de interessados: empresários do *trade* turístico, principalmente os hoteleiros, proprietários de bares, restaurantes e quiosques, comerciantes, moradores, utilizadores do espaço (esportistas, banhistas, público dos eventos), turistas e os promotores de eventos. No caso dos atores institucionais humanos, se enquadram o gestor municipal e seus secretários, PBTur, ONG's (amigos das praias, a exemplo), órgãos de segurança pública e associações (PROJETO ORLA, 2014).

Retomando a outras representações da realização do turismo, na Foto 05 é possível visualizar os ônibus de agências de receptivos na avenida principal da Orla Marítima. Dentro do círculo, em destaque, observa-se a esquerda um ônibus em movimento, e à direita um ônibus da mesma agência estacionado. A partir destes, os agentes de turismo vão aos

hotéis buscar os turistas para a realização dos passeios (*city tour*), experiência que proporciona um considerável grau de interação entre locais (lugares, pessoas, objetos, artefatos, cultura) e não locais (pessoas, cultura). Na concepção destes agentes, os passeios aproximam os turistas entre si e entre os lugares visitados, tudo é motivo de alegria, de uma pose para uma foto (NOTAS DE CAMPO, 2014). Este tipo de realização é apontado como forma de indicar mais um dos caminhos por meio dos quais o turismo acontece.

Foto 05 – Ônibus de receptivos turísticos na Orla



Fonte: Autora (2014)

Observando todos os elementos que emergem ao longo da apresentação dos resultados desta pesquisa, percebemos que não é exatamente na estrutura física e material que o foco da realização do turismo ocorre, mas no que as pessoas fazem cotidianamente de forma conjunta com esta estrutura (os elementos não-humanos) para que o turismo seja reconhecido como tal. Neste conceito, são nítidas as relações entre humanos e não-humanos. Ou seja, há evidências de que o turismo ocorre porque as pessoas se sentem atraídas pelos atrativos naturais dispostos na Orla Marítima, sentem-se envolvidos com os aspectos culturais que estão por trás do que ocorre neste espaço. Estes indivíduos observam o espaço com uma lente de vivência (experiência) que a faz dar o tom do uso e isso é apenas um dos aspectos que fazem base para o turismo (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Em suma, dizer por um lado que a ação dos comerciantes e prestadores de serviços em geral, a atuação do comitê gestor Orla (e ações isoladas de seus integrantes), o comportamento do trânsito, os inúmeros esportes e brincadeiras praticados na praia, a pescaria artesanal e comercial que têm ponto de apoio próximo ao Hotel Tambaú, na praia de Tambaú, o serviço de limpeza da Orla Marítima (varrição, coleta e catação de lixo), o policiamento e guarda municipal assim como, por outro lado, os pequenos crimes, a prostituição e os impactos ambientais (que iremos tratar adiante), é dizer que o turismo neste espaço específico

se compõe por estas atividades, somadas à estrutura formada pelos elementos não-humanos, tais como o sol, o mar, a areia, a calçadinha, a iluminação, a arquitetura, os monumentos (Busto de Tamandaré, a exemplo), os edifícios, a bola, a boia, o guarda-sol e assim por diante.

Apresentamos, a título de detalhamento, uma das atividades que constituem o turismo como prática na Orla Marítima. Como já mencionado no capítulo anterior, integra a Orla Marítima a zona costeira, portanto, a ilha de Picãozinho. Esta pequena ilha recebe visitantes em vários horários do dia que buscam conhecer as piscinas naturais formadas pelos corais e que ficam expostas no período de maré baixa. As embarcações turísticas, conhecidas por este nome, partem da praia de Tambaú com destino a Picãozinho, assim como alguns pacotes destinam a explorar outros pontos como, por exemplo, areia vermelha, concluindo com a contemplação do pôr-do-sol na praia do Jacaré, na região do litoral Norte do estado. A estrutura que subsidia este passeio: a equipe de apoio, embarcação, os alimentos consumidos, os coletes de proteção, os peixes coloridos com os quais os atores humanos podem mergulhar, as fotos tiradas durante o passeio, a temperatura da água, os corais, entre outros elementos somada à ação de realizar este passeio (vendido como *tour*, experiência única aos turistas) é uma das evidências que claramente apontam a produção do turismo na Orla Marítima (ENTREVISTAS – RSMA; RSPA; ROB; FROB; NOTAS DE CAMPO, 2014). Este exemplo ilustra também o que apontam Kallinikos, Leonardi e Nardi (2012) ao referenciar o uso de elementos não-humanos como uma possibilidade de realizar velhas atividades de um modo diferenciado. Neste caso, a formação de um pacote de passeios turísticos representa uma nova forma de exploração do local (que unicamente só pode ser acessado pela mediação de elementos não-humanos) em relação ao que era feito anteriormente. Como é possível perceber pela Foto 06, especificamente na última imagem, as embarcações ganham uma simbologia especial na medida em que há um incremento no seu visual para proporcionar ao turista sensações únicas. Estas considerações também são realizadas por Orlikowski (2009) ao tratar da influência da materialidade na mudança organizacional.

Foto 06 – Passeios turísticos pelo mar

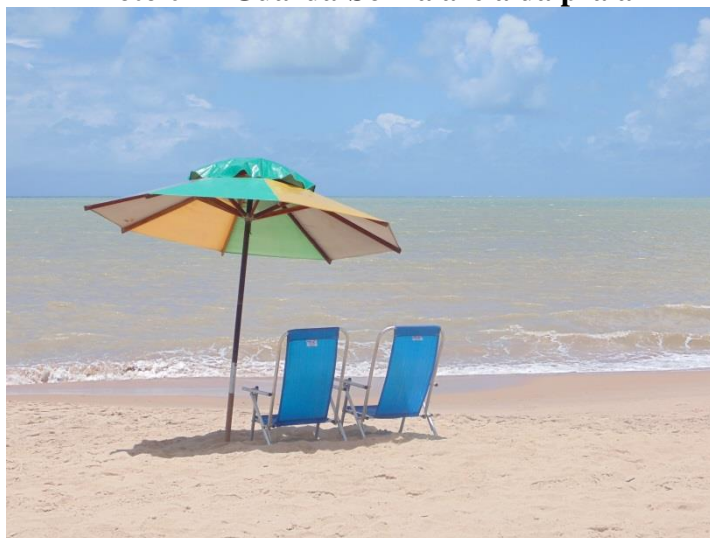


Fonte: Autora (2014). Nota: Imagens da praia de Tambaú

Ademais, o aluguel de equipamentos de apoitamento⁷ e de lazer também é um exemplo nítido de como acontece o turismo neste espaço (ENTREVISTA - AE). Alguns atores humanos frequentam a Orla Marítima em busca de descanso e relaxamento e para não ficarem a mercê dos fortes raios de sol que prevalecem no período diurno acabam recorrendo ao aluguel de equipamentos como guarda-sol e cadeiras espreguiçadeiras.

⁷ Apoiatar: permanecer sentado por um período de tempo prolongado (PROJETO ORLA, 2004).

Foto 07 – Guarda-Sol na areia da praia



Fonte: Autora (2014). Nota: Imagem da praia de Cabo Branco

A Foto 07 encabeça uma reflexão acerca da natureza do turismo. É possível haver turismo sem os elementos humanos em interação com os não-humanos (o sol, o mar, os objetos e artefatos)? Do mesmo modo, se houvessem apenas os elementos não-humanos sem a agência humana, o turismo seria possível? Como pode ser observado na Foto 07 o turismo só acontece se houver a relação sociomaterial. Portanto, a representação dos elementos não-humanos e sua ação sem a interferência do elemento humano se caracteriza como outro fenômeno. Todavia, como ilustrado na Foto 08, na medida em que os elementos não-humanos agem sobre (e com) os elementos humanos, no caso em questão o objeto guarda-sol oferece sua sombra e proteção do sol, enquanto o objeto cadeira oferece conforto ao utilizador, há uma produção social, assim sendo, sociomaterial. Desse modo, o que intermedia a relação entre os humanos, ou seja, a relação social entre indivíduos, na referida situação, é o próprio elemento não-humano. No exemplo em questão não pretendemos deixar clara a natureza do agente, tampouco a ordem ou nível da agência dos elementos humanos em relação aos não-humanos ou vice e versa, mas ilustrar como os elementos materiais e imateriais são mutuamente constitutivos e não podem ser analisados separadamente na compreensão da prática (ORLIKOWSKI, 2007).

Foto 08 – Usos do guarda-sol na areia da praia



Fonte: Autora (2014). Nota: Imagem da praia de Cabo Branco

Nesta perspectiva, é possível analisar esta produção sociomaterial sob duas óticas, a primeira concernente à ação econômica de oferecer um serviço imaterial aos frequentadores da praia, ou seja, a atividade do trabalho como um ofício diário responsável pelo auto-sustento dos atores humanos que alugam estes equipamentos. Por outro lado, a ação humana voltada ao aproveitamento do tempo livre, da contemplação da paisagem, da folga e do descanso. “Trabalhar” e “folgar” são palavras antônimas, carregadas de sentidos próprios reforçados socialmente, que se relacionam na produção do turismo e que podem ser observadas em vários trechos da Orla Marítima como, por exemplo, o trabalho realizado pelos ambulantes, pelo vendedor de água de coco, pelo prestador de serviços de passeios turísticos, pelos hoteleiros, pelos agentes de limpeza, assim por diante.

Deste modo, podemos dizer que o turismo é lazer e trabalho, simultaneamente. Não existe turismo sem estes dois elementos, mesmo que o turista vivencie a situação de ir a um espaço deserto, distante da atuação dos humanos, a estrutura que sustenta a ida deste turista é alicerçada no trabalho como, por exemplo, a atuação do policial na estrada, do frentista no posto de combustível, etc. Esta visão da composição é importante para reforçar o que é apresentado neste trabalho, o turismo como prática que vai de encontro com a prática do turismo, ou seja, a ideia de que o turismo é lazer e/ou apenas uma ação deliberada das pessoas em viajar, em outras palavras, do olhar unilateral sobre o fenômeno.

No que se refere às atividades no turno da noite, não há mais a necessidade do aluguel de guarda-sol e cadeiras, uma vez que não há a ação do sol que é um elemento não-humano que determina os tipos de atividades que ocorrem durante sua permanência. Observa-se o aluguel de equipamentos para crianças ou de equipamentos para o lazer, como patins, *skate*, bicicleta.

Foto 09 – Aluguel de equipamentos



Fonte: Autora (2014). Nota: Imagem superior foi capturada no Largo da Gameleira - Tambaú, enquanto a imagem inferior foi capturada na Orla de Cabo Branco.

Evidenciam-se ainda um conjunto de atividades esportivas e de assistência *fitness* que ocorrem na Orla Marítima. Estas atividades ao passo em que algumas são realizadas a fim de lazer, utilizando as áreas disponíveis na praia, outras são consideradas eventos desportivos (maratonas e campeonatos) que atraem expectadores, incluindo visitantes de fora da cidade. Durante a permanência no campo, foi possível observar e conversar, principalmente no período vespertino, com atletas (maratonistas) em treinamento para a 3ª Meia Maratona do Cabo Branco⁸: “todos os dias eu venho treinar de manhãzinha pra ir trabalhando a resistência. O clima aqui de João Pessoa é muito quente e isso já é uma forma de ir se preparando, se adaptando ao clima, pra quando chegar na hora estar no ritmo certo, isso é importante” (CONVERSA INFORMAL COM UM BELGA – NOTAS DE CAMPO, 2014); “independente da maratona que tô me preparando, todo dia tô aqui, religiosamente. Porque é bom demais correr, rejuvenesce e aqui sempre tem eventos de esporte que dá pra participar, é um incentivo a mais pra continuar treinando, né?” (CONVERSA INFORMAL COM UM LOCAL – NOTAS DE CAMPO, 2014).

⁸ Cf. exemplo: <http://www.meiamaratonacabobranco.com.br/>;

O esporte como lazer e preenchimento da Orla como um espaço de organização do turismo foi perceptível na pesquisa, o que em uma análise paralela pode indicar a relação do “turismo como prática” com o “esporte como prática”, que dividem o mesmo espaço. Todavia, aqui tratamos do esporte como uma atividade física e de lazer componente do turismo como prática, por ser material na medida em que representa um atrativo e imaterial na medida em que atribui significado àqueles que o praticam.

Em vários trechos da praia é possível observar estruturas de suporte ao esporte para o uso comum. Na praia de Tambaú se visualiza a base de esportes de areia montada e mantida pela ONG Associação Viva a Praia (AVP), conforme ilustrada na Foto 10.

Foto 10 – Estrutura para a realização de esportes



Fonte: Autora (2014).

Na praia de Cabo Branco se observa uma base similar incluindo o advento da inclusão (acessibilidade) de pessoas com deficiência e não só os esportes de areia têm apoio, como também os esportes náuticos realizados pela ONG Assessoria e Consultoria pela Inclusão Social (AC Social). Neste último caso, é possível perceber um tipo de turismo de

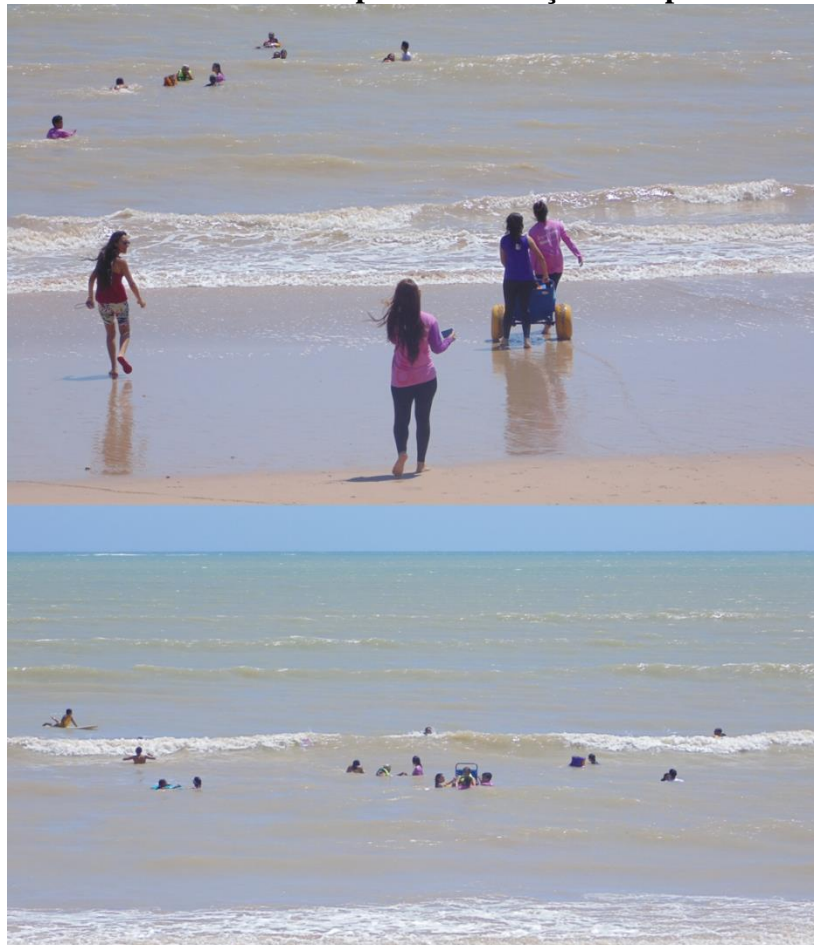
inclusão, dado que pessoas com deficiência dispõem de uma série de aparatos e cuidados para que o uso da Orla ocorra de forma confortável, assim como se observa nas Fotos 11 e 12.

Foto 11 – Acessibilidade na praia



Fonte: Autora (2014).

Foto 12 – Estrutura para a realização de esportes



Fonte: Autora (2014).

Neste trecho da praia, aos sábados, pode ser observada uma quantidade considerável de ônibus de turismo que deslocam pessoas com deficiência de outros locais para aproveitar o conjunto de elementos dispostos e que favorecem o uso da Orla Marítima pelos mesmos. Observa-se o estacionamento com muitos carros e, conforme é possível observar a sinalização da placa no detalhe da Foto 13, a área é reservada aos deficientes.

Foto 13 – Estacionamento do local



Fonte: Autora (2014).

Seja o uso para lazer pelos atores humanos locais, seja a realização de eventos desportivos de competição que atraem atores humanos locais e não locais, o uso da praia com este intuito reflete o modo como a Orla Marítima é utilizada, mais um dos elementos que se somam ao processo organizativo do turismo como prática (CZARNIAWSKA, 2006; 2013). É importante esclarecer que ao se falar dos atores humanos locais e não-locais, consideramos o turismo como uma realização conjunta. O turismo como prática vai além de definir quem é ou não turista, uma vez que quando o turismo acontece uma série de atividades constituintes da prática são realizadas por turistas, excursionistas, moradores locais, etc. Isso evidencia que o turismo como prática, que considera todos os atores humanos, é diferente da prática do turismo, que destaca a distinção entre os agentes e o estudo ocorre de forma desintegrada.

A partir deste quadro é possível retomar a análise da sociomaterialidade. Tanto no caso das estruturas desportivas montadas na praia de Tambaú, como da inclusão possibilitada pelos aparatos dispostos na praia de Cabo Branco, o uso do espaço e a interação social é apenas possível pela mediação de objetos (LEONARDI, 2012). No primeiro caso, a rede, a bola, a armação e no segundo, soma-se as cadeiras anfíbias, as cadeiras de rodas, as boias, coletes (entre outros) que são exemplos de elementos não-humanos concebidos para uma finalidade social e utilizados para cumprir sua finalidade, qual seja, aproximar e incluir os

atores humanos na prática social e na produção da mesma (CZARNIAWSKA, 2006; CZARNIAWSKA, 2007; STRATI, 2007; LEONARDI, 2012).

Ainda dentro do segmento de esporte e lazer, listamos a caminhada na Orla Marítima e sua relação com a realização do turismo, uma vez que as atividades que constituem o turismo e o lazer acontecem de forma entrelaçada (ORLIKOWSKI, 2007). Em todos os horários do dia é possível observar pessoas caminhando na calçada. No entanto, no horário das 5 às 8 horas da manhã é bloqueada a passagem de veículos na avenida à beira mar, razão pela qual é o horário de maior pico de pessoas realizando a atividade. Como ilustrada na Foto 14, para os atores humanos que caminham é oferecido diariamente um serviço de apoio que conta com informações e assistência a saúde.

Foto 14 – Centro de apoio à caminhada



Fonte: Autora (2014).

Outra atividade que é realizada na Orla Marítima se trata do Paramotor (*Paraflly*) esporte que é praticado principalmente na praia de Manaíra, por ser a área com menos pessoas circulando, onde é possível ter aulas sobre como praticar o esporte para a formação “técnico-didática”. Para a realização deste esporte é utilizada uma asa de parapente (vela) ligada por cordas a um motor. O ator humano impulsiona a vela contra o vento numa corrida até que a

mesma seja totalmente erguida, uma vez estando no ar o motor é acionado e utilizado para garantir a sustentação (NOTAS DE CAMPO, 2014), assim como ilustra a Foto 15.

Foto 15 – O paramotor esporte



Fonte: Autora (2014).

Mudando o caráter das atividades, em complemento as já apresentadas, uma específica que além de representar o modo genuíno como a Orla Marítima é utilizada, também reflete a cultura local levada em consideração na fala dos atores humanos, é a pescaria que ocorre no trecho da praia de Tambaú, nas proximidades entre o Mercado de Peixe, o centro turístico PBtur e a feirinha de Tambaú (Foto 16). O espaço onde aportam as pequenas embarcações pesqueiras fica no chamado Largo da Gameleira. Os visitantes tiram fotos com as embarcações ou levam as varas de pescar e se juntam aos pescadores fazendo com que a pesca que originalmente representa um meio de subsistência, seja resignificada e realizada por lazer, a exemplo (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Foto 16 – Largo da Gameleira



Fonte: Autora (2014).

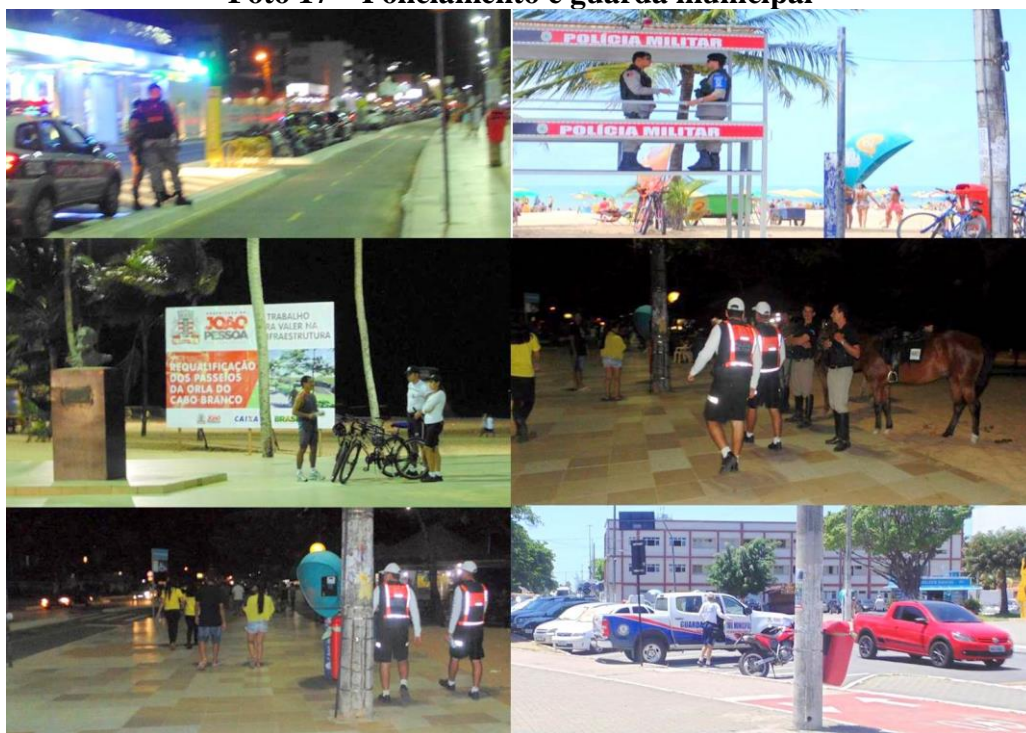
A partir do compendio de imagens ilustradas na Foto 16 é possível perceber como ocorre à realização do turismo neste espaço. Na imagem 1 se observa o Monumento de Saudação ao Sol como um artefato, composto por seis totens vermelhos e não apenas um objeto que compõe o cenário. É um artefato por ter a assinatura como diferencial de um artista plástico local – Erickson Britto e por ter representação simbólica para a prática analisada, já que na concepção dos atores humanos o monumento caracteriza o lugar. Isso corrobora com o que Svabo (2009) aponta ao afirmar que o artefato é um elemento material e imaterial na medida em que é impregnado por significados. Na imagem 2 ao fundo enquadrado em azul está o hotel Tambaú, observa-se um grupo de pessoas tirando fotos no local, tendo ao fundo as embarcações pesqueiras. Na imagem 3 enquadrado em verde está o Mercado de Peixes, no círculo vermelho um agente de limpeza urbana na sua produção sociomaterial, enquanto a imagem 4 revela, emoldurado em amarelo, o Centro Turístico PBtur. A imagem 5 é mais ampla e compreende a direção da praia de Manaíra à de Tambaú, englobando o cenário do Largo da Gameleira. O quiosque encobre o Monumento de Saudação ao Sol, mas é possível visualizar um pequeno pedaço do Hotel Tambaú à esquerda e do Centro Turístico ao fundo à direita.

É importante mencionar que para que o espaço da Orla Marítima seja um lugar tranquilo e agradável em que as atividades que sustentam o turismo ocorram são necessárias

condições de limpeza e segurança (NOTAS DE CAMPO – 2014). As atividades referentes à limpeza da Orla Marítima são realizadas por duas empresas, pelos chamados Agentes de Limpeza Urbana. Estes profissionais atuam em equipes e utilizam uniformes verde e vermelho como símbolos para indicar a empresa a qual são vinculados e a área de competência dos mesmos. A equipe dos uniformes vermelhos é responsável pela varrição e limpeza das áreas da calçada e ciclovia. Já a equipe dos uniformes verdes atua na faixa da areia, recolhendo resíduos deixados pelos visitantes na areia, assim como recolhendo o lixo deixado nas lixeiras espalhadas por toda praia (ENTREVISTA – SPT).

No quesito segurança, existem equipes de guarda e policiamento a postos em vários trechos da Orla Marítima. Algumas equipes circulam pelo lugar tanto de forma motorizada, como a cavalo, a bicicleta ou a pé.

Foto 17 – Policiamento e guarda municipal



Fonte: Autora (2014).

Mesmo com a atuação destes policiais, os atores humanos locais relatam que são frequentes os pequenos furtos e assaltos na área, principalmente após as 22h (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Sob outro ângulo, assim como na Foto 18, podemos vislumbrar um dos usos da Orla Marítima que se relaciona a um grave problema social e influencia o turismo no local. O problema se refere aos moradores de ruas que se instalam por toda parte. Como o turismo pode estar relacionado a este problema? Observou-se que turismo é movimento, é ação e

produção cotidiana que gera inúmeras oportunidades de “ganhar a vida”. A visita diária de diferentes pessoas, com diferentes fins atrai os moradores de rua a se instalarem nesta localidade em busca de oportunidade de ganhar dinheiro assumindo papéis criados pelos mesmos, como cuidadores de carro, flanelinhas, limpadores de vidro ou simplesmente sendo pedintes.

Foto 18 – Moradores de rua



Fonte: Autora (2014).

Além daqueles que vivem à margem da sociedade, durante todo o dia também é possível encontrar a ação de profissionais do sexo na Orla Marítima. Pela manhã, estas profissionais atuam na parte final (direção Sul) da praia de Cabo Branco por ser umas das áreas menos frequentadas. No turno da parte da noite, as profissionais atuam predominantemente na praia de Manaíra. Pela naturalidade com que a ação ocorre, percebe-se que já houve um processo de legitimação social, sendo, portanto, mais um dos elementos que é base para o turismo na Orla Marítima.

O esquema disposto na Figura 09 aponta as atividades que constituem o turismo como uma prática/realização na Orla Marítima.

Figura 09 – A realização do Turismo como Prática na Orla Marítima



Fonte: Autora (2014).

A partir da Figura 09, ensinamos não apenas sumarizar o que foi apresentado nesta seção, mas arranjar por grupos a forma como o espaço Orla Marítima é organizado influenciando diretamente no turismo, mesmo que em prática estes elementos encontrem entrelaçados. Embora seja o único quadrante não aprofundado, a exemplo deste estudo, o uso científico do espaço contribui para o turismo enquanto área do saber. A seguir, apresentamos os aspectos que apontam a indicialidade do turismo como prática.

4.1.2 Indicialidade do turismo como prática

A identificação de termos que refletem a indicialidade na Orla Marítima é desafiadora na medida em que a realização do turismo ocorre de forma complexa. Evidenciamos diversos usos do espaço e atividades localizadas em vários pontos, por grupos de praticantes do turismo como, por exemplo, a comunicação da equipe de guarda e policiamento, dos praticantes da caminhada e dos diferentes tipos de esportes, dos que oferecem serviços de passeios turísticos ou aluguel de equipamentos de lazer, dos que

oferecem serviços de hospedagem, dos comerciantes formais e informais, entre outros. Cada um desses grupos não é composto por meros utilizadores do espaço, eles se fazem presentes de forma constante e o movem a ser do modo como o reconhecemos (GHERARDI, 2006).

Com efeito, o turismo como prática é composto por além de comunidades de praticantes (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998), em que as pessoas são movidas a participarem de uma comunidade a fim de se fazerem membros das práticas, mas de praticantes que de forma involuntária se estabelecem em grupos movidos a fazerem aquilo que sabem e que aprenderam por estarem inseridos neste contexto – aprender ao organizar (GHERARDI; NICOLINI, 2001). Desse modo, cada um desses grupos de praticantes comungam significados próprios, de certo modo impermeáveis as barreias invisíveis estipuladas entre eles.

Portanto, é necessário ser membro ou ter a proximidade que a etnometodologia, por meio do “requisito único de adequação” (GARFINKEL, 2006), possibilita para se entender o que Guesser (2003) denomina como “expressões indiciais”, linguagem particularizada, a partir do uso de um termo genérico (que possui outro sentido em outro contexto), por indivíduos em um determinado grupo. Nesse sentido a semiótica se relaciona à prática, à linguagem e seus sentidos particulares como caracterizadores nas relações sociomateriais (SCHATZKI, 2001; MOL, 2002; ORLIKOWSKI, 2007; LEONARDI; BARLEY, 2008) e nos processos de aprendizagem que ocorrem de forma situada neste contexto (GHERARDI, 2008).

Outro aspecto que mereceu atenção no processo de identificação das “expressões indiciais” foi o fato de que mesmo existindo uma grande quantidade de comunidades de praticantes e de grupos formais de utilizadores da Orla Marítima referentes à prática, foi possível observar termos de uso comum utilizados pelos próprios atores humanos locais.

Apresentamos as seguintes expressões presentes na fala dos atores humanos que contribuíram com este estudo. Na Orla Marítima onde se localizam as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, o uso do próprio termo “orla”, que tem como significado literal a margem, beira ou borda de algo, este algo sendo normalmente rios, lagos, lagoas ou mar. Desse modo, o uso puro do termo Orla (vou à Orla) pode remeter a qualquer localização geográfica na cidade, como a lagoa situada no Parque Solon de Lucena, imagem do cartão postal de João Pessoa. No entanto, “automaticamente” a referência de sentido ao termo Orla, dentre diversos atores que contribuíram com este estudo, é a faixa onde concentram as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Foto 19 – Orla

Fonte: Autora (2014). Nota: vista da ponta do Cabo Branco em Direção à Tambaú e Manaíra

Além disso, há a construção de uma barreira de proteção para que a areia não ultrapasse para calçada, destinada aos pedestres. Esta barreira é utilizada como assento para os utilizadores da Orla Marítima. A partir do campo, observou-se que o nome atribuído à referida barreira é “passarela”. Em seu sentido literal⁹, o termo se refere a um tipo de palco comprido e estreito; ponte estreita; e espaço de transito para pedestres. Todavia, no contexto específico, esta representação é o sentido atribuído ao referido termo.

Na praia de Cabo Branco há a construção de um monumento em homenagem ao Almirante Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa (Foto 21), militar da marinha do Brasil e patrono da mesma (NOTAS DE CAMPO, 2014). O espaço onde localiza este monumento (Busto de Tamandaré – nome oficial) é chamado pelos utilizadores apenas de “busto”. Estar na faixa da praia ou nas proximidades do local é estar no “busto”. Os utilizadores da Orla Marítima utilizam o termo “busto” como uma expressão habitual para designar um ponto de referência para sua localização, quando na realidade o Busto de Tamandaré se trata de um artefato localizado na praia de Cabo Branco.

Foto 20 – Visão do espaço Busto de Tamandaré

Fonte: Autora (2014) Nota: No momento da foto estava havendo uma mobilização política e as pessoas começavam a fazer volume no lugar.

⁹ Cf.: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=passarela>

Foto 21 – Monumento Busto de Tamandaré



Fonte: Autora (2014)

Outro termo adotado pela população local, refletido na fala dos atores humanos que atuam na Orla Marítima é aquele utilizado para denominar a equipe da Guarda Municipal: “bombadões”. Na percepção daqueles que visitam a Orla e que integram a população local, eles agem no combate dos pequenos crimes na Orla, principalmente os furtos realizados por menores infratores e adolescentes. A estatura física dos policiais do gênero masculino, somada ao uniforme oficial, faz com que estes sejam uma figura marcante. Na concepção dos vendedores informais ambulantes os “bombadões” são aqueles que atrapalham sua ação, como se observa no relato a seguir:

Eu sou de Bayeux [cidade pertencente à região metropolitana de João Pessoa]. Faz quatro anos que todo dia eu venho trabalhar na Orla. Eu venho porque não tenho condição de ter um emprego de verdade, e aqui eu consigo ganhar um dinheirinho pra manter lá em casa. Eu trabalho assim porque eu tava passando por uma situação difícil e uma senhora me ofereceu pra vender pra ela materiais [confecções] na Orla. O que eu não gosto é que R* [o atual governador do estado na época em que era prefeito de João Pessoa] botou os “**bombadões**” pra tomarem nossas coisas, e prejudicar quem é camelô. Isso é o mais ruim, que tem que trabalhar com esse apanheio. Porque eles levam e pra retirar tem que pagar uma multa de quando não é R\$ 150 é R\$ 200 pra pegar os materiais de volta. Ele devia era ajudar o pobre e não tomar o que o pobre tem. [...] Os turistas me compram muito, tiram foto comigo, gostam de mim, já dei entrevista pra Brasília e tudo. Já fui chamada pra fazer quadro de pintura, eles me pintaram porque o trabalho da gente pro turismo é muito importante (COMERCIANTE INFORMAL AMBULANTE – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Quando falado dos menores infratores e adolescentes que agem na Orla Marítima, os atores sociais se referem aos mesmos como “Môfi”. O termo foi originalmente criado pela abreviação do “meu filho” e é utilizado pelos atores humanos que compõem a população local como uma forma de tratamento carinhoso ao filho, ao esposo, as crianças. Todavia, o termo “Môfi” foi atribuído aos adolescentes e crianças infratoras como um tratamento irônico a sua situação social, uma forma de classifica-los pelo que eles fazem. Ao questionar um ator humano sobre a origem da ideia de utilização do termo, o mesmo relatou: “todo adolescente que a gente já vê de cabelo pintadinho com água oxigenada já é um sinal de que eles são môfi. E* [programa de TV local] entrevistam esses delinquentes e era perguntado a eles: ‘môfi roubou, roubou?’. E isso pegou geral. Todos esses meninotes logo a gente chama de môfi” (COMERCIANTE – NOTAS DE CAMPO, 2014)

Por fim, como já foi evidenciado no estudo etnometodológico realizado na Orla Marítima de Cabo Branco por Bispo e Santos (2014), a expressão “calçadinha”, utilizada para designar toda a calçada que compreende as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco (FOTO 22), é utilizada cotidianamente pelos atores humanos. A palavra “calçadinha” foi presente na fala da grande maioria dos que contribuíram com este estudo com as conversas informais, assim como na fala de todos os entrevistados: “gosto de caminhar na ‘calçadinha’ pela beleza do lugar”; “trabalho na ‘calçadinha’ há quase 5 anos, sempre venho aqui exhibir meus artesanatos” (NOTAS DE CAMPO, 2014). “[...] não conseguia andar na ‘calçadinha’ e a gente chegou à conclusão de tirar [as barracas] porque realmente não cabia” (ENTREVISTA – RSMA); “Temos um projeto de revitalização da ‘calçadinha’ a ser implementado ainda neste ano” (ENTREVISTA – RSPA); “Observe, a ‘calçadinha’ está limpa. [...] Todo dia venho pra ‘calçadinha’, é meu escritório” (ENTREVISTA – SPT). Com efeito, consideramos o termo como uma expressão indicial presente no cotidiano da Orla Marítima relacionada ao processo organizativo do turismo como prática.

Foto 22 – A utilização do termo calçadinha

Fonte: Autora (2014). Nota: Placa disposta no Centro de Apoio à Caminhada

As expressões apresentadas ao longo desta seção, que representam uma pequena parcela de “expressões indiciais” identificados na fala dos atores que utilizam a Orla Marítima, foram sintetizadas e dispostas no Quadro 07:

Quadro 07 – Síntese das expressões indiciais apresentadas

Termos	Significados Particulares
Orla	Designa as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco
Calçadinha	Borda das praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco direcionada aos pedestres
Passarela	Parede baixa de proteção à vegetação e a areia, utilizada para o assento dos utilizadores da Orla
Busto	Área de intersecção das praias de Tambaú e Cabo Branco
Bombadões	Guardas municipais
Môfi	Grupo de marginais que cometem furtos e assaltos

Fonte: Autora (2014).

A seguir, indicamos como o conceito da reflexividade pode ser compreendido no turismo como prática a partir do campo estudado.

4.1.3 Reflexividade como princípio para a reprodução do turismo na Orla Marítima

Na análise deste aspecto, observamos que o modo como o turismo acontece na Orla Marítima e todos os seus elementos essenciais como, por exemplo, a ação humana e não-humana, com destaque a imaterialidade, é parte de um quadro resultante da ação e interação reflexiva. Esta ação reflexiva ocorre tanto por vias da ação humana, como pela ação não-humana. No primeiro caso, destaca-se a ação assimétrica dos elementos humanos, pela força

humana acontecer de forma majoritária nos casos em que os elementos naturais do espaço são tangenciados, considerando ainda a existência de elementos imateriais como a influência exercida pela cultura. No segundo caso, as ações dos elementos não-humanos são refletidas no modo como os elementos humanos se comportam. Ressalta-se ainda no que se refere aos elementos naturais do espaço, a areia da praia, o mar, o sol, a vegetação, rochas, falésias, piscinas naturais que são partes deste conjunto.

O texto que introduz esta seção aponta elementos de ação influenciadora de humanos sobre não-humanos e vice e versa, muito comuns nas análises realizadas na perspectiva da TAR (LAW, 1992; LATOUR, 2005; COHEN; COHEN, 2012), todavia neste estudo não utilizamos desta perspectiva analítica, utilizamos a sociomaterialidade que pressupõe o entrelaçamento constitutivo entre o social e o material e por sua vez à prática (SCHATZKI, 2001; ORLIKOWSKI, 2007; LEONARDI; BARLEY, 2008). Contudo, tal construção foi feita para realçar o efeito de “ação e reação” inerente ao conceito da reflexividade (GARFINKEL; 2006; BISPO; GODOY, 2014).

O conceito de reflexividade remete ao que é colocado por Pérez (2009) quando o autor delinea sobre a construção do espaço turístico remontando como exemplo a “invenção” da praia. De fato, o mar sempre existiu, mas a praia como hoje é conhecida, não. O autor conta que no século XVIII as pessoas tinham nojo de ir à praia e que esta imagem começa a mudar em meados do século XVIII quando as pessoas passaram a ter suas emoções afloradas mediante a observação e presença neste espaço e divulgavam estas emoções estimulando outros indivíduos a irem à praia. No século XIX a praia já passa a ser vista como um lugar de saúde, lazer, fazendo com que trajes específicos e práticas de uso deste espaço comesçassem a se desencadear. Esta colocação ilustra o processo reflexivo da construção de uma prática e a sociomaterialidade presente nesta prática.

Em vários momentos da pesquisa foi possível observar aspectos referentes à reflexividade. A forma de organização dos quiosques, bares e restaurantes a beira-mar nas chamadas barracas é resultado de uma ação de ordenamento planejado (gestão pública) em virtude de que pelo espaço ser constitucionalmente coletivo, um bem da União, em outra época ter havido uma explosão de implantação de empreendimentos deste tipo por toda a faixa de Orla que compreende Manaíra, Tambaú e Cabo Branco. Neste caso, a ação da gestão pública surge para minimizar os muitos conflitos de interesses em relação ao uso do espaço.

Foi percebido que o acúmulo de quiosques prejudicava a vegetação nativa na Orla Marítima, o acesso do visitante à praia, assim como obstruía parte de trechos da calçadinha, principalmente onde a mesma era mais estreita, no caso de Manaíra. Houve a ação, executada

após deliberação pelo Comitê Gestor Orla, de desapropriação e demolição dos quiosques, revitalização da calçadinha da praia de Manaíra. Novos quiosques foram construídos respeitando determinações aprovadas no Comitê Gestor Orla. No entanto, na calçadinha de Manaíra não foi possibilitada a construção de quiosques, o que refletiu na ação empreendedora da iniciativa privada de construção de equipamentos de alimentação e hospedagem, no outro lado da avenida beira-mar, que atendessem a necessidade dos usuários da praia de Manaíra (ENTREVISTAS – RSMA; RSPA; NOTAS DE CAMPO, 2014).

Ainda no que concerne à ação do Comitê Gestor Orla, os muitos problemas relacionados à criminalidade, assim como questões sanitárias relativas ao trabalho dos pescadores demandaram ações de organização do espaço chamado de Largo da Gameleira, na praia de Tambaú. Houve, portanto, melhorias na iluminação, fixou-se um ponto de policiamento, foi realizada a limpeza e a organização estética do ambiente, assim como o espaço dos pescadores foi organizado e mantido, culminando com a construção do Mercado de Peixes no local (FOTO 16). Os relatos a seguir reforçam ambas as ações do Comitê Gestor Orla apresentas:

Largo da gameleira foi um projeto muito polêmico porque tinha além da ocupação por “barracas”, tinha os pescadores que estavam muito resistentes e com muito medo de perder o espaço e a gente conseguiu achar uma opção que contemplasse tanto os pescadores que usam aquele espaço como também a gente pudesse abrir o espaço para a população também usar. É tanto que a área tava muito violenta, um local onde semanalmente tinha pessoas sendo assassinadas e com a abertura do espaço deu uma melhorada. Além disso, teve o projeto de organização de Manaíra, porque lá tinham “barracas” que não tinham espaço, elas não deixavam o pedestre passar, não conseguia andar na “calçadinha” e a gente chegou à conclusão de tirar porque realmente não cabia (ENTREVISTA – RSMA).

A organização daquele espaço foi muito importante tanto para os utilizadores de um modo geral, como para o turismo, que o turista tira foto ali em frente ao monumento de adoração ao sol, ou de frente para o BA. [Nome fictício do único quiosque que restou naquele espaço] e todo mundo já sabe que ele está na Orla de João Pessoa, ficou sendo um ponto de identificação daquele espaço. Antes não, as pessoas usavam drogas ali, era um espaço violento, tinha assaltos, mortes, era bem diferente mesmo (ENTREVISTA – RSPA).

O relato a seguir aponta outra perspectiva sobre este processo de organização do espaço:

Comecei a trabalhar aqui como vendedor de coco num ponto. Era uma estrutura diferente, Tá melhorando e vai continuar a melhorar mais ainda, né? Eu vendia num fiteirozinho que era na areia da praia, aí depois a prefeitura tinha derrubado os quiosques e quando construiu os novos entrou em contato pra cadastrar a gente. [...] O turismo aqui é grande, porque a cidade é linda e você não vê praias como essas aqui em canto nenhum. Recife e Natal também tem, mas em Recife se entrar no mar o tubarão come, então a Paraíba tá sendo cada vez mais evoluída pro turismo. A paisagem aqui é bonita, o melhor coco é o daqui da Paraíba, a gente importa até pra

outras cidades, o coco tem muita água e a água é doce. E aqui o coco é mais barato que nos outros lugares. [...] É do turismo que a gente tira o conhecimento da gente, porque a gente aprende muito com os turistas (PROPRIETÁRIO DE QUIOSQUE DE LANCHES NA PRAIA DE CABO BRANCO – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Sobre o relato da Entrevista – RSPA, é importante reforçar a informação de que no Largo da Gameleira houve a construção de um Monumento de saudação ao sol, um “incremento ao turismo”, por ser um atrativo que na concepção dos visitantes da Orla Marítima identifica a passagem pela cidade de João Pessoa – PB.

[Por que vocês estão tirando foto aí? Questionei um casal, o homem respondeu com sotaque de um interior paulistano] Porque é bonito, a paisagem desse trecho da Orla é uma das mais bonitas, porque também lá em cima [apontando em direção à praia de Cabo Branco], onde tem uma Iemanjá também é lindo, o ponto mais oriental das américas ali, né? Tiramos muitas fotos ali também. E aqui tem esses barquinhos no fundo da imagem, também já tiramos fotos com os barquinhos. Aqui é tudo lindo [Encerrei me oferecendo para tirar uma foto do casal, que agradeceu muito sorridente a minha iniciativa] (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Porque aqui é lindo, né gente? Eu tiro muitas fotos quando tô viajando para lembrar depois, por isso que tô tirando essa foto” [Adolescente do Espírito Santo – ES, passeando com os amigos]. “A gente tá tirando foto em tudo que é canto, mas aqui é onde tem mais pontos turísticos. Tem esse mercado de peixe aí [Apontando para o lado], tem a feirinha logo ali do lado e a praça de alimentação, e tem também o PBtur pra gente visitar. Só é mais *longinho* o Mercado de artesanato, mesmo assim até lá dá pra ir tranquilo [...] esse aqui é o ponto mais central da praia, mais perto de tudo [Rapaz, ES] (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Durante as visitas ao campo, observamos que este trecho de praia e o Busto de Tamandaré são as áreas mais frequentadas pelos visitantes, é comum avistar uma grande quantidade de pessoas nesses pontos e em suas adjacências, e os motivos colocados refletem a ação reflexiva desses atores humanos na medida em que os investimentos realizados, no caso do Largo da Gameleira, amenizaram a sensação de insegurança e a aversão relativa aos elementos estéticos do local, que justificaram por sua vez as ações empreendidas (NOTAS DE CAMPO, 2014).

No caso do Busto de Tamandaré, observado como um dos locais que reúne uma das maiores quantidades pessoas em relação a outros trechos, foram percebidas uma série de investimentos da esfera da gestão pública que influencia o modo como o espaço é utilizado e conseqüentemente o turismo local. Um exemplo disso é a realização de eventos que ocorrem no Busto de Tamandaré durante o ano todo como os shows que integram os projetos Extremo Cultural e Estação do Som, assim como o São João Pessoa no qual havia shows tanto no centro da cidade (Ponto de cem réis) como na praia, mas em virtude dos problemas que ocorreram nos eventos acontecidos no centro, todos os shows aconteceram na praia (2014).

Sobre a organização dos shows no âmbito da gestão pública, é necessário que os comerciantes informais ambulantes façam um cadastro para que eles possam atuar no local no momento do evento.

Os investimentos da gestão pública também compreendem a segurança do local. O movimento ocasionado pela visita de diferentes pessoas, vindos de diferentes lugares, com recursos financeiros e materiais para usufruir dos atrativos da Orla Marítima da melhor forma, se reflete na possibilidade de ganho fácil para aqueles que cometem ações criminosas. Nos relatos alcançados neste estudo, foi comum encontrar fragmentos que apontavam exemplos das ações de “trombadinhas”, o que os utilizadores da orla que integram a população local chama de “môfi”. Uma das falas aponta a característica das ações: “eles são ágeis, puxam e correm e ninguém vê”; “moça [se referindo a mim] cuidado com sua bolsa, não deixe essa câmara de bobeira não”. Portanto, a intensificação do policiamento em toda a Orla Marítima e em todos os horários do dia ocorre como uma forma de coibir a ação destes criminosos e garantir a segurança daqueles que utilizam o espaço aos seus diferentes fins.

Ainda em relação às ações da gestão pública, observa-se a reflexividade na delimitação de uma ciclovia no espaço destinado ao estacionamento dos carros, assim como a o estreitamento da avenida para fazer novos estacionamentos em respostas, no primeiro caso aos problemas referentes ao uso conjunto da calçadinha pelos pedestres (o que inclui crianças e idosos) e ciclistas, e no segundo caso para que os usuários tenham um espaço para deixarem seus veículos o mais próximo. As placas de sinalização distribuídas por toda a calçadinha para indicar aos visitantes o estado da praia para o banho, ou pontos turísticos artificiais também é resultado de uma necessidade imposta pelo turismo (FOTO 23). Além disso, no trânsito, a implantação de faixas de pedestres em vários trechos da avenida dá poder ao pedestre de com apenas um aceno parar o trânsito para que possa atravessar a rua em segurança (FOTO 24). A implantação por si só não reforça tanto o exemplo de reflexividade quando a aceitação e legitimação da lei pelos motoristas, a partir de um trabalho de conscientização. O resultado da aceitação fica evidente no relato a seguir:

[...] A faixa da pedestre é muito legal, é diferente. Os carros param direitinho, é bem diferente” [Nas palavras do menino de 11 anos]. Pois é, diferente mesmo, a gente só vê isso no exterior, eu que viajo muito vejo isso lá fora, e vejo que isso aqui é resultado do turismo né? Lugares turísticos têm dessas coisas. Bem bacana (Senhora do interior de São Paulo e seus netos caminhando na areia da praia de Cabo Branco – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Foto 23 – Comunicação e sinalização por meio de placas



Fonte: Autora (2014).

Foto 24 – Uso da faixa de pedestre na Orla Marítima



Fonte: Autora (2014).

Há flexibilidade na forma como realização de esportes e da caminhada na Orla Marítima acontecem. Ambas as atividades ocorriam em tom de informalidade, sem que houvesse uma estrutura prévia que incentivasse sua realização. Esta ação refletiu na criação de vários pontos de apoio aos esportes de areia, como o futebol, o vôlei, a exemplo. Além disso, o paramotor (FOTO 15) que começou a ser realizado na Orla Marítima como algo

desconhecido e com o passar do tempo (em 4 anos) foi se tornando um dos elementos marcantes na paisagem do local, o interesse foi tão crescente que um dos atores humanos que executam esta atividade informou ter uma escolinha do paramotor na praia de Manaíra e uma loja de equipamentos em frente a esta praia. Na concepção do referido ator humano, a prática deste esporte é um atrativo a mais para os visitantes, que podem praticar na companhia de um instrutor, sem a necessidade de cursos prévios (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Por sua vez, a realização da caminhada na Orla Marítima se refletiu na necessidade de um espaço maior destinado à realização da atividade em um horário propício. Portanto, houve a determinação por parte da gestão municipal para o bloqueio da avenida a beira-mar para que não ocorra passagem de veículos das 5 às 8 horas da manhã. Houve a necessidade de conscientização quanto à saúde dos frequentadores, o que incidiu na criação do Centro de Apoio à Caminhada (FOTO 14). Um ator humano relatou que o motivo de caminhar na Orla “haja chuva, haja sol” ser a possibilidade de praticar um exercício físico num ambiente agradável, diferente de uma academia que tudo era artificial.

O movimento da caminhada, fruto da sequência desta atividade por reflexo dos “pioneiros”, faz com que uma grande quantidade de pessoas caminhem cotidianamente na calçadinha. Todavia, realizar a caminhada vai além dos prazeres e cuidados com a saúde, ela reflete aspectos relativos a interesses sociais e a “moda *fitness*”, por exemplo. O modo como “parte” dos atores humanos se vestem para caminhada é determinado por tendências propiciadas pelas relações e interações existentes no dado contexto, o que ilustra outros casos de interações sociomateriais neste espaço, que na visão de Kallinikos, Leonardi e Nardi (2012), os elementos materiais e imateriais são um importante aspecto dos processos organizativos.

Quando é mencionado o substantivo “parte” para restringir os atores cujos interesses de caminhada na Orla Marítima vão além do exercício em si, é referido ao grupo de pessoas que pela assiduidade e a relação mais estreita com outros atores possui o interesse de se destacar, de se exibir aos outros. Em complemento, acrescenta-se ainda que um dos atores humanos que realiza a caminhada na Orla no período matinal relatou ser um espaço de interação de “alto nível” em virtude de que só as pessoas mais ricas da cidade caminham na Orla. Para este ator humano, não é difícil esbarrar com políticos, empresários e pessoas influentes e isso é um estímulo a mais para que ele continue exercitando suas caminhadas matinais (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Recuperando a discussão sobre a reflexividade a partir de outros exemplos, as atividades de aluguel de equipamentos (Paramotor, guarda-sol e cadeiras, boias, brinquedos

etc.), a organização (roteirização) turística dos passeios de barcos, a venda de artesanatos e produtos regionais pelo comércio formal e informal, o trabalho dos vendedores informais de serviços de alimentação (os itinerantes e os quiosques), as apresentações culturais de rua, as estátuas vivas, o empreendedorismo gastronômico e hoteleiro são exemplos do resultado de como os atores humanos agem mediante a interpretação de estímulos sociais, sejam estas informações verbais, percepção de gestos e sinais (GUESSER, 2003), os fazendo inclusive alcançar meios alternativos de subsistência, isto sendo uma atividade acentuada no “fenômeno social” turismo.

Destarte, é possível observar a ação de atores humanos que vivem à margem da sociedade, como o trabalho realizado pelos flanelinhas e guardadores de carros. Esta função social foi criada por estes indivíduos num processo reflexivo que foi sendo legitimado pela sociedade na medida em que uma taxa simbólica pelo serviço era/é paga, fazendo com que houvesse uma continuidade da ação ao longo do tempo (OBSERVAÇÃO – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Foto 25 – A atuação dos flanelinhas



Fonte: Autora (2014).

Além da criação de uma função social pelos flanelinhas, o que possui um impacto para o contexto em questão, é possível observar uma ação extremamente grave que ocorre na Orla Marítima que é a poluição e a consequente degradação ambiental do local (FOTO 26). Pessoas que jogam lixo no chão, na parte da mata nativa e da areia. É um problema reflexo do que acontece e foi legitimado culturalmente. É um problema cultural o qual seriam necessários anos para reverter esta situação “toda mudança cultural leva gerações. Um

problema cultural de educação. Tem que ser atentado pra isso, da mesma forma que conseguiram fazer com que o respeito às faixas de pedestres ocorresse” (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Observe a calçadinha está limpa. [...] Eu presenciei há uns dois meses atrás, a pessoa da farda vermelha que varre a calçada, a ciclovia, acabou de comer na minha frente um pacote de biscoito e insistiu e jogar o papel vazio nesse lado [apontando para o lado da praia], sujar a parte da praia porque a parte dela estava limpa, o carrinho dela (equipamento de auxílio à limpeza) inclusive estava distante no momento, porque se aproximava da hora do almoço e ela estava na sombrinha de um coqueiro. Então, o fato engraçado foi que ela jogou o lixo na parte da areia, então o vento trazia o lixo de volta pra parte dela, ela repetiu esta atitude três vezes seguidas até ter a ideia de prender o lixo na vegetação, foi quando me aproximei e, com educação, falei: “minha senhora, Deus está lhe comunicando que a senhora está errada em sujar a praia colocando no lugar de quem recolhe o lixo dessa parte”. Pra começar, a senhora está de parabéns pela limpeza da “calçadinha”, está divina, executou sua tarefa de uma maneira sensacional, mas sua atitude está me surpreendendo. A senhora que é uma agente de limpeza urbana (nome técnico), como é que a senhora comete uma atitude dessas jogando lixo? É a mesma coisa que você varrer a sujeira para debaixo do tapete. E ela respondeu: Ah, mas quem limpa esta parte é a outra empresa, aquele rapaz de verde lá [apontou discretamente]. Ela não tem a consciência de que além de limpar ela não deve sujar. Ela limpa porque ela ganha, é o trabalho dela, mas não se importa de sujar, mas ela foi esperta né? Ou pensou que foi, pois ela fez questão de não sujar a área dela. Por isso que digo que o que falta é uma campanha de conscientização da população e depois vai abranger aos turistas para manter a praia limpa, não sujar a praia. [...] Os políticos ficam batendo naquele tripé básico, saúde, segurança e educação, mas a educação é fundamental, né? Porque quando falo em educação é a educação de berço, pra ser base para sua postura pra vida, educação de valores. Seria interessante colocar plaquinhas pra semear esta prática: “coloque lixo aqui, a natureza agradece”, colocar lixeiros próximos à passarela. Multar aqueles que sujam, multas caras. Uma forma de mexer no bolso para que as pessoas tomem consciência do quão isso é importante. [...] O pessoal tem um vício de sujar e a mudança é um processo que demanda tempo pra caramba. Se você suja a orla, vai dar a ideia de permissividade ao turista que também não vai fazer questão de manter limpo. Seria necessária a colocação de mais lixeiras, a população é preguiçosa de jogar o lixo na lixeira, principalmente porque existe uma certa distância de uma para outra. A pessoa que jogou este lixo [mostrando o lixo na areia] era só levantar, mas parte da cabeça dele que a praia, a natureza não é de ninguém. Esse comportamento da população dá margem para que o turista se comporte de forma similar. O turista vê o descaso com a limpeza e segue na mesma onda. Isso parte da educação, e quando falo de educação não me refiro apenas a pessoas pobres, classes sociais baixas, gente que passa nos carrões e jogam seus lixos pela janela. Isso é absurdo! (ENTREVISTA – SPT)

Foto 26 – Poluição da praia

Fonte: Autora (2014). Nota: dentro dos círculos em vermelho se encontram os focos de lixo, exceto no caso do tronco cortado no canto direito da imagem inferior. O tracejado vermelho na imagem superior indica a distância entre o lixo e a lixeira.

Neste sentido, é importante mencionar a ação não-humana como reflexo da ação humana e que por sua vez influencia a ação humana. Como primeiro exemplo, evoca-se o trabalho dos agentes de limpeza, com especial atenção ao grupo de varredores da calçadinha. Independente da ação humana, os elementos não-humanos naturais fazem com que o ambiente se suje, como a ação do vento que leva a areia para a calçadinha ou as folhas das árvores que caem e sujam o espaço, assim como os dejetos das aves, fazendo com que seja necessária a limpeza, ou seja, a ação não-humana impulsiona a ação humana nesse sentido.

Outro exemplo da ação não-humana se trata do avanço do mar e da erosão da falésia do Cabo Branco. Este assunto foi pauta nas reuniões dos meses de janeiro e fevereiro (2014) do Comitê Gestor Orla, nas quais buscavam a aprovação de um projeto de revitalização da área por meio de uma grande obra no local. Não houve o desfecho da proposta, no entanto, é possível perceber na área que já há sinalização que alerta os visitantes sobre os perigos de deslizamento. Apontamos ainda um risco eminente de desmoronamento da pista que foi construída muito próxima da borda da falésia, conforme pode ser observado na Foto 27.

Foto 27 – A vista superior e inferior da falésia do Cabo Branco



Fonte: Autora (2014)

Ainda sobre a corrosão da falésia, outros pontos de representação para o turismo na Orla Marítima são afetados como é o caso da Estação Cabo Branco e do Farol do Cabo Branco. Há uma preocupação quanto ao futuro destes espaços, no caso da Estação Cabo Branco esta representa um artefato para cidade, uma vez que a obra tem a assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer. Além disso, é importante por promover o acesso à arte e a cultura. A preocupação está no intuito de assegurar que esta obra não seja danificada com o avanço da corrosão da falésia.

Foto 28 – Vista da Estação Ciências e Farol do Cabo Branco



Fonte: Ministério Público do Estado da Paraíba (2013). Nota: No círculo em vermelho é possível observar o farol, dentro do espaço emoldurado em vermelho é possível observar todo o complexo que forma a Estação ciências. Imagem disponível em: <http://www.mppb.mp.br/index.php/noticias-android/92-meio-ambiente/599-promotoria-instaura-procedimento-para-apurar-problemas-na-falesia-do-cabo-branco>

Já o Farol de Cabo, esta construção se localiza muito próxima à borda da falésia, mais ainda em relação à Estação Ciências (FOTO 28). A reflexividade apontada a partir deste exemplo, no primeiro caso da aceleração do deslizamento da falésia pela ação humana, refere-se ao fato de que o acesso ao local ocorria por carros (de grande e pequeno porte), o que impactava no desmoronamento da falésia. A percepção deste dano gradual pelas autoridades incide na mudança em relação ao acesso ao local. Antes, nas proximidades do farol existia um estacionamento em que era possível deixar o carro, ônibus ou motos próximos ao mirante. Com os problemas relatados, foi necessária uma intervenção: o lugar é acessado apenas por pedestres e os carros, ônibus e motos ficam estacionados na parte de baixo antes da subida ao local (NOTAS DE CAMPO, 2014), conforme pode ser observado na Foto 29.

Foto 29 – Entrada do Farol do Cabo Branco



Fonte: Autora (2014)

Percebemos ao longo desta seção o quanto o conceito da reflexividade é fundamentado por processos de aprendizagem e, por sua vez, são inerentes aos processos organizativos. O que mostramos aponta o como a prática constitui o local organizacional por fenômenos “soltos” que se complementam intimamente originando uma textura organizacional de ações interconectadas (SCHATZKI, 2001; 2005), o que é possível por haver um aprendizado coletivo, a percepção de oportunidades, em que há o engajamento e a interação social dos indivíduos para possibilitar um refinamento social (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998). A seguir, apresentamos como os atores sociais justificam suas ações com relação à prática em análise.

4.1.4 O conceito de relatabilidade no turismo como prática

Para apreender o conceito da relatabilidade a partir do campo, buscou-se conhecer por meio dos atores humanos o que se entendia por turismo e quais elementos apontavam a existência do turismo como uma prática na Orla Marítima, como uma forma de acessar a percepção dos atores humanos por meio da descrição (crítica ou romântica) sobre o turismo. As respostas não apontavam uma definição imediata, mas conceitos abstratos que de certo modo reforçam a maneira como o turismo é enxergado nesta pesquisa – uma importante prática social.

Alguns respondentes, como no caso dos garçons que atuam nos quiosques ou até outros exemplos de prestadores informais de serviços de apoio, pareciam não compreender as indagações: “Pra você, o que é turismo? Como ele acontece aqui na Orla?”. Neste caso, o turismo remetia a ideia de interação com visitantes, sejam estes estrangeiros, de outras regiões ou locais: “turismo é falar outro idioma, tipo, eu conseguir me comunicar com os outros, as pessoas de fora” (GARÇOM EM UM BAR/QUIOSQUE – NOTAS DE CAMPO, 2014), “turismo é estar preparado para receber as pessoas, eu queria fazer um curso, mas a prefeitura não [nos] ajuda. Na época da copa agora [Copa do Mundo FIFA 2014], um monte de gringo querendo alugar cadeira e nem eu entendia o que eles falavam, nem eles me entendiam. Eu tive que desenhar na areia o valor pra poder eles pagarem [...]. Então turismo é isso, receber bem as pessoas de fora” (PRESTADOR DE SERVIÇOS DE ALUGUEL DE GUARDA-SOL E CADEIRAS NA PRAIA DE TAMBAÚ – NOTAS DE CAMPO, 2014).

É visível como o turismo movimenta o lugar [a Orla], por isso as pessoas estão lá trabalhando em suas barraquinhas para atender a uma demanda criada pelo turismo. [...] Os turistas vão à praia, podem fazer uma infinidade de coisas, como ir a picãozinho numa embarcação, nadar com os peixes, tirar foto, tomar banho de mar na água quentinha [...] porque nossa “orla” é única, não tem lugar igual (ENTREVISTA – RSMA).

Eu atuo aqui nessa praia há 15 anos, mas com os alugueis tá na faixa de uns cinco anos. Antes eu vendia coco aqui na Orla a noite e trabalhava na construção civil de dia. Comecei a vender coco, depois fui colocando cerveja de latinha, depois comecei andando pela praia como ambulante. Aí depois eu comecei a ficar parado aqui, veio os bombadões naquelas coisas carrega cadeira, bota, era uma confusão. Aí depois o prefeito entrou num acordo e liberou de a gente ficar aqui. Liberou o ponto e eu comecei a botar as cadeiras e o isopor com as bebidas. Na época tinha outros 42 colegas que trabalhavam com isso, que pegaram a licença junto comigo, deve ter mais gente hoje [...] E o que eu faço ajuda muito o turismo porque eles [turistas] vem pro hotel e ele não quer trazer peso porque, quando você tem dinheiro você vai querer andar com mochila? Eu não vou! Se eu for daqui pra São Paulo eu tenho que levar dinheiro pra ser turista lá, não importa se eu sou pobre ou não, se eu viajei eu vou ter o meu dinheiro pra gastar. Se eu for beber uma cerveja num lugar turístico e lá for R\$ 5, mesmo sabendo que no supermercado é R\$ 3 eu não posso reclamar, porque a gente paga pela comodidade, pelo conforto. Por isso eu to aqui trabalhando, todo mundo que vem alugar cadeira pra mim é turista. Se você é daqui de João Pessoa ou é de outro país, você paga o aluguel do mesmo jeito [...] turista é você andar com dinheiro no bolso (EA - ENTREVISTA).

A partir do campo, percebeu-se que o uso da Orla atribuído pelos atores influenciava na forma como o turismo é percebido. De um modo geral, por um lado o turismo é percebido como uma relação de comércio com turistas e visitantes, estes que possuem condições financeiras de pagar pelos serviços turísticos, portanto, esta noção por si só age como um estímulo para o constante incremento da Orla como espaço e das inúmeras

expressões de serviços ali dispostos. Por outro, o turismo é relatado como uma vivência única, em que é possível a interação entre pessoas de lugares distintos num lugar diferente, este que possui algum atrativo (gastronomia, cultura, arte, natureza etc.) como motivação humana de visitar o lugar, bem como ocorre com outras práticas sociais o que contribui para que a mesma se perpetue ao longo dos anos. A noção de turismo como vivência única fica evidente no relato a seguir:

Eu vim com a minha filha que está participando de um congresso, a gente veio junto. A gente aproveitou pra trazer as crianças pra passear. Tenho gostado muito daqui da Orla. O que me chama atenção é a própria praia, a boa temperatura (eu já tinha vindo uma vez há 3 anos) e essa área de proteção ambiental, acho maravilhoso... eu acho muito interessante. A gente tá vindo pra cá porque estamos hospedados no Hotel L* [nome do hotel a beira-mar da praia de Cabo Branco], é bem próximo, a gente sempre vem caminhar tanto na calçada, como na areia, porque a gente tá também com o menino [de aproximadamente 11 anos, ao lado da senhora] e uma menina de três anos, que dá pros dois aproveitarem bem. [...] Acho que a Orla é bem cuidada, organizada. O que eu vejo e acho bem interessante são as pessoas fazendo exercício por toda parte da Orla. Dá vontade de se juntar a eles e fazer também, é lindo de ver. [...] Tudo isso é interessante pro turismo, muito interessante o artesanato. É diferente do nosso, a gente que mora no interior de São Paulo então a gente não vê isso, né? “Aqui mesmo na praia a gente comprou uma programação de turismo, a gente já foi na feirinha, já comprou artesanato” [complementou o menino] (SENHORA E SEUS NETOS CAMINHANDO NA AREIA DA PRAIA DE CABO BRANCO – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Foi colocado ainda que o turismo se trata de “aproveitar o espaço”, “conhecer pessoas novas”, “se relacionar com a natureza”, viver o diferente. A seguir, outros relatos são utilizados para ratificar a forma como o turismo é percebido:

Eu tô de férias da universidade e vim passear. Aqui na Orla é muito organizado! Os quiosques são organizados e limpos... tudo atraindo o turista. E o bom é que dá pra aproveitar sem gastar muito. Lá na Bahia tudo é mais caro. A estrutura da minha cidade se parece com a daqui, é do mesmo jeito, só que o aluguel dessas sombrinhas [guarda-sol] não existe lá, deveria ser oferecido pela prefeitura, isso é errado, lá não tem isso. Mas fazer o que? Tem gente que paga né? (RAPAZ DA BAHIA/BA – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Gosto da Orla, venho sempre que venho aqui pra João Pessoa. Eu venho porque é legal aqui, é mais centralizado, fácil de chegar. E aqui em João Pessoa também não tem muita coisa não, pra falar a verdade. Aí a Orla é o lugar mais legal que tem. É um dos atrativos turísticos que dá pra ir. Tem outros, a praia do Jacaré, a ponta do seixas aqui. Beleza natural tem demais. E eu sempre venho caminhar aqui pelo visual, é bonito e é seguro. [...] turismo? [respondendo a indagação levantada], é o que é feito o tempo todo, a apresentação de capoeira que tava acontecendo, o pessoal fazendo artesanato na rua, a feirinha, as festas, os hotéis que tem aqui na Orla, pra mim tudo isso é turismo. (RAPAZ DE RECIFE/PE CAMINHANDO NO MEIO DA MANHÃ – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Evidenciaram-se também atores humanos que atribuíam um olhar crítico ao turismo na Orla, evidenciando aspectos culturais, bem como políticos:

Eu moro aqui e tenho observado o povo daqui muito preguiçoso, não gosta de trabalhar [“aliás você já pode ir pra casa”, brincou comigo por eu já ter conversado com as outras pessoas que estavam com ele – uma francesa e um argentino]. Não andam com relógio e não sabem o que é pontualidade. Você marca um horário e eles chegam atrasados. Atraso é uma coisa normal de mais de acontecer. As coisas não são levadas a sério, nada vai pra frente [...] O turismo não é levado a sério nem pelos gestores públicos nesse estado. Você vê aqui um espaço como esse todo se acabando, a calçadinha cheia de buraco, lixo na areia. Eles estão é preocupados com outras coisas, não valorizam o potencial turístico que este espaço tem, não só esse como outros na cidade. [...] A única coisa que compensa é o bom humor das pessoas quando atendem você, isso ganha o turista (CARIOCA QUE VIVE EM JOÃO PESSOA HÁ 2 ANOS – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Este pensamento também fica evidente na colocação de uma artesã que atua na Orla Marítima com as vendas de seus produtos:

É impressionante como os gestores públicos não investem no turismo aqui. E eles tinham é que trabalhar a imagem, trabalhar na divulgação, porque as vezes os turistas visitam Natal, dão um pulo em Recife, passam por João Pessoa, mas não param pra conhecer aqui porque não sabe como é bonito, que aqui também é turístico. E isso aconteceu muito no período da copa [Copa do Mundo Fifa – Brasil 2014]. Essas coisas impactam muito no trabalho da gente (ARTESÃ – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Como observamos no decorrer deste capítulo, o engajamento e a participação são fundamentais para que o turismo se estabeleça nos moldes que o concebemos. Portanto, a noção de membro é um conceito fundamental para a prática estudada, assim como apresentamos na seção que segue.

4.1.5 A noção de membro sob o turismo na Orla Marítima

De um modo geral, os membros compreendem apenas a ação humana, são aqueles que entendem os sentidos únicos (materialidade e imaterialidade) oferecidos pelos mesmos às expressões indiciais já apresentadas e são ativos na proposição de novos sentidos que podem ser assimilados por outros membros ao longo do tempo. Não basta ser turista, vendedor, visitante para ser considerado membro desta prática, é necessário comungar significados e ser reconhecido como membro (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998). Pela natureza da prática analisada, assim como a amplitude do campo, reconhecer os seus membros requer foco nas atividades que sustentam o turismo para distinguir aqueles que praticam – os praticantes.

A noção de membro referente ao turismo na Orla Marítima ocorre na medida em que se constata no cotidiano local a existência de grupos de praticantes, alguns dos quais

abrigam comunidades de praticantes (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; BISPO; MELO, 2014). Mas quais as diferenças entre grupos de praticantes e comunidades? No primeiro caso, os grupos são formados por pessoas que possuem interesses e atuação em comum num dado contexto e são parte humana da realização da prática, como no caso da ação dos agentes turísticos e hoteleiros, dos ambulantes, dos bugueiros, lembrando ainda que os turistas não podem ser incluídos como membros e grupos de praticantes por não haver coesão de significados e compartilhamento de conhecimentos entre os mesmos, ainda que sejam parte importante neste conjunto de elementos que configuram o turismo.

O turismo é produzido de diferentes formas nos vários quilômetros que compreendem as praias da Orla Marítima. A cada uma dessas formas é demandado um tipo de conhecimento prático, uma forma distinta de legitimação dos membros, um ponto de referência para se comunicar e agir. Os atores humanos que agem no espaço Orla Marítima compartilham um conjunto de elementos influenciadores advindos das bases construídas pelos grupos nos quais pertencem, assim como assegura Gherardi (2000) ao expor que durante a experiência no campo, por meio de processos de aprendizagem, o indivíduo se torna membro. Na concepção da autora, aprendizagem e a experiência são inseparáveis, bem como o corpo abstrato possibilitado pela experiência: os significados, saberes e os conhecimentos que permitem que o indivíduo participe do contexto social em que atua.

Já as comunidades de praticantes, no caso da Orla Marítima, referem-se aos atores humanos que desempenham as atividades por interesses não financeiros. Estes partilham de uma forma mais profunda de saberes, conhecimentos situados (LAVE; WENGER, 1991; GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998). Todos os membros das comunidades de praticantes são validados por um processo conhecido como participação periférica legitimada (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; LAVE; WENGER, 1991). Os membros adotam comportamentos diferentes quando dentro ou fora dos domínios da comunidade. No caso de estarem entre si (na comunidade), eles falam gírias, palavrões, regionalismos, isso no exemplo dos jogadores de futebol de areia que representam uma comunidade formada por garçons que atuam nos bares e quiosques da Orla Marítima. Desse modo, nem todos os garçons são parte da comunidade, apenas aqueles que possuem conhecimento prático capaz de fazer com que sejam reconhecidos como membros (OBSERVAÇÃO, NOTAS DE CAMPO 2014).

Destarte, como já mencionado, pela extensão do campo estudado é necessário focar o olhar em contextos específicos. Apresentamos alguns exemplos a fim de aprofundar na análise de um grupo e também de uma comunidade de praticantes do turismo, no intuito de

obter uma maior compreensão do conceito de membro e iniciar uma discussão sobre comunidades de praticantes.

Como um modo de sintetizar os elementos etnometodológicos apresentados a partir do campo, elaborou-se o Quadro 08.

Quadro 08 – Análise etnometodológica do turismo como prática

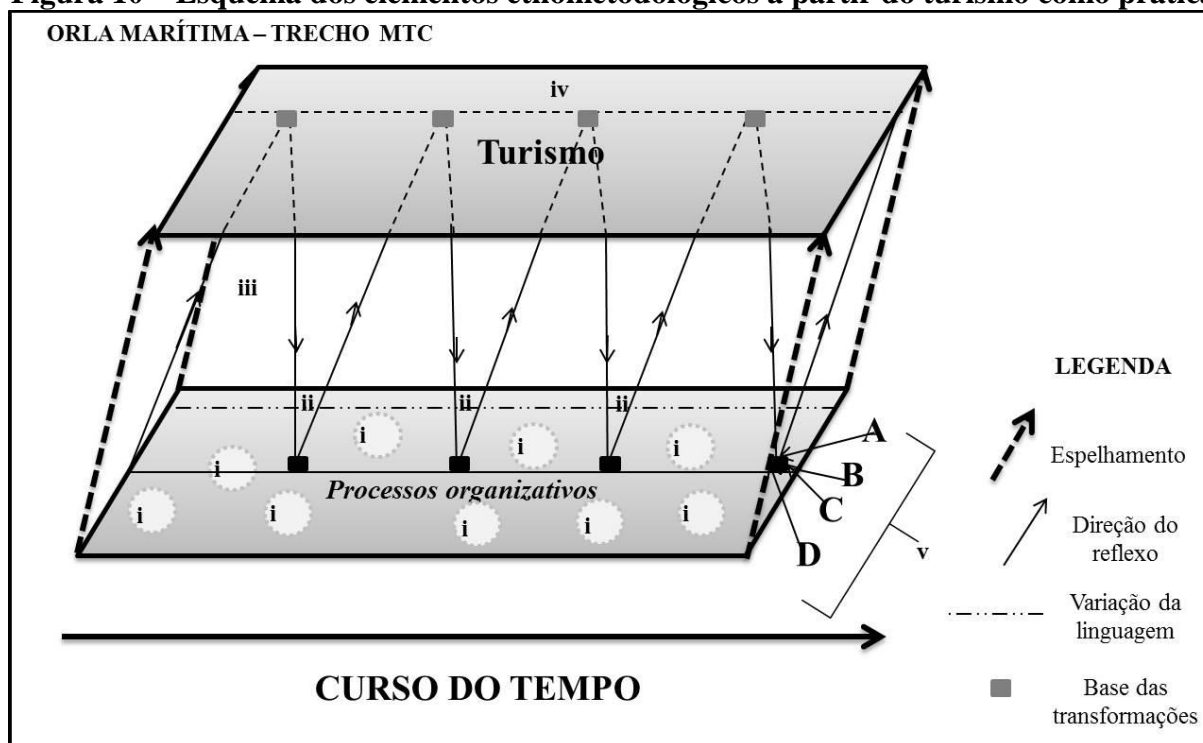
Conceito	Descrição	Turismo como prática
Prática / Realização	Indica a experiência e a realização da prática dos membros de um grupo em seu contexto cotidiano, ou seja, é preciso compartilhar desse cotidiano e do contexto para que seja possível a compreensão das práticas do grupo.	Eventos esportivos, religiosos, comemorativos e mobilizações no Busto de Tamandaré; brincadeiras; caminhada na calçadinha; comércio formal e informal (produtos e serviços); consumo; limpeza; segurança; contemplação; captura de imagens; interação cultural; passeios náuticos; apoitagem [etc.].
Indicialidade	Refere-se a todas as circunstâncias que uma palavra carrega em uma situação. Tal termo é adotado da linguística e denota que, ao mesmo tempo, em que uma palavra tem um significado, de algum modo “genérico”, esta mesma palavra possui significação distinta em situações particulares, assim, a sua compreensão precisa, em alguns casos, necessita de que as pessoas busquem informações adicionais que vão além do simples entendimento genérico da palavra.	Orla; calçadinha; passarela; busto; bombadões; môfi [etc.].
Reflexividade	Está relacionada aos “efeitos” das práticas de um grupo, trata-se de um processo em que ocorre uma ação e, ao mesmo tempo, produz uma reação sobre os seus criadores.	Empreendedorismo por artesãos; organização dos bares e quiosques; apoio a caminhada; criminalidade; policiamento; limpeza; prostituição, leis [etc.].
Relatabilidade	É como o grupo estudado descreve as atividades práticas a partir das referências de sentido e significado que o próprio grupo possui, pode ser considerada como uma “justificativa” do grupo para determinada atividade e conduta.	Turismo como interação; comunicação; recepção; comércio; vivência; aproveitar o espaço; conhecer pessoas novas; trocas experienciais, [etc.].
Noção de membro	O membro é aquele que compartilha da linguagem de um grupo, induz a uma condição de “ser” do e no grupo e não apenas de “estar”.	Pescadores; comerciantes; policiais; agentes turísticos e hoteleiros; agentes de limpeza urbana; moradores, bugueiros [etc.].

Fonte: Autora (2014) a partir de Bispo e Godoy (2014, p. 116)

Os contornos da prática estudada, seja esta o turismo, apresentados por meio da análise etnometodológica originaram um quadro de análise o qual permite visualizar os componentes da prática. Todavia, apresentamos os componentes sem sua devida articulação e compreensão holística, dado que cada conceito etnometodológico foi apresentado de forma separada. Como no cotidiano estes acontecem de uma forma conjunta e complementar, envoltos pela textura organizacional resultante dos processos organizativos, o esquema

disposto na Figura 10 foi desenvolvido para indicar como ocorre de forma progressiva à prática social e cotidiana do turismo na Orla Marítima.

Figura 10 – Esquema dos elementos etnometodológicos a partir do turismo como prática



Fonte: Autora (2014). Nota: M = Manaíra; T = Tambaú; C = Cabo Branco

Na Figura 10 são ilustrados os conceitos etnometodológicos em movimento. A i) realização é um aspecto presente em todo o campo, indica o quanto a prática está espalhada por meio da sua diversidade de atividades. Este espalhamento permite que o turismo seja caracterizado, percebido, compreendido dando sinais para que novas atividades surjam e passem a compor o cenário Orla Marítima num processo de iii) reflexividade, ou seja, a criação de novas atividades inspiradas na prática, fazendo com que a mesma prática que inspirou passe a ser incrementada, deste modo, o turismo é uma prática inacabada. É importante esclarecer que a realização do turismo ocorre pela sociomaterialidade: a cultura que rege o comportamento dos indivíduos, os artefatos negociados e objetos que podem ser representados pelos atrativos turísticos não-humanos são imbricadas à ação humana. Os v) membros são os atores-humanos A, B, C, D (entre uma infinidade de outros) os quais atuam intimamente na Orla Marítima, ao ponto de possuírem um corpo de conhecimentos práticos próprios da interação que ocorre neste espaço, um exemplo deste corpo de conhecimento é a linguagem, as expressões indiciais - ii) indicialidade partilhada pelos membros da prática, que incluem as gírias locais e os bordões. Todo este conjunto de elementos são partes do turismo e

permitem que esta prática seja argumentada como justificativa para a utilização do espaço, seja apreendida por meio de um conceito próprio formulado a partir das interações estabelecidas no espaço, de modo que o turismo passe a ser considerado uma forma de se comunicar com as pessoas, interações culturais, ou até mesmo como uma expressão do comércio (em linhas mercadológicas). O conceito ilustrado é o da iv) relatabilidade, cujo o símbolo “iv” está posicionado acima dos outros no esquema disposto na Figura 10 por representar uma lente a partir da qual a prática se torna inteligível.

4.2 Reflexões sobre o Processo de Aprendizagem e a Geração de Conhecimento das Atividades que constituem o Turismo como Prática

A apresentação dos dados coletados ao longo da etapa empírica que resultaram na elaboração da Figura 10 ilustra uma infinidade de caminhos por meios dos quais é possível compreender o processo de aprendizagem coletivo e como os conhecimentos são gerados e compartilhados para que os elementos da prática permaneçam em um processo contínuo de uso e refinamento. E também como ocorre a criação de sentido principalmente pelos atores humanos locais por meio da aprendizagem situada (OU, 2009).

Portanto, para falar da aprendizagem social, é necessário ponderar que ao considerar o turismo como uma prática na Orla Marítima, passamos a considerar seu caráter social, situacional e, ainda, a transversalidade de atividades e elementos humanos e não-humanos que sustentam a prática. A transversalidade em questão envolve a relação entre visitantes e locais, a interação entre atores sociais humanos e não-humanos, materiais e imateriais e também ao “como” as atividades são produzidas e organizadas tecendo o turismo ou, ainda, de um modo mais amplo, tecendo outras práticas que possam vir a convergir em uma prática ainda maior como o próprio turismo organização social (CZARNIAWSKA, 2008; LEONARDI, 2012).

Os processos organizativos do turismo se relacionam a experiência dos agentes, assim como ao processo de aprendizagem coletiva. A ação coletiva combina a experiência e os conhecimentos adquiridos no processo de aprendizagem fazendo com que o conhecimento da prática (*Knowing-in-practice*) se desenvolva (GHERARDI, 2006). Deste modo, apreende-se que o processo de aprendizagem do turismo como prática se relaciona ao uso da Orla Marítima com fins econômicos, sociais e culturais amparado por uma forte influência do mercado turístico e as oportunidades que o mesmo oferece aos atores sociais humanos, tais

como de um lado o empreendedorismo seja ele em níveis micro ou macro, de outro a utilização do tempo livre e do consumo. A lógica por traz das falas destes atores sociais humanos envolve a informação de que a Orla Marítima é um espaço onde se concentram pessoas – estas que ali estão por uma finalidade específica, atrativos naturais e artificiais, traços culturais, entre outros.

O turismo se mostra um aspecto importante por meio do qual há organização social no espaço Orla Marítima e há a produção de sentido pelos utilizadores deste espaço. Mesmo sendo uma prática tão abstrata, composta por inúmeras vertentes, na fala de alguns atores sociais humanos foi perceptível o quanto esta prática representou (inicialmente) e representa uma força motriz para o uso do referido espaço. Todos os atores humanos que contribuíram com este estudo afirmaram que sua colocação na Orla Marítima ocorreu mediante a uma oportunidade oferecida pelo turismo. Isso aponta indícios de que a prática se consolida na medida em que influencia na agência de seus atores sociais.

Isso ilustra o que é colocado por Lave e Wenger (1991) ao afirmarem que a produção de sentido ocorre na medida em que acontece a interação “face-a-face” ou “co-participação” dos atores humanos e sua relação com o corpo material e imaterial situado (GHERARDI, 2001). Neste caso, o turismo baliza a ação e a produção de sentido na medida em que são mobilizadas ferramentas, métodos particulares, conhecimentos implícitos ou explícitos e o compartilhamento de uma linguagem comum (WENGER, 1998).

Quando se menciona a linguagem, Ou (2009) expõe, inspirado em Kumar e Worn (2003), que a indicialidade pode representar uma marca do processo de aprendizagem situada, como no caso dos atores humanos locais de João Pessoa/PB que utilizam o termo “môfi” tanto no tratamento carinhoso com os filhos, quanto para denominar um grupo de marginais que agem em bando. Isso pode representar uma barreira para o entendimento dos não membros daquele contexto, uma vez que a mesma palavra pode oferecer sentidos distintos e antagônicos fora do contexto cultural em questão. Outros exemplos podem ser utilizados para ilustrar o resultado da aprendizagem situada, sejam eles os gestos de comunicação utilizados pelos garçons nos bares e quiosques, os assobios como um sinal para chamar a atenção para que um passeio ao mar engate sua partida. Este aspecto é colocado por Gherardi e Landri (2014) como mecanismos de subscrição que permitem de forma sociomaterial a estabilização do indivíduo na medida em que produzem múltiplos significados, a exemplo, uma prestação de contas. Neste momento, o indivíduo assume uma imagem ou *status* social, seja esta a de turista, agente turístico, garçom, agente de limpeza urbana, policial, artesão, entre outras.

É possível apreender, ainda, que o conhecimento situado é encharcado pelos traços históricos, sociais e materiais de uma dada comunidade e, também, é base para a cultura que sustenta a forma como cada indivíduo percebe o mundo ao seu redor, sua visão de mundo (GHERARDI, 2006; OU, 2009). Como exemplos, do ponto de vista econômico dos agentes desta prática, os indivíduos utilizam do conhecimento prévio sobre a Orla Marítima pra empreender, seja num comercio formal ou informal. O espaço é estruturado por quiosques, bares e restaurantes que abrigam o comercio informal, somado a exposição de artesanatos na “passarela” da “calçadinha”, o aluguel de equipamentos e serviços, como os passeios de barcos e a ida a Picãozinho, entre outros. Para ratificar a utilização do conhecimento prático de alguns atores humanos, segue o trecho do que expressou uma agente social que movida pelo turismo largou sua ocupação oficial na área da saúde para se dedicar ao trabalho como artesã:

Nós somos de São Paulo [se referindo ao marido] e estamos aqui na Paraíba há quatro anos. Nós vimos pra cá porque ele passou num concurso, ele é funcionário público e eu vim acompanhando. Lá em São Paulo eu trabalhava como enfermeira, mas quando cheguei aqui não gostei do piso salarial na área da saúde, então resolvi resgatar uma paixão de infância, o trabalho com fantoches. [Quando perguntei por que expor seu trabalho na Orla] Estou na Orla porque tá caro abrir minha loja, os preços de aluguel de ponto estão bem altos, então estou aqui por causa do turismo que existe aqui. Aqui tem muito movimento de pessoas, para você ter uma ideia já chegamos a lucrar R\$ 500 numa noite por causa do turismo, hoje em dia o movimento tá mais fraco, os lucros caíram bastante. [quando perguntei o que ela tem feito para reverter à situação da queda das vendas]: percebi que muitas pessoas ficavam interessadas nos fantoches, mas não tinham o dinheiro para comprar na hora, então resolvi criar esses panfletos [entregou-me um – Imagem 02] para trabalhar com encomendas. Criei também um perfil no *Facebook* e no *Instagram* para divulgar meu trabalho, e todas estas informações estão também no panfleto. Assim, posso enviar as encomendas por correio para pessoas de outros estados que queiram comprar os produtos (ARTESÃ QUE ATUA NA ORLA MARÍTIMA DE TAMBAÚ – NOTAS DE CAMPO, 2014).

Imagem 02 – Material promocional da artesã



Fonte: Pesquisa, 2014

No trecho seguinte, o ator humano justifica o motivo que o levou a investir seus recursos num negócio no espaço Orla Marítima. Seu relato indica um processo de conhecimento em prática que fundamenta o processo decisório de investimento e expansão dos seus serviços:

Eu observava que muitas pessoas vinham patinar aqui na Orla, e trazer seus patins, às vezes trazendo um peso a mais não é confortável pras pessoas. Então pensei em oferecer o serviço de aluguel de patins porque as pessoas alugam. Elas [as pessoas] gostam. Pra você ter uma ideia, quando cheguei aqui só tinha eu e um menino que alugava, hoje em dia eu tive que comprar mais cinco pares pra dar conta da procura e já existem outras pessoas que também alugam patins [RAPAZ QUE ALUGA PATINS NA ORLA MARÍTIMA DE CABO BRANCO – NOTAS DE CAMPO, 2014].

Do ponto de vista social, as pessoas vão à Orla Marítima por saberem que irão encontrar de um leque de atrativos, produtos, serviços, segurança e outras pessoas que proporcionam as mesmas a sensação de bem-estar, alegria, proporcionada pela prática em questão. A reflexividade submerge como um modo de ilustrar a influência que existe no interesse na Orla Marítima e sua relação com a ação dos indivíduos, fazendo com que os mesmos se organizem em torno da prática. Ressalta-se que, na perspectiva das práticas, aprender e organizar são partes imbricadas de um processo de construção coletiva (CZARNIAWSKA, 2008; GHERARDI, 2006), a aprendizagem é considerada um elemento fortemente determinante na existência e desenvolvimento das organizações (LAVE; WENGER, 1991) e dos processos organizativos (CZARNIAWSKA, 2008).

Como exemplo do que é apresentado, já foi mencionado que no Largo da Gameleira há um espaço destinado aos pescadores, que o tipifica de certo modo reforçando um traço cultural e que caracteriza o espaço como turístico. Pessoas vão a este lugar, tiram fotos, interagem com os pescadores, alguns levam suas varas de pescaria, outros pescam de uma maneira mais rústica. É comum observar indivíduos pescando em intervalos específicos nos horários da manhã, tarde e noite, enquanto no mar é possível ver uma quantidade considerável de pequenas embarcações ali atracadas (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Conhecer sobre como colocar as embarcações ao mar, as condições do mar, do vento, as temperaturas ideais para pescar, o tipo de isca utilizada, os pontos ao mar onde pescar são tipos de conhecimentos citados pelos pescadores como algo inerente à atuação dos mesmos. O conhecimento construído de modo situado, sem a necessidade de uma formação formalizada, mas que pode ser ensinado aos novos membros que possuam o desejo de participar da comunidade de pescadores. Somado a este conhecimento existe aquele que também é inerente à atuação dos pescadores e que é realizado de uma maneira não reflexiva, ou seja, as ações que estes desempenham sem ter a consciência de que estão desempenhando, ou aquele conhecimento que é considerado o elemento-chave no desempenho de um pescador e, portanto, não deve ser perpassado aos demais, a menos que o *expert* deseje que o mesmo seja transmitido.

Neste último caso, podemos evocar o conceito de comunidades de praticantes (GHERARDI, 2009b) para exemplificar a dinâmica de disseminação do conhecimento entre os membros desta comunidade específica. Para que os conhecimentos e as habilidades sejam aprendidos pelos pescadores que ingressam numa comunidade a fim de se legitimarem como membros, ou aqueles que já foram legitimados e que desejam um aprimoramento do conhecimento, é necessário que os mesmos estejam inseridos ativamente numa comunidade, realizando suas práticas sociomateriais (LAVE; WENGER; 1991) conforme pode ser observado no relato que segue:

Eu aprendi a pescar vendo meu pai, eu sempre vinha com ele, fazia o que ele fazia. [...] Muito tempo pescando eu aprendi muita coisa por aqui mesmo. Ele [se referindo ao pai] me ensinou muitos dos truques que sei, a forma de lançar as iscas, o sentido do peixe quando agarra na isca. Essas coisas... (PESCADOR – NOTAS DE CAMPO).

Ao se referir ao “essas coisas”, o ator humano enseja mencionar o fato de que existem uma infinidade de ações que não podem ser descritas de forma simples, dando a ideia de que vigora entre eles um currículo situado, ou seja, a base de conhecimento dos pescadores é essencialmente tácita; o conhecimento adquirido pelos mesmos perpassa gerações, fazendo

com que as atividades existam e se aprimorem; a aprendizagem ocorre de forma coletiva e cotidiana; existem tradições e hábitos entre os pescadores, como por exemplo a forma de deslizar as embarcações sobre um rolo largo até que ela esteja ao mar, o tipo de equipamento de pesca, a pescaria vespertina e noturna; e ainda, existem relações de poder as quais emergem das interações sociais, neste caso, os *experts* são detentores do poder em questão (LAVE; WENGER, 1991; GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998, p.281; GHERARDI, 2006).

Com efeito, a noção de currículo situado também aponta as formas como os recém-chegados (novatos) se relacionam com os veteranos (membros efetivos de um grupo). Isso fica visível quando realizada uma análise aprofundada na comunidade de pescadores, assim como em outros segmentos do turismo na Orla Marítima. Neste caso, é evocada a atuação dos trabalhadores nos quiosques. Em um específico, o proprietário atua ainda com embarcações para passeios turísticos. Os funcionários dividem seu tempo de trabalho entre o atendimento dos clientes dos quiosques, assim como atuam com os serviços oferecidos durante os passeios turísticos. Para que estes profissionais fossem admitidos no quadro operacional, foi necessário o cumprimento de pré-requisitos mínimos relacionados ao atendimento do cliente (currículos de aprendizagem). Estes funcionários passaram por um período de adaptação, a partir do qual se tornam membros efetivos, estabelecendo a partir de então um conhecimento direcionado, coletivo, específico e tácito (currículos situados), imbricados nas práticas que sustentam a comunidade em que atuam (LAVE; WENGER, 1991; WENGER, 1998; GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; GHERARDI, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentar as considerações finais propriamente ditas, gostaria de comunicar que a construção textual tendo como sujeito interlocutor e reflexivo a primeira pessoa do plural foi utilizada para assumir a importância dos sujeitos orientador-orientanda no processo de desenvolvimento deste trabalho de dissertação – mesmo que em alguns trechos, sobretudo na descrição metodológica e em partes dos resultados, tenham havido o sobressalto da primeira pessoa do singular por impulso da experiência de pesquisa vivenciada. Isso por considerar que este trabalho é resultado de uma coautoria, tendo por coautoria não o ato de construção textual conjunta, mas um processo de reflexões conjuntas que proporcionou o refinamento de ideias, de uma orientação presente, cuidadosa e ainda pela ideia inicial ter sido concebida pelo professor orientador desta dissertação em seu projeto de estudo do turismo na cidade de João Pessoa, sobretudo na Orla Marítima, o qual representou um guarda-chuva para este trabalho.

Destinei este capítulo às reflexões acerca da trajetória vivenciada durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, do ponto de vista da assimilação e da apropriação teórica, da experiência e dos dados apreendidos em campo, dos *insights* e da produção textual em prol do cumprimento dos objetivos traçados. Portanto, a fim de realçar a experiência particular de envolvimento com este exercício de pesquisa proporcionada pela condição de mestranda, irei assumir como interlocutora a primeira pessoa do singular mesmo respeitando ao que foi supracitado.

Apresentarei como os objetivos específicos foram alcançados culminando numa resposta ao problema de pesquisa levantado, as contribuições que este trabalho visa a oferecer a comunidade científica e a sociedade, as limitações que se figuraram neste processo, estas que foram importantes neste momento de aprendizagem, sugestões para que pesquisas futuras possam ser empreendidas em avanço a este corpo e, por fim, faço algumas reflexões sobre a experiência que tive em relação ao mestrado para elucidar os desafios vivenciados e o como esta etapa foi impactante no modo como passo a enxergar não só o mundo acadêmico, mas a realidade como um todo.

O objetivo levantado neste trabalho de dissertação foi o de compreender os processos organizativos e de aprendizagem do turismo como uma prática situada na Orla Marítima de João Pessoa/PB. Para alcançar este objetivo, construí um quadro teórico alicerçado pela ontologia pós-estruturalista. Adotei a epistemologia da prática para compreender o turismo, considerado uma importante prática social, em oposição à visão da “prática do turismo” (visão unilateral) com vistas à compreensão deste fenômeno como um dos elementos a partir do qual se alcança a ordem social.

Nesse sentido, mostrei que a visão de organização supera a visão hegemônica de estrutura, fronteiras, objetivos e estratégias formais (CZARNIAWSKA, 2013) vista apenas como uma metanarrativa ou metadiscurso (CALÁS; SMIRCICH, 1999) e, ainda, que o turismo pode ser incluído no campo dos estudos organizacionais tanto como tema de estudo, quanto como representação de organização.

Identifiquei etnometodologicamente o conjunto de atividades que constituem o turismo como prática na Orla Marítima de João Pessoa/PB na medida em que explorei o primeiro conceito da etnometodologia na apresentação do conjunto de atividades realizadas para que o turismo ocorra neste espaço, como o trabalho realizado por comerciantes tanto dispostos em pontos fixos, como os ambulantes. A estrutura formal composta pela ação dos agentes do setor de hotelaria, restauração e entretenimento, a exemplo do Hotel Tambaú que foi construído na areia da praia de Tambaú e representa um dos marcos da realização do turismo na Orla Marítima local (PROJETO ORLA, 2014) ou o trabalho realizado pelos agentes turísticos, os passeios a barco ou de *buggy*, a exemplo. Exponho ainda elementos da cultura local que podem ser evidenciadas, como o trabalho dos pescadores ou a própria comida regional. A realização de eventos para diversos fins, a prática dos esportes, brincadeiras, o uso da Orla pelos moradores da cidade permitindo a interação sociocultural, a limpeza e a segurança do local, entre outros, são componentes do turismo da forma como sua existência é reconhecida pelos seus atores sociais.

Analisei o conjunto de elementos sociomateriais que alicerçam o turismo como prática na Orla Marítima, com a exposição da relação entre os elementos humanos e não-humanos na organização do turismo, a exemplo da ilustração das possibilidades que os elementos não-humanos oferecem ao uso da Orla, seja no caso do lazer, como as cadeiras e o guarda-sol, seja no caso do esporte, como a bola, a rede, a vela, o motor, seja no caso da interação social, como os encontros nos quiosques, ou até mesmo a inclusão social, como o uso da cadeira anfíbia, da boia, dos coletes pelas pessoas com deficiência. A simbologia também é presente nesta análise, uma vez que o turismo como prática é impregnado por

regras sociais, símbolos, valores perpassados socialmente (KALLINIKOS; LEONARDI; NARDI, 2012), como no caso da uniformização dos guardas e policiais – da comunicação imposta pela veste a qual possui símbolos próprios, ou dos agentes de limpeza urbana, da sinalização das placas, dos elementos estéticos presentes no local, e assim por diante.

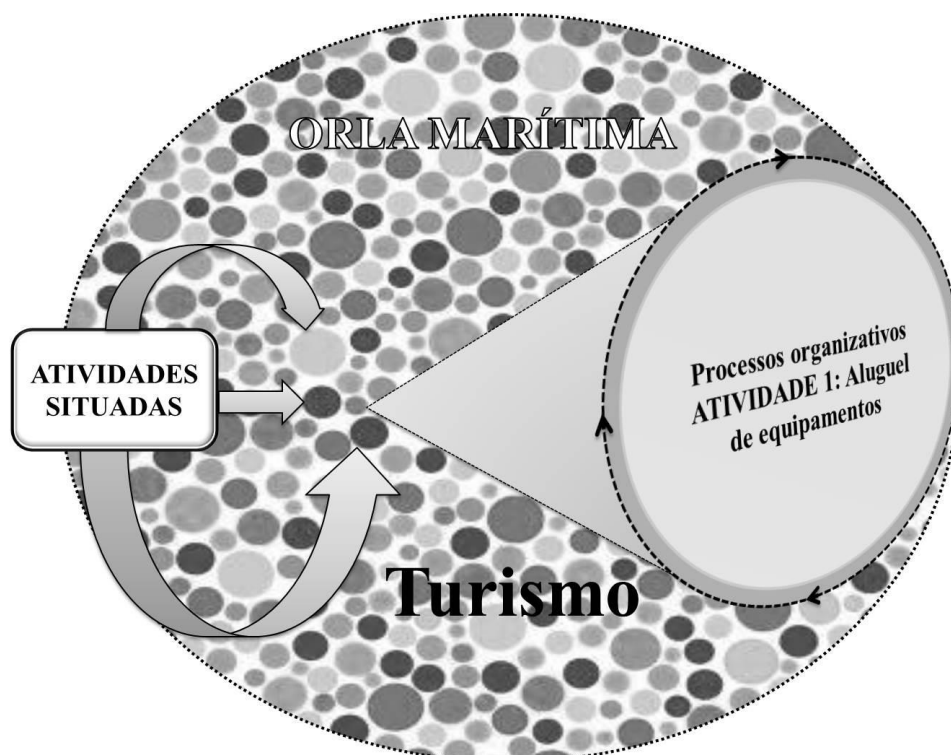
Ao apontar os caminhos que indicam os processos de aprendizagem imbricados nos processos organizativos, presentes em todos os conceitos-chave da etnometodologia, bem como na seção final dos resultados, promovi uma reflexão sobre o processo de aprendizagem social do turismo como prática organizativa na Orla Marítima. Ao longo da exposição dos resultados evidenciei aspectos que revelam o percurso, colocado como mútuo, entre aprender e organizar (CZARNIAWSKA, 2008; GHERARDI, 2006). A indicialidade presente nos discursos dos atores sociais reforça o resultado da aprendizagem estabelecida pelas relações ali existentes. Outro conceito que aponta mais enfaticamente a aprendizagem coletiva se trata da reflexividade. Os indivíduos empreendem na Orla, ou passam a se vestir de determinada maneira, ou passam a executar determinadas atividades, porque existe a percepção de que o espaço é propício a tais realizações e o modo como agem cotidianamente, ou seja, a justificativa principal para suas ações é alicerçada pela prática social – O turismo. O fato é que ao apontar o turismo como prática, não quero afirmar que ela é a única a reger/nortear o comportamento dos indivíduos no referido espaço, mas que um conjunto de outras práticas também entram em intersecção com o turismo como, por exemplo, o voluntariado apontado como uma importante prática na praia de Cabo Branco (BISPO; SANTOS, 2014) e até mesmo o esporte. Estas práticas caracterizam o espaço Orla Marítima como uma organização fruto de inúmeros processos de organizar (CZARNIAWSKA, 2013).

Portanto, questiono: como saldo deste trabalho, o que se passa a entender por Orla Marítima? Acredito que o esforço tido neste estudo de descaracterizar o senso comum da concepção deste espaço como praia, mar e lugar de lazer tenha sido válido para reforçar a ideia de Orla como um campo organizacional no qual é possível acessar fenômenos multidisciplinares e transversais. Na Figura 11 é ilustrado o modo como a Orla Marítima é percebida neste trabalho.

A fim de responder ao questionamento deste estudo: como ocorrem os processos organizativos e de aprendizagem do turismo como uma prática situada na Orla Marítima de João Pessoa/PB? desenhei um percurso no qual despontaram que os processos organizativos do turismo como prática, bem como a aprendizagem, ocorrem de forma mútua (GHERARDI, 2006), por meio da realização de atividades constituintes do turismo, pela sociomaterialidade disposta nas formas de conhecimento e na interação social, pela coparticipação e engajamento

dos membros, pelas percepções de oportunidades de se estabelecer profissionalmente ou a lazer, estes que são elementos sustentadores do turismo como prática.

Figura 11 – A Orla Marítima e os processos organizativos



Fonte: Autora (2014)

Assim como em toda experiência de pesquisa, neste estudo enfrentei alguns limitantes. A primeira das limitações que posso apontar como determinante para que minha ação de estudo se voltasse totalmente ao campo – Orla Marítima foi o não cumprimento do calendário de reuniões pelo/do Comitê Gestor Orla e a dificuldade de acessar os atores que considerei importantes para o turismo neste espaço como, por exemplo, o secretário de turismo de João Pessoa/PB. Este limitante representa um potencial de investigação, na medida em que se torna relevante conhecer como ocorrem os processos de aprendizagem social dos membros do Comitê (a ideia de currículos, transversalidade de formação e áreas de interesses, legitimação, mudanças, normatização, identificação de práticas, entre outros), a fim de compreender este conselho como uma unidade gestora de um espaço complexo e difuso.

Além disso, percebi uma oportunidade de aprimoramento do método que escolhi para minha pesquisa, a etnometodologia. Apresentei a etnometodologia como teoria e como método de investigação, a primeira parte para reforçar o embasamento teórico desta

abordagem e sua relação com a prática e a segunda para elucidar a respeito do comportamento da abordagem enquanto um método de investigação empírica, seus cinco conceitos-chave, quais sejam a realização da prática, a indiciabilidade, a reflexividade, relatabilidade e a noção de membro. Como mencionei nos resultados, o processo de aprendizagem pela participação periférica legitimada respeita a noção de que existem *experts* no grupo, aqueles que detêm conhecimento ao ponto de serem considerados figuras importantes (LAVE; WENGER, 1991; GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998, p.281; GHERARDI, 2006). Esta noção abriga a questão das relações de poder e dos conflitos de interesses que são temas não alcançados na análise etnometodológica. Portanto, esta limitação representa um caminho para o aprimoramento do método, o qual necessita de um novo conceito para explorar temas paralelos à prática que podem inclusive serem aspectos determinantes na realização cotidiana da prática.

Contudo, é fato que a utilização da etnometodologia como método de pesquisa ajudou a fortalecê-la enquanto possibilidade no estudo de temas como a aprendizagem e os processos organizativos da prática, dentro do que considero (BISPO, 2014) uma nova forma de análise organizacional, o que implica num avanço conjunto destes temas e do próprio método, permitindo conhecer, mesmo que de um modo incipiente, o potencial de contribuição da etnometodologia para os estudos organizacionais, além das suas fragilidades, preenchendo assim a lacuna evidenciada por Oliveira *et al* (2010).

Coloco, não como uma limitação, mas como uma ressalva, que a forma como os EBP são preconizados como um novo caminho para análise organizacional em alguns estudos pode tender a uma inclinação para a utilização da lente da prática com a finalidade unicamente funcionalista, dado que compreender a organização a partir dessa lente implica na sua finalidade pragmática. Faço este adendo não para recriminar o pragmatismo na análise das organizações, mas como um receio de que o propósito dos EBP seja compreendido erroneamente ou simplesmente distorcido.

Retomando as limitações, aponto ainda que pela grande extensão da Orla Marítima se torna difícil acompanhar acontecimentos que ocorrem em várias partes do espaço, dado que a prática estudada é espalhada. Coloco isso por ter a consciência de que enquanto eu estava na praia de Manaíra que por si só já possui uma grande extensão, não pude acompanhar o que acontecia em Tambaú e em Cabo Branco e isso pode, potencialmente, ter limitado a forma como eu enxergava as ações realizadas pelos atores sociais em seu caráter contínuo, visto que quando eu passasse a ir à praia de Tambaú e Cabo Branco os modos de fazer (de dada atividade) poderiam ter sido realizados diferentes em relação ao dia anterior no

qual eu havia dado atenção ao trecho da praia de Manaíra. Ou seja, isso obstruiu de certo modo que pudesse ser percebido qualquer indício de evolução da prática, que poderia não ter acontecido se o campo fosse um espaço menor.

Como última limitação percebida neste trabalho, apresento-a frente a seguinte premissa: o turismo como prática acontece em todos os horários do dia, a depender da forma e da finalidade como o espaço é utilizado. Deste modo, a atividade que ocorre na Orla Marítima no período da madrugada (intervalo de tempo das 0h às 5h) também tem relação com a realização do turismo como, por exemplo, a observação realizada em um quiosque numa única visita à Orla no período da madrugada. Este quiosque se situa na praia de Cabo Branco, conhecido como bodródomo por possuir a carne do bode como componente dos seus principais pratos (comida regional). Durante a visita, conversas informais apontaram que este é o ponto da Orla Marítima mais frequentado na madrugada durante todos os dias da semana, um espaço que reflete a cultura local no cardápio regional, nas músicas que são tocadas durante toda a madrugada (fórró) o que atrai turistas que querem aproveitar a madrugada (NOTAS DE CAMPO, 2014). Coloco este dado aqui, e não nos resultados, para ilustrar o apontamento de que a minha inviabilidade de frequentar a Orla Marítima neste intervalo de tempo, por motivos de segurança, pode ter encobrido a percepção de realizações no período da madrugada que apontassem o turismo como prática na Orla Marítima e assim eu pudesse alcançar um quadro compreensivo acerca da minha prática.

Acredito que, pela Orla Marítima representar um campo de práticas, há inúmeros caminhos para a realização de estudos, portanto, faço algumas sugestões nesse sentido. A primeira delas se trata de um aspecto que não pôde ser apreendido neste estudo, mesmo fazendo parte tão tênue da perspectiva de aprendizagem que adotei, sendo esta a estética organizacional (STRATI, 2007; 2012; GHERARDI, 2009b). Novos estudos podem ser empreendidos para compreender conceitos como, por exemplo, o “*taste*”, elemento por traz da realização da prática pelos indivíduos e o “*taste making*”, refinamento da prática num processo reflexivo (GHERARDI, 2009b), ou até mesmo o conhecimento estético (STRATI, 2007), aquele aplicado na utilização do sentido.

Outra possibilidade para a realização de estudos futuros é seguir por caminhos já apontados por autores como Jóhannesson (2005); Paget, Dimanche e Mounet (2010); Duim, Ren e Jóhannesson (2012); Cohen e Cohen (2012) com a utilização da Teoria Ator-Rede (TAR) na compreensão do Turismo. Não adotei a TAR para a análise da minha prática neste estudo por buscar conhecer os elementos da prática, sua composição “pura”, sem estabelecer redes de conexões entre estes, ou o grau de influência na agência de um elemento sob outro.

Todavia, pela natureza do campo e, ainda, pela agência de um comitê gestor que exerce influência sob o campo, observa-se um quadro de possibilidades para que estudos na perspectiva da TAR sejam realizados.

Este trabalho foi além do que foi proposto pelos referidos autores na medida em que assumi a relevância da TAR, considerando os elementos não-humanos na composição do turismo, e ao propor analisar etnometodologicamente o turismo como prática, alicerçada em Gherardi (2006) para apresentar o seguinte conceito para o turismo: uma prática social cotidiana em que atividades inacabadas são executadas por grupos de praticantes num período temporal, o que gera significados, fazendo com que o reconhecimento dessas atividades seja obtido socialmente. O turismo reflete a forma como o mundo se organiza. De forma específica, o turismo é um ordenador de forma coesa de elementos heterogêneos na produção social, considerando ainda o caráter processual que permite a sua constante renovação.

De modo geral, acredito que este trabalho contribuiu teoricamente para o entendimento do turismo para além da noção de deslocamento de pessoas ou da visão do mesmo como apenas campo prático, ao propor e analisá-lo como campo científico entendendo-o como uma importante prática social, em que a noção de prática se encontra amparada nos EBP. Acredito ainda que este estudo contribuiu com o entendimento das organizações com a adoção de uma onto-epistemologia e metodológica distinta do que é usualmente adotada em pesquisas qualitativas.

Posso colocar que o estudo que realizei nesta dissertação possui implicações práticas, haja vista que exponho a relevância da Orla Marítima, sobretudo como campo no qual há o uso social, ambiental, econômico e cultural, por ser um espaço de interesses múltiplos, em que atores sociais desempenham suas atividades a depender do objetivo para o qual o uso é direcionado. Portanto, quando menciono as implicações práticas me refiro tanto ao campo da gestão pública, quanto, por consequência, à sociedade.

A apresentação da Orla Marítima como um campo de práticas, a exemplificação do poder de organização social que as práticas possuem e a forma como a união de elementos heterogêneos em ação transforma a prática ao longo do tempo, são aspectos ressaltados e que apontam um caminho para a efetivação de políticas públicas a serem deliberadas de forma consciente pelo Comitê Gestor Orla de João Pessoa. Em outras palavras, a consciência do que é realmente a Orla Marítima e a visão do turismo como uma importante prática social de impacto no campo, pode revelar a constante necessidade de criação de políticas públicas de fomento ao turismo, bem como a valorização da cultura local, por meio dos seus elementos constituintes, dado que ao se investir no turismo, investe-se no foco a partir do qual é

proporcionada a sociedade oportunidades de realizações por meio do consumo, do lazer, dos empregos formais e informais, entre outros. Este quadro analítico pode amparar as reflexões e os debates realizados pelo Comitê Gestor.

5.1 Reflexões da Autora Sobre o Processo de Formação e o Contato com os EBP

Por fim, antes de encerrar, apresento minhas reflexões sobre o processo da minha formação como mestranda. Antecedente ao início do curso me questionei inúmeras vezes sobre a minha capacidade de empreender uma pesquisa de relevância científica. Durante o curso, foi-me colocado o desafio de estudar sobre as práticas e, para a minha surpresa, quanto mais eu lia os textos, principalmente os clássicos, menos eu compreendia o assunto, sentia que dava um nó na minha cabeça. Muitas vezes lamentei ao meu orientador sobre a minha incapacidade de abstração do conteúdo. Tudo tão complicado, tantos termos novos, tantas implicações no modo como devo me portar como pesquisadora, e ele sempre me acalmava dizendo que uma hora iria acontecer a tal “epifania”, o que chamam de “estalo” ou “cair da ficha”. De fato, já nos seis meses que antecediam o término da minha imersão em campo, comecei a olhar à Orla com outros olhos. Finalmente parecia que as “lentes da prática”, tão citadas em alguns artigos, tinham me servido. Foi assim que me senti, como se tivesse ganhado um par de óculos para enxergar o mundo de modo distinto, de forma mais clara. Com este novo olhar, tive como motivação trabalhar o meu texto (e os meus dados) de modo que fosse o mais compreensível possível, utilizando os exemplos ou, mesmo sendo redundante, escrevendo orações semelhantes de modo distinto para assim buscar meios de ser compreendida. Entendi que não é necessário ser rebuscada na escrita para alcançar o leitor, mas colocar de forma simples as informações para que o leitor se interesse pelo que foi escrito.

De modo geral, o curso do mestrado me proporcionou uma aproximação com o mundo da literatura científica na minha área, aprendi a ler além daquilo que estava estampado nas linhas, aprendi a desenvolver ilustrações, a me portar diante dos outros e a me expressar de forma escrita e oral. Ressalto que a expressão oral sempre foi o meu maior desafio a ser superado. Destaco ainda a relevância das minhas participações em eventos científicos e o quanto foram engrandecedoras do ponto de vista do conhecimento trocado, do exercício da apresentação de trabalhos. Se não fosse o mestrado, eu não teria recebido o meu primeiro prêmio com o artigo destaque no principal evento científico de turismo no Brasil, ele não me envaidece, mas me instiga na medida em que serve para me mostrar que com esforço,

dedicação e vontade os resultados sobrevêm. Assim como este trabalho de dissertação representa o esforço conjunto de orientador e orientanda, resultado de uma experiência de pesquisa amparada pelos pilares do conhecimento advindo do curso de mestrado. Mesmo reconhecendo que não é o melhor trabalho que farei na minha vida, este representa um prêmio pela superação dos desafios enfrentados na jornada.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, M.G.R. **Turismo, como aprender, como ensinar**. Vol.ii. SENAC – São Paulo, 2001.

ANTONELLO, C. S. Articulação da Aprendizagem Formal e Informal: seu impacto no desenvolvimento de competências gerenciais. São Paulo: **Revista Alcance**, 2005.

ANTONELLO, C. S.; GODOY, A.S. Uma agenda brasileira para os estudos em aprendizagem organizacional. **RAE**, v.49, n.3, p.266-281, 2009.

ANTONELLO, C. S.; GODOY, A.S. A Aprendizagem Organizacional e as Raízes de Sua Polissemia. In: **Aprendizagem Organizacional no Brasil**. – Porto Alegre: Bookman, 2011, p. 31-50.

BARRETO, M. **Manual de iniciação do estudo do turismo**. 13ª ed. Ver. E atual. – Campinas: SP – Papyrus, 2003.

BENI, M.C. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Turismo - Visão e Ação** - vol. 6 - n.3 - set./dez. 2004a.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. 10ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004b.

BISPO, M. S. A aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, V. 14, N. 6, Edição Especial. SÃO PAULO, SP. NOV./DEZ., p. 132-161, 2013.

BISPO, M. S.; GODOY, A. S. A Etnometodologia enquanto Caminho Teórico-metodológico para Investigação da Aprendizagem nas Organizações. **RAC. Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, p. 684-704, 2012.

BISPO, M. S.; GODOY, A.S. Etnometodologia: uma proposta para pesquisa em estudos organizacionais. **Revista de Administração da UNIMEP**. v. 12, n.2, Maio/Agosto – 2014.

BISPO, M.S.; MELLO, A. S. DE. A miopia da aprendizagem coletiva nas organizações: existe uma lente para ela? **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 728-745, Set./Dez. 2012.

BISPO M. S.; SANTOS, I. S. A. A organização do cotidiano na orla de João Pessoa: um olhar etnometodológico da prática do voluntariado. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 2, p. 379-416, dez. 2014.

BISPO M.S.; SOARES, L.C.; CAVALCANTE, E.D.C. **Panorama dos Estudos Sobre “Prática” no Brasil: uma análise da produção**. In: Anais do XXXVIII EnANPAD, Rio de Janeiro, setembro de 2014.

BOTTERILL, D.; PLATERNKAMP, V. **Key Concepts in Tourism Research**. SAGE, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto Orla:** subsídios para um projeto de gestão / Brasília: MMA, MPOG, 2004. 104 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto orla:** guia de implementação/ – Brasília: MMA, 2005. 36p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto orla:** fundamentos para gestão integrada /– Brasília: MMA, 2006a. 74 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto orla:** manual de gestão / – Brasília: MMA, 2006b. p. 88.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sol e Praia:** orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do turismo. **Brasileiros querem viajar pelo Brasil.** Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20130206.html>. Acessado em 10 de agos. de 2014.

BRUMARU, P.A.; TALOŞ, A.M. Sociology of tourism. **Cinq Continents.** Volume 1, Número 2, p. 184-193, 2011.

BUCHANAN, D. The role of photography in organization research: a reengineering case illustration. **Journal of Management Inquiry.** v. 10, n. 2, June 2001, 151-164.

CALÁS, M.B.; SMIRCICH, Linda. Past Postmodernism? Reflections and Tentative Directions. **The Academy of Management Review,** Vol. 24, No. 4, Oct., 1999, pp. 649-671.

CARVALHO, V.D.; BORGES, L.O.; RÊGO, D.P. Interacionismo Simbólico: Origens, Pressupostos e Contribuições aos Estudos em Psicologia Social. **Psicologia Ciência e Profissão,** 2010, 30 (1), 146-161. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n1/v30n1a11.pdf>

CASTROGIOVANNI, A. “Turismo e espaço: Reflexões necessárias na pós-modernidade”, In: GASTAL, S; CASTROGIOVANNI, A. (orgs). **Turismo na pós-modernidade (des) inquietações.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CLEGG, S. R.; KORNBERGER, M.; RHODES, C. Learning/Becoming/Organizing. **Organization,** v. 12, n. 2, p. 147–167, 2005.

COHEN, E. Rethinking the sociology of tourism. **Annals of Tourism Research,** Jan/Mar, 1979.

COHEN, E. The Sociology of Tourism: Approaches, Issues, and Findings. **Annual Review of Sociology.** vol:10 pg:373 -392, 1984.

COHEN, E; COHEN, S.A. Current sociological theories and issues in tourism. **Annals of Tourism Research,** Vol. 39, No. 4, pp. 2177–2202, 2012.

COOREN, F.; BRUMMANS, B.; CHARRIERAS, D. The coproduction of organizational presence: a study of *médecins sans frontières* in action. **Human Relations**, 61(10), 1339-1370, 2008.

CORIOLOANO, L.N.; PARENTE, K.M. Espaços de reserva do capital na orla oeste de Fortaleza (Ceará, Brasil): demandas para Lazer e Turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.5, n.1, p.63-82, abr. 2011.

COSTA, C. Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). **Análise Social**, vol. XL (175), 2005, 279-295.

COULON, A. **La Etnometodologia**. 3 ed. Madrid: Cátedra, 2005.

CZANIAWSKA, B. Bruno Latour: reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory. **Organization Studies**, 27(10), 1553-1557, 2006.

CZARNIAWSKA, B. **Shadowing and other techniques for doing fieldwork in modern societies**. Malmö, Liber & Copenhagen Business School Press, 2007.

CZARNIAWSKA, B.; DIEDRICH, A.; ENGBERG, T.; ERIKSSON-ZETTERQUIST, U.; GUSTAVSSON, Eva; LINDBERG, Kajsa; NORÉN, David; WALTER, Lars; ZACKARIASSON, Peter. **Organisering kring hot och risk**. Lund: Studentlitteratur. 2007.

_____. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, 3(1), 4-20, 2008a.

_____. **A theory of organizing**. Cheltenham: Edward Elgar Press, 2008b.

_____. Going back to go forward: on studying organizing in action nets. In: Hernes, T.; & Maitlis, S. (Eds.). **Process, sensemaking, & organizing: perspectives on process organization studies** (pp. 140-160). New York, NY: Oxford University Press, 2010.

_____. Organizations as obstacles to organizing. In: Robichaud, Daniel; Cooren, François (eds.) **Organizations and organizing**. Materiality, agency, and discourse. New York: Routledge, 3-22, 2013.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DAVIS, G.F. "Do theories of organizations progress?". **Organizational Research Methods**. 13(4) 690-709, 2010.

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito Administrativo**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DIDIER, J.M.O.L; LUCENA, E.A. Aprendizagem de Praticantes da Estratégia: Contribuições da Aprendizagem Situada e da Aprendizagem pela Experiência. **Organizações & Sociedade - O&S**, Vol.15, N. 44. Janeiro/Março, pp.129-148, 2008.

DUIM, R.V. Tourismscapes: an actor-network perspective. **Annals of Tourism Research**, Vol. 34(4), pp.961-976, 2007.

DUIM, R.V.; REN, C.; JÓHANNESSON, G. **Actor-Network Theory and Tourism: ordering, materiality and multiplicity**. Routledge, 182p, 2012.

EASTERBY-SMITH, M. Disciplines of organizational learning: Contributions and critiques. **Human Relations**, 50(9), 1085-1113, 1997.

EASTERBY-SMITH, M.; LYLES, M. A.. Introduction: Watersheds of Organizational Learning and Knowledge Management. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J. (Org.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Malden/USA, 2003, p. 1-15.

EDENSOR, T. (2001). Performing tourism, staging tourism. **Tourist Studies**, 1(1), 2001, p. 59–81.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. A Theory of Tourism. **New German Critique**, No. 68, Special Issue on Literature. Spring - Summer, 1996, pp.117-135.

FOX, S. From management education and development to the study of management learning. In: BURGOYNE, J.; REYNOLDS, M. **Management learning: integrating perspectives in theory and practice**. London: Sage Publications, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1970.

FREITAG, B.B.; TISCOSQUI, G.P.; MORETTO NETO, Luís. A produção acadêmica em turismo no campo da administração. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, Vol. 13 - nº 2 - p. 260-273 / mai-ago 2011

FUNDAÇÃO COMISSÃO DE TURISMO INTEGRADO DO NORDESTE – CTI/NE. **O Turismo no Nordeste**. Disponível em: <<http://www.ctinordestedobrasil.com.br/turismone.html>>. Acesso em 10 de dezem. de 2013.

GARFINKEL, H. Ethnomethodology's Program. **Social Psychology Quarterly**, Vol. 59, No. 1, pp. 5-21, Mar., 1996.

GARFINKEL, H. **Studios en Etnometodologia**. Barcelona: Anthropos, 2006.

GEIGER, D. Revisiting the concept of practice: toward an argumentative understanding of practicing. **Management Learning**, 40(2), 129-144, 2009.

GHERARDI, S. Practice-Based Theorizing on Learning and Knowing in Organizations. **Organization**, v. 7, n. 2, p. 211-223, 2000.

_____. From organizational learning to practice-based knowing. **Human Relations**, v. 54, n. 1, p. 131-139, 2001.

_____. Knowing as desiring: mythic knowledge and the knowledge journey in communities of practioners. **Journal of workplace learning**, v. 15, n. 7-8, p. 352-358, 2003.

_____. **Organizational knowledge: the texture of workplace learning.** Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

_____. Situated knowledge and situated action: what do practice-based studies promise? In: BARRY, D.; HANSEN, H. **New approaches in management and organization.** London: SAGE, 2008.

_____. Introduction: the critical power of the “practice lens”. **Management Learning**, v. 40, n. 2, p. 115-128, 2009a.

_____. Practice? It’s a matter of taste!. **Management Learning**, v. 40, n. 5, p.535-550, 2009b.

_____. **How to conduct a practice-based study: problems and methods.** Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

GHERARDI, S; LANDRI, P. “I Sign, Therefore I am” (Un)stable Traces of Professional Practices. **Profission & Profissionalism.** Volume 4, No 2, 2014.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D.; ODELLA, F. Toward a social understanding of how people learn in organizations: the notion of situated curriculum. **Management Learning**, v. 29, n. 3, p. 273-297, 1998.

GHERARDI, S; NICOLINI, D. The Sociological Foundations of Organizational Learning. In: DIERKES *et al.*, **Handbook of organizational learning and knowledge.** Oxford: Oxford University Press, cap. 2, p. 35-60, 2001.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GUESSER, A. H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **EmTese**, vol. 1, nº 1 (1), p. 149-168, 2003.

HAMMERICH, K. Sociology of Leisure. **Kolner Zeitschrift Fur Soziologie Und Sozialpsychologie**, Vol.55(4), pp.815-816, 2003.

HERITAGE, J.C. Etnometodologia. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). **Teoria Social Hoje.** Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. 1a reimpressão, São Paulo: UNESP, 1999.

HORODYSKI, G.S.; MANOSSO, F.C.; GÂNDARA, J.M. Conceitos e Abrangência do Souvenir na Dinâmica do Espaço Turístico: O Caso de Curitiba-PR. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, Vol. 15 - nº 1 - p. 130–143 / jan-abr, 2013.

IFEP. **Pesquisa anual do comportamento do turismo na região metropolitana de João Pessoa, 2013.** Disponível em <http://www.fecomercio-pb.com.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=20:pesquisa-sobre-o-comportamento-do-turismo-rmjp&id=7:pesquisa-do-turismo-na-paraiba&Itemid=76> Acesso em 17 de set. de 2014.

JARVIS, P. **Towards a Comprehensive Theory of Human Learning: lifelong Learning and the learning society.** New York: Routledge: 2006.

JOÃO PESSOA. **Secretaria Municipal de Turismo.** Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/joaopessoa/apresentacao/>>. Acesso em 12 de Agost. de 2014.

JÓHANNESSON, G. Tourism translations: Actor-network theory and tourism research. **Tourism studies**, 3, 21-48, 2005.

KALLINIKOS, J.; LEONARDI, P. M.; NARDI, B. A. The Challenge of Materiality: Origins, Scope, and Prospects In: LEONARDI, P. M.; NARDI, B. A.; KALLINIKOS, J. (Eds.), **Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World** (pp. 25-48). Oxford: Oxford University Press. 2012.

LATOUR, B. **Reassembling the social.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning: legitimate peripheral participation.** Nova York: Cambridge University Press, 1991, p. 27-43.

LE SANN, J.G. A Importância da Geografia para o Turismo: Uma Análise do Conceito de Risco. **Turismo - Visão e Ação** - vol. 8 - n.1 p. 121 - 127 jan. /abr. 2006.

LEONARDI, P. M.; BARLEY, S. R. Materiality and Change: Challenges to Building Better Theory About Technology and Organizing. **Information and Organization**, v.18, 2008. p. 159-176.

LEONARDI, P. M. Materiality, Sociomateriality, and Socio-Technical Systems: What Do These Terms Mean? How Are They Related? Do We Need Them? In: LEONARDI, P. M. ; NARDI, B. A.; KALLINIKOS, J. (Eds.), **Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World** (pp. 25-48). Oxford: Oxford University Press. 2012.

LEONARDI, P.M.; NARDI, B.A.; KALLINIKOS, J. (Eds.), **Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World** (pp. 25-48). Oxford: Oxford University Press. 2012.

LEI nº 7.661, de 1988. DECRETO Nº 5.300 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004. Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm> Acesso em 06 de out. de 2014.

MALCOLM, D.; MANSFIELD, L. The quest for exciting knowledge: Developments in figurational sociological research on sport and leisure. **Politica y Sociedad**. Vol.50(2), 2013, pp.397-419.

MARSHALL, N. Cognitive and Practice-based Theories of Organizational Knowledge and Learning: Incompatible or Complementary? **Management Learning**, v. 39, n. 4, p. 413–435, 2008.

MARUJO, M.N.; CRAVIDÃO, F. Turismo e Lugares: uma visão geográfica. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 10 Nº 3 págs. 281-288. 2012.

MATTOS, P.L.C.L. “Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”: pondo os pingos nos is de tal ressalva. **Cadernos Ebape**. BR, v. 9, ed. especial, p. 450-468, jul. 2011.

MOL, A. **The body multiple: Ontology in medical practice**. Durham, NC: Duke University Press. 2002.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**/ Edgar Morin; tradução do francês Eliane Lisboa. — Porto Alegre: Sulina, 2006. 120 p.

NICOLINI, D., GHERARDI, S.; YANOW, D. **Knowing in organizations: a practice-based approach**, M. E. Sharpe, New York, 2003.

NICOLINI, D.; GHERARDI, S; YANOW, D., (eds.). **Knowing in Organizations: a practice-Based Approach**. Armonk, NY: M. E. Sharpe, 2003.

NAKANO, K., Coord. **Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada**. / Coordenação de Kazuo Nakano. — São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 80 p.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

OLIVEIRA, S. A.; MONTENEGRO, L. M.. Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 129-145, 2012.

ORLIKOWSKI, W. J. Using technology and constituting structures: A practice lens for studying technology in organizations. **Organization Science**, 11(4), 404-428, 2000.

ORLIKOWSKI, W. J. Sociomaterial Practices: Exploring Technology at Work. **Organization Studies**, 28:9, p. 1435-1448, 2007.

ORLIKOWSKI, W.J.; SCOTT, S.V. Sociomateriality: Challenging the Separation of Technology, Work and Organization. **The Academy of Management Annals** (2:1), 2008. p. 433-474.

ORLIKOWSKI, W. J. The sociomateriality of organizational life: considering technology in management research. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n. 1, p. 125-141, 2009.

ORLIKOWSKI, W.J.; SCOTT, S.V. Knowledge eclipse: producing sociomaterial reconfigurations in the hospitality sector. In: Tsoukas, H., Nicolini, D. and Carlisle, P., (eds.) **How Matter Matters: Objects, Artifacts, and Materiality in Organization Studies**. Oxford University Press, London, UK, pp. 119-141, 2013.

OU, H. **Situated knowledge: a practice-based view on intercultural interaction**. ACAD MANAGE PROC. August 1, 2009:1 1-6.

PAGET, E.; DIMANCHE, F.; MOUNET, J.P. A Tourism Innovation Case An Actor-Network Approach. **Annals of Tourism Research**, Vol. 37, No. 3, pp. 828–847, 2010.

PARAÍBA, Governo da Paraíba. **Turismo e desenvolvimento econômico** – Roteiros turísticos. Disponível em Governo da Paraíba: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/turismo-e-do-desenvolvimento-economico/roteiro-turisticos>>. Acessado em: 16 de dezem. de 2013.

PÉREZ, X.P. **Turismo cultural**. Uma visão antropológica. ACA y PASOS, RTPC, 307.p. Tenerife. España, 2009.

POLANYI, M. **The tacit dimension**. Gloucester, Mass: Doubleday, 1983.

PROJETO ORLA: **fundamentos para a gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA/ Brasília: MP/SPU, 2002. 78p.

PROJETO ORLA – Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. **Plano de intervenção na orla do município de João Pessoa**. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/055cd422dc2cf559bf2dfe5641f18972.pdf>> acesso em 25 de fev. de 2014.

RAWLS, A. W. Harold Garfinkel, ethnomethodology and workplace studies. **Organization Studies**, v. 29, n. 05, p.701-732, 2008.

REED, M.. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. v.1. cap 1, p.61-97.

REN, C. Non-human agency, radical ontology and tourism realities. **Annals of Tourism Research**, Vol. 38(3), pp.858-881, 2011.

REN, C., PRITCHARD, A., MORGAN, N. Constructing Tourism Research: A Critical Inquiry. **Annals of Tourism Research**, 37(4), 885–904, 2010.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v.5, n.2, p.243-263, 2002.

RIBEIRO, W.O.; COSTA, M.A.F.; TAVARES, M.G.C. As Práticas Turísticas na Orla Oeste da Ilha de Mosqueiro, Região Metropolitana de Belém, PA. **Revista Rosa dos Ventos**, 5(3) 528-544, jul-set, 2013.

ROMERO, J.J.C. Etnometodología: una explicación de la construcción social de la realidad. **Reis – Revista Espanhola de Investigações Sociais**, 56/91 pp. 83-114. Outubro-diciembre, 1991.

ROSSETTO, T. Embodying the Map: Tourism Practices in Berlin. **Tourist Studies**. 12(1), 2012, p. 28–51.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. In: Schatzki, T. R.; Knorr Cetina, K.; Von Savigny, E., (eds.) **The Practice Turn in Contemporary Theory**. (pp.01-14). New York: Routledge, 2001.

SCHATZKI, T. R. The sites of organizations. **Organization Studies**, 26(3), 465-484, 2005.

SCHLÜTER, R. G. The Role of T-shirts in the Creation of Tourist Destination Images. **Studies and Perspectives in Tourism – Electronic Journal**, nº01 Vol. 7. Buenos Aires, 1998.

SEBRAE. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2011 / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador) – Brasília, DF: SEBRAE, 2012. 88 p.**

SILVA, A. B. **Como os gerentes aprendem?** São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, L.A.C.; ANDRADE, J.L.R. Prostituição e (des)construção da imagem de um destino turístico: a orla de Atalaia, Aracaju (SE). **Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro**, v. 12, n. 1, p.42-59, abr. 2012.

STRATI, A. **Organização e estética**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 332p.

STRATI, A. Knowing in Practice: aesthetic understanding and tacit knowledge. In: GHERARDI, S.; STRATI, A. **Learning and knowing in practice-based studies**. Edward Elgar Pub, Cheltenham, UK, 2012.

SVABO, C. Materiality in a practice-based approach. **The Learning Organization**. Vol. 16 No. 5, 2009. pp. 360-370.

TEN HAVE, P. **Understanding qualitative research and ethnomethodology**. London: Sage, 2004.

TORKILDSEN, G. **Leisure and Recreation Management**. Londres, E & F Spon, 1992.

TSANG, E.W.K. Organizational Learning and the Learning Organization: A Dichotomy between Descriptive and Prescriptive Research. **Human Relations**, 50 (1): 73–89. 1997.

TURETA, C.; ALCADIPANI, R. O *objeto* objeto na análise organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. **Cad. EBAPE.BR** [online]. vol.7, n.1, 2009, pp. 50-70.

UNWTO, World Tourism Organization. **Why Tourism?** Tourism – an Economic and Social Phenomenon. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/en/content/why-tourism>> Acesso em 21 de fev. de 2014a.

UNWTO. **World Tourism Barometer**. Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/en/barometer>> Acesso em 21 de fev. de 2014b.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

_____. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

VERA, D.; CROSSAN, M. Organizacional Learning and Knowledge Management: toward an integrative framework. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J. (Org.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Malden/USA, 2003, p. 122-141.

VERA, L.A.R; LADEIRA, R.; COSTA, A.S. A retirada das barracas de praia da orla de Salvador na perspectiva de turistas e moradores. **Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro**, v. 13, n. 3, p.308-323, dez. 2013.

WEICK, K. E. **The social psychology of organizing**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WENGER, E. **Communities of Practice: learning, meaning and identity**. New York: Cambridge University Press, 1998, p. 3-17.

WENGER, E. Communities of practice and social learning systems. In: NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. **Knowing in organizations: a practice-based approach**. New York: ME. Sharpe, 2003. p. 76-99.

WILSON, J. Sociology of Leisure. **Annual Review of Sociology**, Vol. 6, pp. 21-40, 1980.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A**CARTA-CONVITE AOS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR**

Prezada Secretária XXXX,
Sra. XXXXXX

Eu, Erica Dayane Chaves Cavalcante, aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba com orientação do Prof. Dr. Marcelo de Souza Bispo, venho convidá-la a participar da pesquisa a ser empreendida para a minha dissertação que tem exclusivamente fins acadêmicos, para a qual gostaria de contar com a vossa valiosa colaboração, aceitando ser entrevistada.

O objeto de estudo é o turismo na Orla Marítima de João Pessoa com destaque para as ações do Comitê Gestor Orla. A pesquisa está planejada para acontecer em duas etapas, a primeira consiste em um conjunto de entrevistas de caráter exploratório com os membros do Comitê Gestor Orla (Projeto Orla). A segunda será a imersão no campo de estudo, a Orla Marítima de João Pessoa - PB. O principal objetivo da pesquisa é **analisar os processos organizativos e de aprendizagem do turismo na Orla Marítima de João Pessoa-PB**.

Desde já agradeço a atenção e espero poder contar com vossa colaboração, informo ainda que estou à disposição para quaisquer esclarecimentos que por ventura sejam necessários por meio do correio eletrônico e telefone abaixo. Caso aceite participar da pesquisa, por gentileza, solicito que comunique o melhor dia e horário para agendamento.

Atenciosamente,

Erica Dayane Chaves Cavalcante

Mestranda em Administração - PPGA/UFPB

E-mail: ericachaves.p@gmail.com

Celular: (83) XXXX

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Esta pesquisa faz parte de um trabalho de dissertação, intitulado: “**O Processo da Aprendizagem na Construção do Turismo na Orla Marítima de João Pessoa – PB: Um olhar à luz do paradigma da socioprática**” (TÍTULO PROVISÓRIO), realizada por Erica Dayane Chaves Cavalcante, com o nº de matrícula: 2013100698, no curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

O principal objetivo da pesquisa é **analisar os processos organizativos e de aprendizagem do turismo na Orla Marítima de João Pessoa-PB (OBJETIVO PRÉVIO)**, portanto, sua participação (respondendo a entrevista) será de grande importância à condução deste trabalho. Peço sua permissão para que a entrevista seja gravada em áudio no intuito de que nenhuma informação prestada deixe de ser captada, e conseqüentemente perdida.

Esclareço que todas as informações fornecidas serão utilizadas unicamente aos fins de pesquisa acadêmica, no intuito de conhecer o comportamento da literatura sobre o tema numa prática específica a ser identificada. Portanto, suas respostas não lhe causarão algum prejuízo ou dano.

Esclareço ainda que a sua participação é voluntária e que, caso queira, poderá interromper ou desistir em qualquer momento da entrevista, ou deixar de responder quaisquer questões que lhes forem feitas.

Qualquer dúvida adicional também poderá ser sanada junto ao professor Dr. Marcelo de Souza Bispo, orientador desta pesquisa. Caso concorde participar da pesquisa, solicito sua assinatura de ciência no campo abaixo.

Agradeço muito pela sua colaboração!

ENTREVISTADO(A)

João Pessoa, ____ de _____ de 2014

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro por tema	Questionamentos base
ATUAÇÃO PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Há quanto tempo trabalha na Orla Marítima? • Em sua opinião, porque seu trabalho é realizado neste espaço? • Fale um pouco sobre sua experiência de atuação aqui. Como foi sua chegada? O que é hoje diferente de quando você começou a trabalhar?
APRENDIZAGEM CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Você precisou realizar algum curso para trabalhar aqui? • Como foi seu processo de adaptação? • Como você percebe que está aprendendo algo novo? Na sua experiência você consegue ver que houve aprendizagem? • Existe alguma expressão (palavra) que só vocês utilizam na comunicação entre vocês? • Como é a sua relação com os seus companheiros de trabalho?
TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> • Em sua opinião, porque o turismo é importante para o que você faz aqui na Orla? • Fale sobre o turismo na Orla. Que outras atividades você percebe que tem relação com o turismo aqui na Orla? • Você interage com muitas pessoas aqui na Orla?